

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FEAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

RÔMULO BATISTA SALES

UMA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO NO PERÍODO 2003-2014: O CONSUMO DE MASSAS.

MACEIÓ
2018

RÔMULO BATISTA SALES

**UMA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO NO PERÍODO 2003-2014: O CONSUMO DE MASSAS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Rita Milani

MACEIÓ

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

S163u Sales, Rômulo Batista.
Uma análise da estratégia do modelo de desenvolvimento brasileiro no período
2003-2014: o consumo de massas / Rômulo Batista Sales. – 2018.
118 f. : il.

Orientadora: Ana Maria Rita Milani.
Dissertação (mestrado em Economia) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação
em Economia, Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 113-120.

1. Novo desenvolvimentismo. 2. Social desenvolvimentismo. 3. Consumo de
massas. 4. Desenvolvimento social – Brasil – 2003-2014. I. Título.

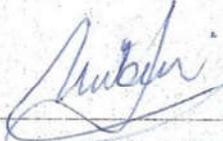
CDU: 330.567.2(81)

ROMULO BATISTA SALES

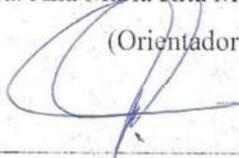
“UMA ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO NO PERÍODO 2003-2014: O CONSUMO DE MASSAS”

Dissertação submetida ao corpo docente
do Programa de Pós-Graduação em
Economia da Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em 25 de maio de
2018.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Ana Maria Rita Milani (FEAC-UFAL)
(Orientadora)



Prof. Dr. Fábio Guedes Gomes (FEAC-UFAL)
(Examinador Interno)



Prof. Dr. José Etesbão de Almeida (UERN)
(Examinador Externo – via Web Conferência)

AGRADECIMENTOS

Fazer o mestrado em Economia sempre foi um desejo latente desde que concluí o curso de bacharelado em Ciências Econômicas, porém muito distante da minha realidade. Estar agora escrevendo esses agradecimentos, como sinal de mais um projeto finalizado, é um momento de muita alegria e realização.

A realização desse sonho só foi possível por causa de duas pessoas:

O professor Dr. Fábio Guedes Gomes, que como presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) me deu todo apoio para que eu pudesse frequentar as aulas durante o curso do mestrado, algumas vezes em horários conflitantes com a agenda e os compromissos da função de Chefe de Gabinete desta Fundação. A convivência adquirida com o professor Fábio Guedes, desde a época da graduação como meu professor, orientador e mais recente como chefe, permite-me quebrar o protocolo, retirar os títulos acadêmicos e simplesmente dizer “muito obrigado Fábio”.

A professora Dra. Ana Maria Rita Milani que mesmo ciente de muitas das minhas limitações, não pensou duas vezes em me aceitar como orientando, acreditou no meu trabalho e na proposta de pesquisa. Tenho hoje uma enorme gratidão por todo o aprendizado adquirido durante o processo de orientação dessa dissertação. Além da relação de orientador e orientando, construímos nesse período uma parceria profissional, uma relação de amizade e de carinho que se estende inclusive para as gêmeas Catarina e Malena, sempre ativas e presentes nas aulas do estágio de docência. Muito obrigado Milani.

Agradeço também a todos os professores do mestrado, em especial ao coordenador do curso professor Dr. Thierry Molnar Prates.

Agradecimentos mais que especiais a todos os meus colegas da turma, André, Arcenor, Bruna, Lucas, Ermeson, Dani, Adeilton, Karine, Larissa Daiana, Natália, Rafael e Vitor, pois sem eles a jornada seria muito mais difícil de percorrer.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha esposa Rosângela pelo apoio, paciência e compreensão ao longo de mais uma longa e intensa jornada.

RESUMO

A década de 2000 é marcada pela volta das discussões desenvolvimentistas e nesse contexto surgem três correntes predominantes sob a denominação “novo desenvolvimentista”: novo desenvolvimentismo precursor, novo desenvolvimentismo pós-keynesiano e o social desenvolvimentismo. O objetivo geral deste trabalho é analisar a estratégia de consumo de massas como medida de atingir o desenvolvimento no período de 2003 a 2014. Assim, foca-se no social desenvolvimentismo cujo principal autor é Ricardo Bielschowsky. Esta vertente desenvolvimentista defende que a priorização das políticas públicas deve ser a dinamização do mercado interno, dessa forma a valorização do salário mínimo, ampliação do crédito e políticas sociais são pilares da nova estratégia desenvolvimentista que devem atuar paralelamente ao tripé macroeconômico imposto pelo neoliberalismo. O que se observa dessa estratégia é o forte estímulo dado ao consumo de bens duráveis e pouca mudança na estrutura produtiva. Esse trabalho tem como objetivo apurar as causas econômicas para o insucesso da estratégia novo-desenvolvimentista centrada na expansão do mercado de consumo de massa. Pelos resultados obtidos, podemos afirmar que com base na dinâmica da estratégia de desenvolvimento adotada, a economia não respondeu conforme esperado, logo não foi eficiente em promover um desenvolvimento sustentado no período analisado.

Palavras-chave: Novo desenvolvimentismo. Consumo de massas. Social desenvolvimentismo.

ABSTRACT

The 2000 decade is marked by the return of the developmentalist discussions and in this context there are three predominant trends under the denomination "new developmentalist": new precursor developmentalism, new post-Keynesian developmentalism and social developmentalism. The general objective of this work is to analyze the mass consumption strategy as a measure to achieve development in the period from 2003 to 2014. Therefore, focus to social developmentalism whose main author is Ricardo Bielschowsky. This developmental current advocates that the prioritization of public policies should be in the dynamization of the domestic market, so the valorization of the minimum wage, credit expansion and social policies are pillars of the new development strategy that must act in parallel with the macroeconomic tripod imposed by neoliberalism. What is observed of this strategy is a strong stimulus given to the consumption of durable goods and little change in the productive structure. This paper aims to investigate the economic causes for the failure of the new-development strategy focused on the expansion of the mass consumption market. Based on the dynamics of the development strategy adopted, the economy did not respond as expected, so it was not efficient to promote sustained development in the period analyzed.

Keywords: New developmentalism. Mass consumption. Social developmentalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução dos dispêndios público e privado em % do PIB – 2000 - 2015.....	89
Tabela 2 - Produtividade setorial relativa, Brasil – 2004 – 2012	90
Tabela 3 - Consumo das famílias, FBCF e Participação da indústria como % do PIB – Brasil – 2000 - 2016.....	94
Tabela 4 - Evolução da participação na despesa de consumo (2002/2003 – 2008/2009)	103
Tabela 5 - Relação de bens duráveis presentes nos domicílios – Brasil – 2004 - 2011	104
Tabela 6 - Evolução do volume e do índice de preços no consumo final das famílias, por setores. Itens selecionados. Brasil – 2000 – 2013.	105
Tabela 7 - Crescimento nominal e real dos bens duráveis – Brasil – 2004-2011.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Indicadores de inflação selecionados, acumulado em 12 meses – Brasil 1995 – 1998	63
Gráfico 2 - Variação nominal do PIB brasileiro – 2000 – 2016.....	76
Gráfico 3 - Componentes* da FBCF em % do PIB – Brasil – 2001 - 2014.....	77
Gráfico 4 - Índice de Preços ao Consumidor Amplo – 2002 - 2016	78
Gráfico 5 - Evolução da taxa de câmbio – 2002 – 2016	79
Gráfico 6 - Evolução da taxa de desemprego (%) – 2002 - 2014.....	80
Gráfico 7 - Componentes do PPS anual em % do PIB - 2003 – 2013*.....	82
Gráfico 8 - Percentual da Massa Salarial Ampliada anual e de seus componentes em relação ao PIB (em %), 2003 -2013*	84
Gráfico 9 - Evolução do Índice de Gini – 2004 – 2015.....	85
Gráfico 10 - Evolução do crédito com recursos livres para pessoa física - Brasil (dez./2002 – dez./2011) em % do PIB	86
Gráfico 11 - Evolução da produção total e dos licenciamentos totais de veículos no Brasil (em mil unid.) - 2003-2015.....	87
Gráfico 12 - Participação do valor adicionado bruto do setor industrial em % do PIB – 2002 - 2016	91
Gráfico 13 - Evolução do emprego industrial no Brasil, acumulado em 12 meses (% ano) – 2003 - 2015.....	92
Gráfico 14 - Importação de bens de consumo como proporção do total de importações - Brasil – 2000 – 2018.....	94
Gráfico 15 - Crescimento real acumulado do PIB e do consumo das famílias – Brasil – 1999 - 2014	96
Gráfico 16 - Despesa de Consumo das Famílias, variação em volume, taxa acumulada ao longo do ano – 2003 – 2015	97
Gráfico 17 - Total dos gastos por faixa de renda (%) - (2008 – 2009)	102
Gráfico 18 - Domicílios com alguns serviços básicos e alguns bens de consumo duráveis em % do total – Brasil – 2011	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atributos selecionados do desenvolvimentismo entre 34 governos e 8 países da América Latina – 1930 a 1979	Erro! Indicador não definido.
Quadro 2 - Atributos selecionados do desenvolvimentismo para o Brasil – 1930 a 1979	26
Quadro 3 - As concepções faseológicas do desenvolvimento segundo seus autores	29
Quadro 4 - Gênese do desenvolvimentismo no Brasil	44
Quadro 5 - Síntese comparativa das principais correntes desenvolvimentistas do Brasil recente	55
Quadro 6 - Evolução do regime de política macroeconômica – 1999 - 2014.....	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquematização do conceito de desenvolvimentismo por palavras-chave.....	27
Figura 2 - Fases do processo de desenvolvimento de Celso Furtado Erro! Indicador não definido.	
Figura 3 - Etapas do desenvolvimento sob o ponto de vista histórico.....	31
Figura 4 - Processo de desenvolvimento dependente x autônomo.....	32
Figura 5 - Esquema do modelo de desenvolvimento orientado para o social adotado na Coreia do Sul e em Taiwan	39
Figura 6 - Efeito crowding out em uma economia aberta.....	46
Figura 7 - Divisão do sistema econômico na ótica novo-desenvolvimentista	50
Figura 8 - Estratégia macroeconômica novo-desenvolvimentista.....	51
Figura 9 - Lógica do círculo virtuoso do social-desenvolvimentismo	54
Figura 10 - “Ciranda financeira” para a fixação da taxa de câmbio no Plano Real	60
Figura 11 - A lógica de funcionamento da Nova Matriz Econômica – 2011 - 2014.....	69
Figura 12 - Fases das ações políticas do governo Lula e início do governo Dilma – 2003 - 2014.....	72
Figura 13 - Lógica da estratégia de desenvolvimento segundo PPA 2004/2007	75
Figura 14 - Componentes da Massa Salarial Ampliada (MSA).....	83
Figura 15 - Importações do Brasil: ranking dos blocos dos principais países - 2002 – 2018.	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

BCB – Banco Central do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BP - Benefícios Previdenciários

BPC - Benefícios de Proteção Continuada

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

C&T – Ciência e Tecnologia

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDC - Crédito Direto ao Consumidor

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

COMP. – Compensação

Comp. c/ internet – Computador com internet

COPOM – Comitê de Política Monetária

ENCTI - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOB – *Free on Board*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor

IPA Ind. – Índice de Preço do Atacado Industrial

IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MCMV - Minha Casa Minha Vida

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRA - Massa de Rendimento Ampliada

MRT - Massa de Rendimentos do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE – Nordeste

NME – Nova Matriz Econômica

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

p.p. – Pontos Percentuais

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PACTI - Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação

PBF - Programa Bolsa Família

PBM – Plano Brasil Maior

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDP - Plano de Desenvolvimento Produtivo

PFPPB - Programa Farmácia Popular do Brasil

PIA - Pesquisa Industrial Anual

PIB – Produto Interno Bruto

PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNS - Pesquisa Nacional de Saúde

POF – Pesquisa de Orçamento das Famílias

PPA – Plano Plurianual

PPS - Programa de Proteção Social

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido dos Trabalhadores do Brasil

REBC - Relatório de Economia Bancária e Crédito

RGPS - Regime Geral de Previdência Social

RMV - Renda Mensal Vitalícia

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social

SE – Sudeste

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SM – Salário Mínimo

TOT TR – Total das Transferências

UDN - União Democrática Nacional

VAR. - Variação

ΔC – Variação do Consumo

ΔP – Variação da População

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Problema de pesquisa.....	17
1.2 Definição dos objetivos de pesquisa	17
1.3 Metodologia e Limitações.....	18
2 CONCEITO DE “DESENVOLVIMENTISMO”.....	21
2.1 Fases do desenvolvimento.....	28
2.2 Caracterizando o subdesenvolvimento.....	33
2.3 Subdesenvolvimento e a demanda doméstica	40
2.4 Ortodoxia e heterodoxia no desenvolvimento econômico	43
2.5 As correntes novo-desenvolvimentistas no Brasil recente	48
2.5.1 O novo-desenvolvimentismo precursor	49
2.5.2 O novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano	52
2.5.3 O social-desenvolvimentismo	53
3 BRASIL E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS	55
3.1 Planos Collor I e Collor II.....	57
3.2 Plano Real	59
3.3 Pós-neoliberalismo e o novo modelo de desenvolvimento	65
3.4 Governos Lula I e II – 2003 – 2010	66
3.5 Governo Dilma – 2011 - 2014	68
4 A ESTRATÉGIA DE CONSUMO DE MASSAS	74
4.1 O desempenho da economia no novo modelo de desenvolvimento: social-desenvolvimentismo – 2003 - 2014	76
4.1.1 Evolução do PIB.....	76
4.1.2 Evolução do PIB.....	76
4.1.3 Formação Bruta de Capital Fixo.....	77
4.1.4 Estabilidade de preços	78
4.1.5 Taxa de câmbio.....	78
4.1.6 Taxa de desemprego	80
4.1.7 Programa de Proteção Social – (PPS).....	81
4.1.8 Massa Salarial Ampliada – (MSA).....	82
4.1.9 Evolução do crédito ao consumo	85
4.1.10 Investimentos em P&D e produtividade	87
4.2 O consumo das famílias	93
4.3 Características da população e evolução do consumo de bens duráveis	97
5 CONCLUSÃO.....	110
REFERÊNCIAS	113

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1970, o crescimento do país se deu pela implantação de novos setores à indústria de transformação (petroquímica e em bens de capital). O período de implantação de políticas desenvolvimentistas de longo prazo dessa época foi interrompido devido aos choques internacionais do petróleo. As ideias neoliberais se sobrepuseram às ideias do Estado intervencionista dominantes da década de 1960. O objetivo dessas políticas econômicas de cunho ortodoxo era substituir o intervencionismo e “ineficiência” estatal pela “eficiência” da economia de “mercado”. Na década seguinte, 1980, a modernização se deu na agricultura.

Em 1990, o ideário do liberalismo econômico foi intensificado, abrindo espaço para perdas de projetos e investimentos desenvolvimentistas de longo prazo. Iniciou-se então forte ajuste estrutural em toda a economia brasileira, destacando-se o processo de privatização e concessões de atividades estatais ao setor privado. Houve investimentos no setor de serviços com expansão dos investimentos em telecomunicações e tecnologia da informação, em iniciativas de redução de custos e fragmentação da cadeia produtiva. Na macroeconomia os anos de 1990 são marcados por planos econômicos – Collor I, II e Plano Real - que tinham o objetivo central de estabilizar a economia, sobretudo pelo lado da oferta, seguindo o receituário ortodoxo dado a sua prioridade em aumentar a produção e a competitividade da economia brasileira.

Nas décadas de 1980 e 1990 os problemas da exclusão social que se arrastavam desde a era desenvolvimentista e as discussões para a retomada da democracia, fizeram com que novas propostas desenvolvimentistas focadas em atender as demandas sociais, por décadas reprimidas, retornassem aos debates políticos e acadêmicos no início dos anos 2000.

Com a situação macroeconômica brasileira sob controle e a conjuntura da economia global em ascensão puxada pelo crescimento da China, o período de 2003-2014 é também marcado pela retomada das discussões sobre as novas estratégias desenvolvimentistas dentre as quais se pode citar: i) a abordagem dos novos desenvolvimentistas precursores, mais conhecidos como novos desenvolvimentistas, liderados pelos professores Bresser-Pereira, José Luis Oreiro e Nelson Marconi, que advogam que a política desenvolvimentista deveria ser focada na obtenção (manutenção) de uma taxa de câmbio competitiva (política focada no comércio exterior) e na redução da taxa de juros para estimular os investimentos; ii) a proposta pelos novos desenvolvimentistas pós-keynesianos que, diferentemente dos novos desenvolvimentistas precursores, a palavra chave é a taxa de juros. Vale salientar que a taxa de câmbio também tem importância nessa corrente, porém a prioridade é a taxa de juros; e iii)

a corrente social desenvolvimentista, objeto desta pesquisa, que propõe um desenvolvimento econômico com distribuição de renda, sustentado pelo mercado consumidor.

No âmbito dessas discussões teóricas novo-desenvolvimentistas, o Brasil inicia a década de 2000 reunindo três poderosas fontes de expansão que justificam a estratégia social-desenvolvimentista: amplo mercado interno, fortes mudanças demográficas e um demanda reprimida da população; expressiva demanda internacional por recursos naturais; e ambiente favorável à ampliação dos investimentos estatais e privados em infraestrutura social e econômica. Nesse contexto, o novo ciclo que se inicia será dinamizado pela criação de um mercado interno de massas, prometendo avanços na produtividade do país, aumentos nos salários, consumo e nos investimentos. Esse novo ciclo de desenvolvimento é demarcado - e se inicia - no primeiro Plano Plurianual (PPA) do governo Lula que contempla o período de 2004 a 2007, continua implicitamente no PPA de 2008 a 2011 com as políticas de intervenção estatal através, mas não somente, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no sentido de conseguir ampliar a massa salarial dando sustentação ao consumo, e perde espaço de forma definitiva no PPA do governo Dilma I (2011/2014).

Mantendo o tripé macroeconômico neoliberal – metas de superávit elevado, câmbio livre e metas de inflação -, e políticas progressistas e de combate à pobreza baseada no tripé bolsa família, crédito consignado e valorização do salário mínimo, o que se inicia a partir de 2003 pode ser considerado uma estratégia híbrida de desenvolvimento econômico que visava estimular o crescimento com distribuição de renda via produção e consumo de massas. A novidade desse modelo é que a política social se torna também política econômica.

1.1 Problema de pesquisa

Dado que a economia brasileira apresentou desempenho insatisfatório na década de 1990 assim como houve piora nos indicadores sociais, este trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Quais as causas econômicas para o insucesso da estratégia brasileira centrada na expansão do mercado de consumo de massa na década de 2000?**

1.2 Definição dos objetivos de pesquisa

Com base na estratégia de desenvolvimento econômico do primeiro governo Lula, apresenta-se como principal objetivo de pesquisa:

Geral:

Analisar a estratégia de consumo de massas como medida de atingir o desenvolvimento no período de 2003 a 2014.

Específicos:

- Analisar o comportamento do consumo das famílias, suas características e tentar identificar quais variáveis econômicas tiveram maior influência na expansão do crescimento do consumo.
- Investigar se a expansão do consumo da última década ocorreu em função das estratégias adotadas ou esteve relacionado a outras variáveis.

1.3 Metodologia e Limitações

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa teórico-bibliográfica e qualitativa. Para a construção da primeira parte da pesquisa, realizamos uma revisão nos textos de Pedro Cezar Dutra Fonseca com o objetivo de trabalhar o conceito de desenvolvimentismo. No que se refere a questões ligadas ao desenvolvimento, subdesenvolvimento e demanda doméstica revisitamos os textos de Celso Furtado, Aníbal Pinto, William Arthur Lewis, Ragnar Nurkse, entre outros. As discussões sobre o novo desenvolvimentismo foram sustentadas com base nos trabalhos de Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Luis Oreiro, Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, Ricardo Bielschowsky etc.

No que tange à contextualização histórica do processo de liberalização da economia brasileira utilizamos textos de Milani (2010), Mattos e Cardoso JR. (1998), Bresser-Pereira (1994), Bresser-Pereira e Nakano (1991) etc. Autores como Barbosa e Souza (2009) e Barbosa (2013) foram utilizados para a contextualização das políticas econômicas do período analisado.

Com o objetivo de caracterização do perfil da população e dos hábitos e perfil de consumo foi realizado uma extensa e detalhada consulta nas pesquisas do IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) –, em sites do Banco Central do Brasil, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação, Ministério do Trabalho e Emprego, no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, e em algumas obras de CARNEIRO, 2012, MEDEIROS, 2015, MOURA e BARROS, 2013. O conjunto de informações coletadas nessas e em outras fontes ao longo da pesquisa, foram confrontadas com as políticas de desenvolvimento econômico declaradas nos Planos Plurianuais dos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva e do primeiro governo de Dilma Vana Rousseff no que diz respeito ao estímulo do consumo de massas.

Esta pesquisa tem como ponto de partida que as melhorias das condições de vida como longevidade, educação etc., exercem certa influência no consumo das famílias. Nesse sentido, na tentativa de determinar quanto do aumento (diminuição) do consumo se deve ao crescimento populacional e quanto se deve ao efeito das políticas de estímulo adotadas na última década, optou-se por estimar as variações nominais e reais das variáveis selecionadas, descontando os efeitos inflacionários e dados demográficos, como expansão populacional e taxa de inflação, por exemplo. Metodologia similar foi igualmente empregada por Santos (2013).

Outrossim, pode-se considerar que a principal limitação dessa pesquisa é que talvez uma análise econométrica pudesse fornecer um resultado mais acurado no tocante à determinação do impacto que cada variável estudada teve sobre o consumo final das famílias e, por conseguinte, sobre o desempenho da economia no período estudado. Logo, não será avaliado, por exemplo, se as políticas educacionais, ao diminuir a taxa de analfabetismo, aumentaram a diversificação do consumo das famílias, ou se foi o aumento da renda, do crédito e do emprego formal que viabilizaram o acesso à educação, aumentando por sua vez o consumo.

Outra limitação percebida é a questão do endividamento das famílias, pois assim como não é feita nenhuma referência nos Planos Plurianuais (PPA), também não será considerado na análise dados de endividamento, parcela da renda comprometida com pagamento de dívidas, inadimplência etc., mesmo entendendo que são variáveis importantes para a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado no período em análise. Também não serão considerados impactos ambientais característicos do crescimento do consumo, apesar de existir temas ambientais contemplados nos Planos Plurianuais estudados.

Este trabalho não investigará a evolução do consumo do governo tão pouco o consumo de serviços pelas famílias, logo a centralidade será dada ao consumo das famílias por bens, principalmente os duráveis.

Este trabalho de dissertação está composto por três capítulos. Além desta introdução, o segundo capítulo investiga o conceito de ‘desenvolvimentismo’, questões relacionadas ao subdesenvolvimento e a demanda doméstica, assim como discorre sobre as principais vertentes do novo desenvolvimentismo. O terceiro capítulo contextualiza o Brasil dentro das políticas neoliberais, tendo como corte temporal a década de 1990. É realizada também uma descrição das principais estratégias dos governos com base nos estudos dos PPAs de 2004 a 2014.

Apoiando-se em dados de fontes oficiais, o quarto capítulo se aprofunda no desempenho dos diversos indicadores macroeconômicos confrontando-os com as intenções de políticas listadas nos planos plurianuais e analisa as características da população e a evolução do consumo de bens duráveis. A centralidade desse capítulo é tentar identificar quanto da expansão do consumo pode ser atribuído às ações das políticas públicas ou a evolução dos dados demográficos. Espera-se com este capítulo termos subsídios e condições de responder o principal objetivo dessa pesquisa. Por último, as considerações finais.

2 CONCEITO DE “DESENVOLVIMENTISMO”

Este capítulo inicia discutindo, com base nos trabalhos teóricos de Fonseca, o conceito de desenvolvimentismo. Essa definição se faz importante principalmente quando se precisa refletir se determinado governo foi ou não desenvolvimentista. Para contribuir com as discussões sobre o desenvolvimento, esse primeiro capítulo busca na teoria estruturalista da CEPAL extrair as fases do desenvolvimento econômico, caracterizar o subdesenvolvimento e relacioná-lo com suas peculiaridades da demanda doméstica. Será debatido, também as influências que a ortodoxia e a heterodoxia econômicas exercem sobre a corrente novo-desenvolvimentista dada a relevância em determinar qual política deve ser adotada em determinado momento ou situação. No final, o capítulo descreve as principais características de cada uma das correntes novo-desenvolvimentistas: novo-desenvolvimentismo precursor, novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano e por fim o social-desenvolvimentismo.

A priori, tomemos como exemplo os governos Vargas, Collor e Lula. O primeiro é amplamente reconhecido na literatura como desenvolvimentista, o segundo, como não desenvolvimentista, porém já o terceiro necessita-se de certa reflexão para que se consiga definir e responder com relativa precisão. Nesse sentido, Fonseca (2015) procura construir um conceito que funcione como uma ferramenta útil para determinar se governos historicamente conhecidos como desenvolvimentistas realmente o são, ou o inverso, reconhecer como desenvolvimentistas os que reconhecidamente não o são. Dessa forma, antes de nos embrenharmos nas teorias do desenvolvimento econômico é salutar nos apropriarmos do conceito de “desenvolvimentismo”.

Em seu trabalho, Fonseca (2015) adota uma metodologia na qual seleciona alguns autores e, vasculhando detalhadamente suas obras, busca encontrar características com o objetivo de criar um núcleo comum, o que ela chama de *core*, isto é, um núcleo duro, que seja capaz de determinar o conceito de desenvolvimentismo.

Vários autores, segundo Fonseca (2015) se esforçaram para construir não um conceito de desenvolvimentismo, mas sim de *Estado desenvolvimentista*, que no caso seria aquele que se empenhava a superar o subdesenvolvimento através de políticas econômicas. No seu trabalho, Fonseca tem a preocupação de não construir um conceito tão amplo a ponto de perder a rigorosidade e correr o risco de qualquer governo ser classificado como um governo desenvolvimentista, nem tão restrito a ponto de deixar de fora governos efetivamente reconhecidos como de perfil desenvolvimentista.

Vale salientar que o termo desenvolvimentismo é, como bem colocado por Fonseca, (2015, p. 9):

[...] geralmente utilizado para designar um fenômeno relativamente delimitado no tempo – século XX -, embora espacialmente mais diversificado, posto que governos desenvolvimentistas são apontados pela literatura em praticamente todos os continentes, conquanto com predominância em países latino-americanos e asiáticos.

Fonseca (2015) é bem específico ao determinar que seu estudo vai centralizar-se nas experiências dos países da América Latina, que ao ter Celso Furtado e Raúl Prebisch como principais referências do pensamento desenvolvimentista cepalino, eles praticamente nunca utilizaram o termo “desenvolvimentismo” em seus trabalhos, mas sim “desenvolvimento” ao qual Furtado (2003, p.103) define como “[...] a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função de objetivos que propõe alcançar essa sociedade”.

Após consultar Bielschowsky (1998), Schneider (1999), Echevarría; Gurrieri, (1980), Rodríguez (2009), Johnson (1982; 1999), Wade (1990), Evans (1992), Chang (1999), Amsden (2001) e Bresser-Pereira (2006), Fonseca (2015) consegue chegar ao que ele chama de “um núcleo comum principal” ou “*core*”, listando as seguintes variáveis que deveriam ser determinantes para formar o conceito de desenvolvimentismo:

- i) Projeto nacional: que deveria ser um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro. Projeto nacional não deve se entender como repulsa ao capital estrangeiro;
- ii) Intervencionismo: a intervenção consciente e determinada do Estado com o objetivo de viabilizar o projeto nacional. Por oportuno, Fonseca (2015) salienta que as intervenções do Estado intervencionista não visam reforçar os mecanismos de mercado, mas sim direcionar o Estado para uma rota desejável, pois nas palavras de Furtado (1986, p.123), “o regime de *laissez faire* não cria mercados perfeitos, pois dá oportunidade ao mais forte de liquidar os mais fracos ou reduzi-los a um comportamento subordinado”¹; e
- iii) Industrialização: para o desenvolvimentismo a centralidade da política econômica deve ser o aumento da produção e da produtividade. A industrialização deve ser o caminho para acelerar o crescimento econômico e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário.

Para além dessas características que compõem o “núcleo comum principal” existem dois atributos que devem ainda ser levados em consideração, a saber: intencionalidade e

¹ Apresenta-se interessante notar que nessa afirmação de Furtado está implícito que há apenas um país dominante e vários países dominados.

capitalismo. Nesse sentido, assinala Fonseca (2015) que todos os autores por ele pesquisado concebem que o desenvolvimentismo ocorre com intencionalidade dos governantes e exclusivamente em economias capitalistas.

Com respeito à intencionalidade, é preciso que os governantes tenham ciência do atraso em que o país se encontra e vontade para mudar o *status quo*. Quanto ao fenômeno desenvolvimentista ser quase que restrito às economias capitalistas, Fonseca (2015) cita Bielschowsky (1998, p. 40) ao se referir às economias socialistas “[...] eram em certo sentido desenvolvimentistas, porque defendiam a industrialização e a intervenção estatal”. O termo “certo sentido” deixa claro que não se pode afirmar, com rigor científico, que as economias socialistas são consideradas desenvolvimentistas, ficando talvez o caráter desenvolvimentista de tais economias mais no âmbito da ideologia.

Contudo, além dos atributos ‘intencionalidade’ e ‘capitalismo’ há outros citados pelos autores no trabalho de Fonseca (2015), porém com menor frequência, como características do desenvolvimentismo:

- i) Burocracia, que significa a necessidade de corpo técnico. Como será visto mais a diante, para o Brasil, esse item foi de fundamental importância;
- ii) Planejamento econômico;
- iii) Redistribuição de renda². Fonseca (2015) observou que pouquíssimos autores falam nesse atributo, sendo mencionado principalmente por Bielschowsky (1998) e Amsden (2001);
- iv) Reforma agrária;
- v) Banco de desenvolvimento ou instituição de fomento;
- vi) Estabilidade, como atributo do estado desenvolvimentista;
- vii) Indisciplina fiscal e monetária³, mencionado por Bresser-Pereira (2006).

Nesse sentido, ao confrontar as experiências históricas de 34 governos de 8 países da América Latina⁴ entre 1930 e 1979 – período reconhecidamente tido como

² O autor utiliza o termo redistribuição de renda ao invés de distribuição de renda. Isso deixa claro que há diferença nos termos. Por exemplo, na época da ditadura militar podemos afirmar que houve distribuição de renda, mas não redistribuição de renda. A distribuição de renda foi feita de forma concentradora.

³ Segundo Fonseca (2013), o termo desenvolvimentismo era utilizado meio que de forma jocosa, como se fosse sinônimo de instabilidade fiscal e monetária. Então, ou você era a favor da estabilidade ou você era desenvolvimentista.

⁴ Argentina (Juran Domingo Perón, Arturo Frondizi, Juan Carlos Onganía Carballo, Roberto Marcelo Levingston), Brasil (Getúlio Vargas 1º e 2º gov., Juscelino Kubitschek, João Goulart, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel), Chile (Pedro Aguirre Cerda, Juan Antonio Rios, Gabriel González Videla, Carlos Ibáñez del Campo - 2º gov., Eduardo Frei Montalva) Colombia (Alfonso López Pumajero 1º e 2º gov., Alberto Lleras Camargo, Gustavo Rojas Pinilla, Carlos Lleras Restrepo), México (Lázaro Cárdenas del Rio, Manuel Ávila Camacho, Miguel Alemán Valdés, Adolfo Ruiz Cortines, Adolfo López Mateos), Peru (Óscar Benavides, Fernando Belaúne Terry, Manuel

desenvolvimentista e marcado pelo processo de substituição de importações – com as características observadas na literatura selecionadas por Fonseca (2015) como núcleo comum principal ou *core* e seus atributos, obtemos o resultado consolidado no Quadro 1.

Dessa forma, no Quadro 1 consideramos as 10 características de desenvolvimento dos países trabalhados em seu artigo e na coluna frequência colocamos quantas vezes cada característica aparece relacionada aos países que implantaram estratégias desenvolvimentistas. Por exemplo: a característica *projeto nacional* apresentou uma frequência de 100%, isto significa que ela esteve presente em todos os países pesquisados, enquanto na outra extremidade, a característica *socialismo* apresentou frequência de 0%, isto é, só existe desenvolvimentismo nos países capitalistas.

Quadro 1 - Atributos selecionados do desenvolvimentismo entre 34 governos e 8 países da América Latina – 1930 a 1979

Item	Atributos desenvolvimentistas	Frequência (%)
1	Projeto Nacional	100
2	Intervenção Estatal	100
3	Industrialização	100
4	Burocracia	79
5	Banco de desenvolvimento	71
6	Planejamento	65
7	Capital estrangeiro	62
8	Reforma agrária	44
9	Redistribuição de renda	41
10	Socialismo	0

Fonte: Fonseca (2015). Elaboração própria.

Destarte, a leitura que fazemos do Quadro 1 é que o núcleo duro (*core*) que determina um governo desenvolvimentista é: item 1 - *projeto nacional*: ter um projeto cujo objetivo seja a nação e seu futuro; item 2- *intervenção estatal*: que o Estado deve intervir com políticas econômicas (políticas meio, fins e institucionais) visando alcançar o projeto nacional previamente determinado; e item 3 - *industrialização*: que tal projeto de intervenção seja focado na industrialização.

Ainda analisando o Quadro 1, é fundamental que se tenha um corpo técnico selecionado de forma meritocrática (item 4, burocracia), capaz de executar a estratégia desenvolvimentista. Embora não seja fundamental, mas a existência de bancos ou instituições financeiras (item 5) voltadas a fomentar tais políticas aparece no Quadro 1 com uma frequência de 71%. Planejamento e capital estrangeiro (itens 6 e 7) são atributos mencionados, porém igualmente não essenciais para caracterizar um governo

desenvolvimentista e, com uma relevância bastante minimizada, temos reforma agrária e redistribuição de renda (itens 8 e 9). O socialismo, último item do Quadro 1, que aparece com 0% de frequência, reforça a observação já feita anteriormente de que o desenvolvimentismo é uma característica exclusiva do sistema capitalista.

O estudo que Fonseca (2015) faz é no sentido de determinar um conceito para ‘desenvolvimentismo’ que possa ser de certa forma generalizado e aplicado para determinar governos desenvolvimentistas. Porém, com a finalidade única de analisarmos apenas o perfil dos governos brasileiros selecionados no estudo de Fonseca (2015), temos o seguinte resultado no Quadro 2: o núcleo comum principal (item 1 - projeto nacional, item 2 - intervenção estatal e item 3 - industrialização) observado para a amostra original de 34 países e 8 governos (Quadro 1) mantém-se inalterado em todos os governos do Brasil para o período de 1930 a 1979 (ver Quadro 2), adicionando-se a ele (o núcleo comum principal), se possível fosse, o atributo ‘burocracia’ (item 4) que esteve presente em 100% dos governos brasileiros selecionados. Os bancos de desenvolvimento (item 5) foram de suma importância como forma de reconhecimento do papel do Estado para a formação de capital e para o processo de industrialização. Vale ratificar Fonseca (2015) quanto aos bancos de desenvolvimentos serem importantes para o desenvolvimentismo, porém não fundamentais. A título de exemplo, o desenvolvimentismo no Brasil começa na década de 1930 e os bancos de desenvolvimento só começam a surgir numa etapa mais moderna, no caso do BNDES, na década de 1950. Planejamento e capital estrangeiro (itens 6 e 7) tiveram suas participações (66% e 50%, respectivamente) em um pouco mais da metade dos governos desenvolvimentistas no Brasil, corroborando com o que já foi anteriormente afirmado quanto as suas não essencialidades.

Quanto ao capital estrangeiro (item 7), apenas em metade dos governos ele foi importante, corroborando com a análise de Fonseca (2015) quanto aos subtipos do desenvolvimentismo, a saber: nacional desenvolvimentismo – observado no Brasil nos governos Vargas (1º e 2º gov.) e Goulart -, e o desenvolvimentismo dependente-associado – observado no governo de Kubitschek, Médici e Geisel. Ainda, comparando o Quadro 2 com o Quadro 1, observamos que a ordem de importância de todos os atributos permanece inalteradas, com exceção da reforma agrária e redistribuição de renda. Nesse sentido, podemos afirmar que para o desenvolvimentismo no Brasil a questão da redistribuição de renda (item 8) teve mais importância nos governos analisados do que a reforma agrária (item 9), apesar de ambos os atributos aparecem de forma igualmente tímida como características desenvolvimentistas, ou colocando de outra forma, reforma agrária nunca foi prioridade para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Quadro 2 - Atributos selecionados do desenvolvimentismo para o Brasil – 1930 a 1979⁵

Item	Atributos desenvolvimentistas	Frequência (%)
1	Projeto Nacional	100
2	Intervenção Estatal	100
3	Industrialização	100
4	Burocracia	100
5	Banco de desenvolvimento	83
6	Planejamento	66
7	Capital estrangeiro	50
9	Redistribuição de renda	33
8	Reforma agrária	16
10	Socialismo	0

Fonte: Fonseca (2015). Elaboração própria.

Sob a ótica de Fonseca (2015), a relativa importância das questões sociais para o desenvolvimentismo é porque se faz necessário incluir demandas de todas as classes da sociedade para se conseguir o máximo de apoio possível para a implementação do Projeto da Nação. Sob esse prisma, é comum tais projetos abarcar demandas empresariais, trabalhistas, rurais, sociais etc.

Tendo identificado o núcleo comum principal e seus atributos, Fonseca (2015, p. 40) constrói finalmente a seguinte formulação para *desenvolvimentismo*:

A política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

A Figura 1 abaixo esquematiza o conceito ora definido, extraindo suas principais palavras chaves e dividindo-as em “núcleo comum principal” (**retângulos com bordas tracejadas**) e “atributos” (**retângulos com bordas contínuas**).

O núcleo comum principal, como já visto anteriormente, é o núcleo duro e imutável. Flexibilização dessas características para o “desenvolvimentismo” é inconcebível. Fonseca (2015) frisa que a *liderança do setor industrial* para o desenvolvimentismo não significa dizer que o setor primário não seja importante para o projeto desenvolvimentista, mas sim que o antigo modelo agroexportador deve ser superado e que o progresso técnico deve ter repercussões em todos os setores da economia. Ressalta-se ainda na Figura 1, no grupo dos atributos, que o desenvolvimentismo incorpora a necessidade de alteração do *status quo*.

⁵ Como a amostra original é de 34 governos e 8 países, ao selecionarmos apenas o Brasil, o tamanho da amostra reduz-se consideravelmente para 1 país e 6 governos (Vargas 1º e 2º gov., Kubitscheck, Goulart, Médici e Geisel), resultando no aumento das percentagens obtidas na coluna frequência do Quadro 2.

Figura 1 - Esquemática do conceito de desenvolvimentismo por palavras-chave

Política econômica, refere-se ao intervencionismo estatal	Formulada e/ou executada, refere-se à estratégia ou ao projeto nacional	De forma deliberada, remete à intencionalidade
Governos, refere-se ao agente formulador e/ou executor da estratégia	Crescimento da produção e da produtividade, refere-se às variáveis necessárias para mudar o <i>status quo</i>	Liderança do setor industrial, remete ao progresso técnico
Transformar a sociedade, refere-se à necessidade de alterar o <i>status quo</i>	Fins desejáveis refere-se à ideia de valores maiores que justificam o projeto para o futuro	Problemas econômicos e sociais, remete ao <i>status quo</i> a ser superado
Sistema capitalista refere-se à propriedade privada, mecanismo de preços, mesmo que o Estado esteja presente regulando		

Fonte: Fonseca (2015). Elaboração própria.

Em igual esforço de Fonseca, Carneiro (2012, p.750), concebe o entendimento por *desenvolvimentismo* como sendo,

Não um corpo teórico propriamente dito, mas uma interpretação peculiar do desenvolvimento brasileiro e latino-americano ao qual se associou um conjunto de políticas econômicas de natureza intervencionista, portanto, antiliberal, mas com matizes muito diferenciadas ao longo de vários momentos históricos e por diferentes países.

Enxergamos, contudo, em ambos os conceitos uma convergência no sentido da necessidade de um agente interventor na aplicação de políticas econômicas, sendo observado em Carneiro (2012) um enfoque dado ao valer-se, o autor, das palavras “intervencionista” e “antiliberal” como sinônimos e reforços explícitos da importância do Estado no processo de desenvolvimento. Isso se deve em certa medida ao fato de que para Carneiro (2012) o Consenso de Washington como uma forma suavizada das políticas neoliberais fracassou em suas propostas em reverter o quadro de desigualdade social na América Latina.

Mollo e Fonseca (2013, p. 223) citam em seus respectivos trabalhos a contribuição de Bielschowsky (1998, p. 7) para a conceituação de *desenvolvimentismo* como sendo a:

ideologia de transformação da sociedade brasileira’ assentada em um projeto econômico voltado à industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, sob o entendimento de que esta não adviria pela espontaneidade das forças de mercado, ou seja, seria indispensável a atuação do estado como indutor, como agente planejador do desenvolvimento e/ou investidor direto.

Nesta última conceituação Bielschowsky concebe o *desenvolvimentismo* como uma “ideologia”, divergindo em certa medida do pensamento de Fonseca (2015) e Carneiro (2012) no sentido de que estes dão ao *desenvolvimentismo* um sentido de materialização, de concretude de ações. Ainda, sob a ótica de Bielschowsky há igualmente uma oposição

explícita às forças de mercado e reforça também a necessidade do Estado como planejador e/ou investidor direto do desenvolvimento. É o único dentre os conceitos de desenvolvimentismo aqui discutidos que explicita a necessidade de “superação da pobreza”, convergindo implicitamente à mudança do *status quo* de Fonseca (2015) observado de forma repetitiva na Figura 1.

2.1 Fases do desenvolvimento

Vários pensadores tentaram entender e explicar como superar o subdesenvolvimento, portanto foram os estudos iniciados na década de 1950 pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe -, que deram maior contribuição para o enriquecimento dos debates. Nesse sentido, após explicar os elementos da teoria do subdesenvolvimento Furtado (2009, p. 173) conclui que “é a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento”. Logo, para ele:

[...] o subdesenvolvimento é por si mesmo um desequilíbrio no nível dos fatores – o qual reflete um desajustamento entre a disponibilidade de fatores e a tecnologia que está sendo absorvida, razão pela qual se torna impossível alcançar concomitantemente a utilização plena de capital e da mão de obra -, infere-se que as estruturas subdesenvolvidas são sistemas híbridos, constituídos por setores ou departamentos com comportamentos específicos (FURTADO, 2009, p. 174).

Essa definição de subdesenvolvimento conduz Furtado a perceber a existência de dois setores numa economia subdesenvolvida, isto é, um setor moderno e outro atrasado, o qual ele chama de dualismo estrutural, sendo dessa forma setores que não dialogam entre si. Apesar de o dualismo estrutural ter contribuído sobremaneira para o entendimento dos problemas das economias subdesenvolvidas Oliveira (2013), em *Crítica à Razão Dualista* discorda da análise furtadiana. Logo, sob sua ótica essa dualidade sempre existiu em todos os países e em vários períodos, dessa forma ela não pode ser uma especificidade dos países subdesenvolvidos. Oliveira (2013, p. 32) afirma ainda que, ao contrário de Furtado, “de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários” entre o setor moderno e atrasado em que o primeiro cresce e se alimenta do segundo. Para ele o “subdesenvolvimento é uma expansão do capitalismo” (OLIVEIRA, 2013, p. 33). O capitalismo é o responsável pela existência do dualismo estrutural e as assimetrias de acumulação promovem a própria acumulação de capital, logo as assimetrias são na verdade o ponto central para o desenvolvimento do sistema.

Segundo Furtado (1986), os economistas se importavam em estudar apenas as variáveis de crescimento econômico, porém com os problemas oriundos dos países subdesenvolvidos percebeu-se a importância da história como ferramenta essencial para

elucidar e solucionar tais problemas. Foi Furtado que fez a grande contribuição nesse sentido, isto é, de entender que o subdesenvolvimento não é um processo natural pelo qual todos os países passam até alcançar o desenvolvimento, mas sim deve ser entendido como um processo histórico autônomo pelo qual o homem tem relevante importância no sentido de modificá-lo.

Logo, seria coerente entendermos os esforços teóricos desses economistas em caracterizar por fases a história do desenvolvimento econômico. Furtado (1986) descreve esse processo em diversos autores, o qual reproduzimos de forma simplificada no Quadro 3.

Dentre esses autores, o que elaborou a mais conhecida teoria faseológica do desenvolvimento foi W.W.Rostow, sendo ele o único dentre os citados por Furtado que considera como fase última do desenvolvimento o consumo em massa. Essa visão converge com a de alguns autores que afirmam que o consumo em massa só pode se estabelecer com sucesso quando o país ou região já está com uma complexidade produtiva devidamente consolidada.

Quadro 3 - As concepções faseológicas do desenvolvimento segundo seus autores

Autor	Fases do desenvolvimento
Adam Smith	A caça, a criação, a agricultura, o comércio e indústria / divisão do trabalho.
Friedrich List	Escravidão, atividade pastoril, agricultura, agricultura + manufatura, agricultura + manufatura + comércio.
Karl Marx	Comunismo primitivo, escravidão, propriedade da terra (feudalismo), controle do capital (capitalismo).
Colin Clark	População nas atividades primárias, aumento do emprego no setor secundário e crescimento do setor terciário.
W.W.Rostow	1ª - modificações lentas, 2ª - transição, 3ª - modificações qualitativas (<i>take off</i>), 4ª - continuação da decolagem e 5ª - consumo em massa.

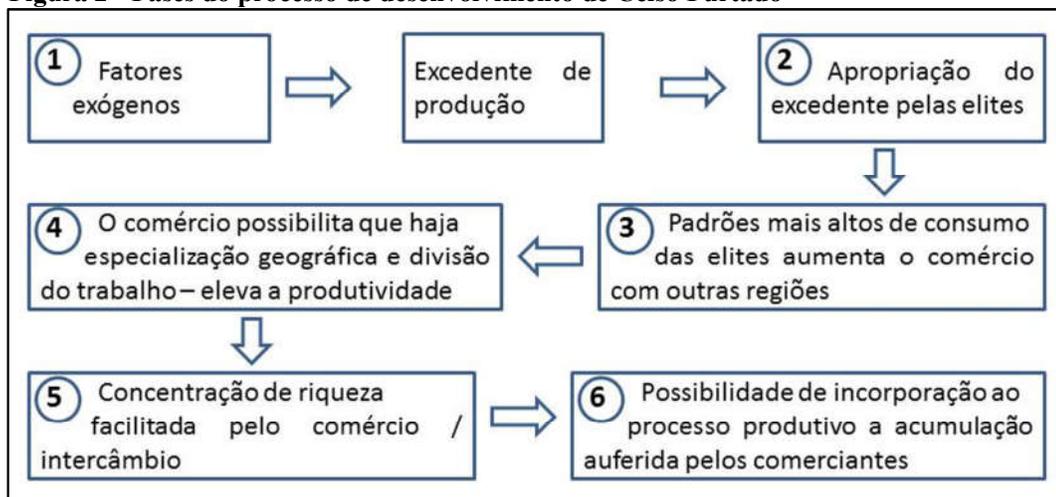
Fonte: Furtado (1986). Elaboração própria.

Furtado (2003) considera o subdesenvolvimento como uma consequência do desenvolvimento, ou seja, resultado dos avanços técnicos e da divisão internacional do trabalho ocorrida nas regiões que haviam passado pelo processo da Revolução Industrial. Diferentemente do que defendia Rostow, Furtado (2003, p. 88) afirma que o subdesenvolvimento não pode ser encarado como uma fase a ser superada. O subdesenvolvimento e o desenvolvimento são considerados, na visão furtadiana, “[...] como dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna”.

Com efeito, Furtado (1986) curiosamente também considera o processo de desenvolvimento subdividido em fases, contudo ao discutir tal ponto de vista no capítulo 11 - o processo de desenvolvimento: enfoque histórico - de Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, não o faz junto aos demais autores classificados por ele como “faseológicos”.

Nesse sentido, iremos expor a sua visão de igualmente forma, isto é, a parte dos demais, conforme esquema simplificado na Figura 2.

Figura 2 - Fases do processo de desenvolvimento de Celso Furtado



Fonte: Furtado (1986). Elaboração própria.

No esboço das fases preliminares do desenvolvimento, Furtado (1986) considera a existência de um excedente de produção ocasional ou permanente como condição necessária para iniciar o processo desenvolvimentista. Contudo, ele reconhece que fatores exógenos (retângulo 1) são responsáveis pela criação desse excedente de produção, que pode ser ocasional ou permanente. Ele toma emprestado da análise de Marx e de List o sistema de escravidão como forma de acumulação desse excedente permanente – ver Quadro 3 acima. A segunda fase considera a apropriação desse excedente por grupos minoritários. A terceira fase possibilitará então que haja uma elevação nos padrões de consumo, contribuindo para a intensificação dos intercâmbios de mercadorias entre as comunidades da região. Na quarta fase, esses intercâmbios proporcionarão especialização geográfica e a divisão do trabalho (conceito que ele aproveita de Adam Smith). A intensificação do intercâmbio favorecerá a concentração de riqueza, observado na quinta fase e, por fim, a concentração de riqueza dos comerciantes possibilitará a incorporação de novas técnicas ao processo produtivo.

Para Furtado (1986) o esquema ora descrito pode ser resumido nas três etapas principais do processo de desenvolvimento econômico, a saber:

1. Criação do excedente econômico, do lado da produção;
2. A apropriação desse excedente por um grupo minoritário, do lado da distribuição e;
3. A possibilidade de incremento da produtividade, do lado da acumulação.

Para Furtado, o entrave principal entre essas três etapas estaria na distribuição. Para ele “a forma de utilização do excedente de produção e a posição social do grupo que dele se apropria constituem elementos básicos do processo que se engendra o desenvolvimento” (FURTADO, 1986, p.117). Nesse sentido, como bem colocado por Furtado, a apropriação desse excedente faz-se necessária para evitar que o consumo da sociedade não absorva a totalidade do produto desta mesma sociedade. Ainda, Furtado especifica a importância do grupo social que se apropria desse excedente, implicitamente referindo-se às elites como “grupos minoritários”. Então, para o processo de desenvolvimento, Furtado preocupa-se com a distribuição do excedente de produção, quem se apropria dele, e o que é feito com esse excedente.

No que se refere à acumulação, Furtado (2003) afirma que ela está presente em todas as formas de desenvolvimento, sendo dessa forma condição importante para o processo, porém pode ser também um fator limitador caso esta acumulação não seja direcionada no sentido de aumentar a quantidade de capital por trabalhador, não eleve a capacidade do processo produtivo e nem seja capaz de mudar a estrutura produtiva em virtude da alteração do perfil demanda.

A alteração do perfil da demanda é questão central na análise furtadiana. Ao analisar o desenvolvimento sob o prisma da história, Furtado (2003) percebe que o progresso técnico atua como agente catalizador de todo o processo de desenvolvimento, pois este permitiria elevação nos níveis de acumulação, que por sua vez daria sustentação ao progresso tecnológico, isto é, progresso tecnológico e elevação nos níveis de acumulação compõem um círculo virtuoso que se retroalimenta. A elevação do nível da produtividade seria alcançada com a alteração no perfil da demanda, que por sua vez é dependente da elevação no nível da renda. Ainda, a alteração no perfil da demanda seria responsável, de forma direta ou indireta, por estimular avanços no progresso tecnológico. Figura 3.

Figura 3 - Etapas do desenvolvimento sob o ponto de vista histórico



Fonte: Furtado (2003). Elaboração própria.

A análise que acabamos de fazer do processo de desenvolvimento coloca, como afirmamos anteriormente, centralidade no perfil da demanda como mola propulsora das mudanças da estrutura produtiva. Nos países caracterizados como dependentes, o processo de desenvolvimento ocorreu (ou ainda ocorre) no sentido descrito na Figura 4. Exemplo de desenvolvimento dependente é o Brasil, no qual o processo de industrialização foi impulsionado pela modificação do perfil da demanda dos países desenvolvidos, “[...] cabendo à assimilação de novas técnicas produtivas um papel ancilar” aos subdesenvolvidos (FURTADO, 2003, p.108). Dessa forma, a dependência tecnológica é, segundo Furtado (1986), uma característica dos países subdesenvolvidos e que o desenvolvimento desses ocorre em virtude de alterações na curva de demanda. Nos países desenvolvidos esteve presente inicialmente o progresso tecnológico, em seguida acumulação de capital e por último, alteração no perfil da demanda (FURTADO, 2003).

Figura 4 - Processo de desenvolvimento dependente x autônomo



Fonte: Furtado (2003). Elaboração própria.

Nas economias subdesenvolvidas, a variável propulsora da economia era (ou ainda continua sendo) a procura externa, isto é, Furtado percebe que nos países dependentes o agente catalizador do desenvolvimento seria impulsionado por deslocamentos na curva de demanda, contudo para alterar essa curva seriam necessárias alterações no nível da renda.

Furtado (2003) então passa a analisar as determinantes da distribuição de renda dos agentes econômicos e seus impactos na alteração da curva da demanda. Sua conclusão é que políticas de estímulos ao setor privado⁶ como agentes de decisão de investimentos, no sentido de fomentar a acumulação de capital poderiam ser ainda mais concentradoras da renda, visto que nada garantiria que os benefícios de, por exemplo, uma isenção fiscal a determinado setor

⁶ Furtado dá exemplo de políticas cambiais e de favores creditícios.

industrial reduziria os preços para o consumidor, o que significaria na prática uma transferência de renda daqueles para estes, como realmente é de se esperar que aconteça. Contudo, a ação mais provável nesse sentido seria os empresários manterem os preços finais inalterados e se apropriarem dos benefícios oriundos de tais políticas, isto é, uma propensão à concentração da renda.

Com efeito, a opção mais assertiva sob a ótica furtadiana seria a de promover incentivos capazes de estimular as ações dos consumidores, descentralizando assim as decisões e transformando o sistema econômico ao promover um desenvolvimento autêntico. Surge então o seguinte questionamento:

Como condicionar o perfil da demanda de bens finais de consumo de modo a se maximizarem, por um lado, as transformações estruturais que permitem utilizar mais amplamente os fatores semi-ociosos, por outro, a assimilação do progresso técnico, melhorando assim a qualidade dos fatores, e, por último, gerando-se massa de poupança requerida pelo desenvolvimento? (FURTADO, 2003, p.191) ⁷.

2.2 Caracterizando o subdesenvolvimento

Percebe-se na literatura consultada certa dificuldade em conceituar subdesenvolvimento, porém maior facilidade em identificar características de países com tal perfil. Nesse sentido, discorreremos a seguir a visão de alguns autores, incluindo Celso Furtado, no trabalho de caracterizar o subdesenvolvimento.

Meier (1953, p. 93) afirma que “todas as economias atrasadas foram produtoras primárias, em que a terra e a mão de obra eram fatores relativamente abundantes e o coeficiente de capital total era muito baixo”. Furtado (1986) converge nessa mesma direção ao considerar que a característica inicial creditada ao subdesenvolvimento estava relacionada ao aumento da produtividade oriunda principalmente da demanda global por produtos primários. Furtado fazia então menção à relação centro-periferia.

Para além da crítica dualista de Furtado, Oliveira (2013) também questiona a análise centro-periferia dos estruturalistas ao afirmar que ela enfatiza demasiadamente as relações internacionais entre os países, logo, desvia-se a atenção do real problema interno dos países subdesenvolvidos, isto é, o “[...] desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas” (OLIVEIRA, 2013, p. 33).

Para Furtado (1986) a demanda internacional por produtos primários faria com que os recursos ociosos nos países subdesenvolvidos (terra e mão de obra) fossem postos de forma mais produtiva para atender os deslocamentos da curva de demanda externa por produtos

⁷ Furtado segue sua análise e responde esse questionamento sugerindo que os bens de consumo fossem classificados e taxados de forma diferenciada dependendo da classe consumidora, por exemplo: elevar as tarifas dos bens consumidos pelas elites.

primários. Contudo, a questão por ele posta era que os aumentos de produtividade nos países periféricos não conduziam à elevação dos salários, mas sim a aumentos dos gastos de consumo de uma classe minoritária que se apropriava dos ganhos de produtividade para modernizar o estilo de vida.

Ainda, na visão furtadiana a evolução dos centros dominantes impõem às economias periféricas situações de assimetria, merecendo assim especial atenção as “vantagens comparativas, substituição de importações e condicionamento das formas adaptativas dos grupos de altas rendas” (FURTADO, 1986, p.185). Vejamos então a seguir uma rápida discussão sobre esses três pontos.

A lei das vantagens comparativas, baseada na divisão internacional do trabalho, estabelece que os países deveriam se especializar a produzir e comercializar aqueles produtos os quais apresentavam mais abundância e por consequência menores custos de produção. Logo, os déficits persistentes no balanço de pagamento e as elevadas taxas de juros nos países subdesenvolvidos era consequência direta da especialização de exportação de produtos primários, isto é, a lei ricardiana das vantagens comparativas perpetuava os problemas estruturais nas regiões subdesenvolvidas.

Viner contribui para caracterizar os países subdesenvolvidos como sendo países que apresentam: *i)* baixa produtividade dos recursos; *ii)* escassez de capital; *iii)* rápido crescimento populacional, o qual considera uma nuvem negra ameaçadora sobre todos os países pobres. Nesse ponto, Meier (1953, p. 90) afirma que superpopulação e subdesenvolvimento são sinônimos e cita Ricardo: “dizer que há grande abundância de mão de obra significa que não há capital adequado para emprega-la e; *iv)* “certas condições do comércio exterior que têm, ou se considera que tenham, impactos especialmente desfavoráveis sobre países relativamente pobres, cuja pauta de exportações consiste predominantemente de produtos primários [...]” (VINER, 1953, p. 59).

Apesar de concordar que a relação de trocas entre países predominantemente agrícolas e predominantemente industriais seja sempre desfavorável, Viner (1953, p. 59) acredita que há outros fatores que devem ser levados em conta tais como “[...] o aumento do volume do comércio ou a redução dos custos reais de exportação mais rápida que o declínio dos preços, podem mais que contrabalançar a perda resultante de um movimento contrário nos termos de troca.” Da escola de Chicago, e crítico de Keynes, Viner de certa forma culpava os governos por não saberem aproveitar o *boom* das *commodities*. Segundo ele, nesses momentos os preços dos produtos primários se valorizavam mais que os manufaturados, logo caberiam aos governos ações no sentido de fazer reservas nas épocas de bonança para passar

ileso quando o cenário se revertesse a favor das manufaturas. Nesse sentido, ele cita a Nova Zelândia como exemplo de boa administração fiscal e monetária ao “conservar parte dos lucros adquiridos durante o pico do comércio exterior para enfrentar os déficits dos anos de depressão” (VINER, 1953, p. 60).

Nesse caso, a solução que Viner aponta para os países que apresentam vantagem comparativa na agricultura não seria uma industrialização subsidiada pela agricultura, mas sim educação e treinamento para modernizar a própria agricultura, convergindo dessa maneira à visão de Fonseca (2015) em parágrafos anteriores.

No que diz respeito ao processo de substituição de importações, ele é uma característica da industrialização pela qual passou todos os países latino-americanos. Para Furtado (1968) essa industrialização não aconteceu de forma intencional e foi mais uma consequência do cenário restritivo às importações. Bresser-Pereira (2012) e Fonseca (2015) são críticos em relação a esse ponto de vista que, conforme já mencionado anteriormente, não pode haver desenvolvimento sem intencionalidade, porém vale destacar outra passagem de Fonseca (2015, p. 25):

Certa confusão nesse sentido levou muitos autores a denominarem industrialização nas duas primeiras décadas após 1930 de *fase espontânea* da substituição de importações, como se esta fosse mera decorrência do *choque adverso* da Grande Depressão [...] Trata-se de evidente equívoco. (grifos do autor).

Nesse sentido Bresser-Pereira (2012, p. 99) coloca que quando Vargas chegou à Presidência percebeu que o país já tinha uma classe de empresários industriais e que lhes faltavam liderança política para transformar o perfil agroexportador em produtor de manufaturas. Em seu entendimento, Vargas compreendeu que o Brasil precisava se transformar em uma verdadeira nação, definiu uma estratégia nacional de desenvolvimento e, 24 anos depois de ter assumido a presidência, transformou-o em um país industrializado e dinâmico.

O processo de industrialização europeu e o latino-americano, este último por substituição de importações, quando colocados lado a lado percebe-se suas principais diferenças. No caso da Europa, a industrialização surgiu no sentido de mudar a estrutura produtiva, aumentando a produtividade, e barateando os custos de produção e o preço dos produtos finais (FURTADO, 1968). Diferentemente do que ocorreu na Europa, na América Latina, o processo de substituição de importações teve o efeito oposto, pois os produtos ali fabricados apresentavam custos maiores quando comparados aos similares então importados. Outro fator destacado por Furtado (1968) é que os grupos industriais – monopólicos e oligárquicos - que se formavam na América Latina preferiam (ou ainda preferem) reter os

privilégios dos altos preços não os reinvestindo em capital produtivo. Ainda, para Furtado (1968, p. 9), ressalta-se o fato de que a tecnologia importada utilizada no processo de industrialização latino-americano é poupadora de mão de obra, diferentemente do que aconteceu na fase clássica da industrialização, quando “o avanço da técnica estava intimamente relacionado com os demais fatores causantes da aceleração do crescimento [...]”.

Nesse sentido, sob a ótica furtadiana, para que as economias latino-americanas pudessem desenvolver-se tal qual as europeias, necessitar-se-ia:

- i) Modificar as estruturas produtivas;
- ii) Absorver o excedente de mão de obra que surgiu da desorganização das estruturas produtivas;
- iii) Criar condições de elevar os salários reais de forma consistente e persistente;
- iv) Elevar o padrão de vida do trabalhador;
- v) Expandir o mercado interno e;
- vi) Abrir caminho para a tecnologia e a produção em massa⁸.

O que acabamos de enumerar no parágrafo anterior conduz-nos a imaginar que seria possível a um país subdesenvolvido repetir a experiência dos países desenvolvidos, cabe, portanto, antes de continuarmos, ratificar Furtado (1968, p. 4):

O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento, como um dos aspectos da propagação da revolução industrial. Desta forma, o seu estudo não pode realizar-se isoladamente, como uma *fase* do processo de desenvolvimento, fase essa que seria necessariamente superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneas das economias desenvolvidas, isto é, das economias que provocaram e lideraram o processo de formação de um sistema econômico de base mundial, os atuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias. É em confronto ao desenvolvimento que teremos de captar o que é específico ao subdesenvolvimento. (grifos do autor)

Voltemos à atenção ao item que diz respeito à pressão para aumentos consistentes e persistentes dos salários reais. Furtado (1968) acredita que esse seria o fator dinâmico responsável para aumentar a participação dos trabalhadores no incremento do produto. Tal pressão agiria de forma a motivar os industriais a realizarem investimentos maciços em tecnologia poupadora de mão de obra e de matéria prima no sentido de reverter a participação do incremento do produto a seu favor. Ainda, para Furtado (1992, p. 06) essas pressões salariais seriam o ponto de partida para o processo de homogeneização social, que em suas palavras “as teorias do subdesenvolvimento são esquemas dos processos sociais em que a

⁸ Colocando a análise de Furtado dessa forma percebe-se que a última condição – produção em massa – converge, em certa medida, para a última fase de Rostow, que é o consumo em massa.

assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social”.

A preocupação de Furtado com a homogeneização social como objetivo a ser alcançado pelo desenvolvimento está presente também na visão de Marshall Wolfe. Este, após elencar os requisitos que devem tornar viável uma estratégia de desenvolvimento finaliza afirmando que “[...] o mundo do futuro seria mais homogêneo, menos conflitante e mais capaz de oferecer níveis satisfatórios de bem-estar para a maioria da população” (WOLFE, 1976, p. 738).

Desta forma, os avanços tecnológicos teriam, além da finalidade que acabamos de mencionar, qual seja reduzir os custos dos fatores de produção (mão de obra e matéria prima), de atuar como promotor da estabilidade social. Todavia, se a elevação dos salários reais não encontrasse nenhum tipo de barreira, os lucros dos empresários seriam reduzidos bem como a capacidade de poupança, exaurindo-se assim a capacidade de investimentos produtivos e a economia, segundo Furtado (1968), entraria em um processo de estagnação.

No que diz respeito ao condicionamento das formas adaptativas dos grupos de altas rendas, Furtado (1992, p. 08) observa que nas economias subdesenvolvidas há um desequilíbrio entre acumulação e modernização dos padrões de consumo, enquanto que “nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo”. Colocando de outra forma, os países subdesenvolvidos incorporam em seu estilo de vida um padrão moderno, consumindo produtos de alta tecnologia no qual eles não produzem, isto é, há um descompasso entre o consumo e a produção, enquanto que nos países desenvolvidos, ocorre o inverso, eles produzem e consomem os produtos de alta tecnologia.

Meier (1953) ao analisar as repercussões dos investimentos estrangeiros nos países subdesenvolvidos chega à mesma conclusão que Furtado. Ele observa que os investimentos estrangeiros têm pouco impacto como efeito multiplicador dos investimentos nas economias atrasadas em virtude dos vazamentos de renda para o exterior, mesmo que o país subdesenvolvido tivesse uma grande propensão marginal ao consumo, sendo assim, vejamos:

À medida que foram introduzidos na região atrasada produtos dos países adiantados e houve contato com esquemas superiores de consumo, aumentou a propensão da região a importar, o que significa que o “efeito demonstração” [...] funciona tanto internacionalmente como dentro de um país (MEIER, 1953, p. 101).

Nurkse (1953) também trabalha o efeito demonstração como um empecilho para a formação de poupança nos países subdesenvolvidos. As funções de consumo individual se relacionam entre si ao invés de serem independentes, e essa interdependência das funções de

consumo afeta as decisões entre poupar e consumir da população. O fato de, por exemplo, 75% da população de um país não conseguir poupar nada, não significa que ela seja uma população extremamente pobre, mas sim que pode estar tendo seus hábitos de consumo sendo influenciados pelos 25% da população que está no topo da pirâmide, pois “quando os indivíduos entram em contato com bens ou padrões de gastos superiores, podem sentir certa tensão e inquietação – e sua propensão ao consumo aumenta” (NURKSE, 1953, p. 285).

O principal exemplo desse efeito é, na atualidade, a ampla imitação dos padrões de consumo americanos. O padrão de vida americano goza de prestígio considerável no mundo. É sempre mais fácil adotar hábitos de consumo superiores que métodos aperfeiçoados de produção. [...] a tentação de copiar os padrões de consumo americanos tende a limitar a oferta de fundos para investimento (NURKSE, 1953, p. 285).

Furtado (1992, p. 09) e Nurkse (1953, p. 287) concordam que essa tendência que os países subdesenvolvidos têm na modernização dos padrões de consumo, isto é, a tendência a viver acima de suas possibilidades é a causa principal do desequilíbrio no comércio internacional, que nas palavras de Furtado a pressão do consumo conspícuo “está na origem de processos inflacionários crônicos e tendência ao endividamento externo” e em Nurkse “o resultado é uma tendência inflacionária interna e uma persistente tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos”.

Os desafios colocados aos países subdesenvolvidos vão muito além dos aqui resumidamente expostos, porém, e apesar disso, Furtado (1992) descreve um processo bem sucedido de superação do subdesenvolvimento. O modelo escolhido por ele foi o desenvolvimento orientado para o social adotado pela Coreia do Sul e Taiwan, economias então recentemente independentes do domínio do Japão nos fins da II Guerra Mundial.

A Figura 5 esquematiza de forma simplificada a visão que Furtado apresenta desse processo em O Subdesenvolvimento Revisitado. O modelo de superação do desenvolvimento que a Coreia do Sul e Taiwan adotaram é um reflexo do que foi implantando na Coreia do Norte e na China. A estratégia adotada foi dividida basicamente em duas grandes dimensões. A primeira delas foi focada na homogeneização social, procedendo-se uma reforma agrária o mais igualitária possível permitindo acesso a terras aráveis e água para irrigação, fixando dessa forma grande parte da população no campo⁹.

Cabe aqui, antes de continuarmos, recapitularmos Fonseca (2015) e seus atributos que determinam o conceito de desenvolvimentismo, no qual o atributo reforma agrária não foi

⁹ Na estratégia social desenvolvimentista adotada no Brasil recente uma das formas utilizadas para manter a população rural no campo foi através da política de valorização do salário mínimo, aumentando automaticamente os benefícios do INSS, garantindo melhores condições de vida no campo para os aposentados e pensionistas rurais (BIELSCHOWSKY, 2012).

prioridade dos países latino-americanos para o desenvolvimento econômico (ver Quadro 1 e Quadro 2).

Retomando nossa análise, concomitantemente à reforma agrária, foi dedicada especial atenção à formação de capital humano, com investimentos pesados no sentido de erradicar o analfabetismo visando alcançar a plenitude na educação básica, secundária e superior, bem como foi implantado amplo programa de bolsas para formar pesquisadores no exterior.

A segunda dimensão da estratégia adotada foi, uma vez alcançada a homogeneização social pelas vias da reforma agrária e investimento em capital humano, focar no desenvolvimento das forças produtivas de forma a elevar os níveis de produtividade. Utilizando-se de créditos subsidiados, o governo da Coreia do Sul fomentou programas quinquenais de desenvolvimento, e de Taiwan incentivos a setores específicos da economia de forma a promover mudanças na estrutura produtiva. Essa segunda dimensão é marcada por um esforço dessas economias em alcançar a autonomia tecnológica com investimentos pesados em P&D.

Figura 5 - Esquema do modelo de desenvolvimento orientado para o social adotado na Coreia do Sul e em Taiwan



Fonte: Furtado (1992). Elaboração própria.

Nesse sentido, Furtado (1992, p. 15) considera que tanto a Coreia do Sul como Taiwan são exemplos de países que obtiveram êxito em superar o subdesenvolvimento, pois conseguiram homogeneização social e crescimento com relativa autonomia tecnológica. Porém,

As experiências referidas nos ensinam que a homogeneização social é condição necessária, mas não suficiente para alcançar a superação do subdesenvolvimento. Segunda condição necessária é a criação de um sistema produtivo eficaz dotado de relativa autonomia tecnológica [...] Também aprendemos que para vencer a barreira do subdesenvolvimento não se necessita alcançar os altos níveis de renda por pessoa dos atuais países desenvolvidos (FURTADO, 1992, p. 15).

2.3 Subdesenvolvimento e a demanda doméstica

Ao analisar alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico Ragnar Nurkse (1953, p. 277) afirma que “um país é pobre porque é pobre” referindo-se a um círculo vicioso que afeta tanto a demanda quanto a oferta, na determinação da dimensão do mercado. Em linhas gerais, a dimensão do mercado é determinada pela produtividade e ela depende da utilização do capital. Porém, a utilização do capital, ou seja, a decisão de investimento depende, entre outros fatores, do tamanho do mercado. Desta forma, o desafio posto aos países subdesenvolvidos seria encontrar uma forma de sair dessa relação circular. No entanto, a baixa renda e a falta de poder aquisitivo da população se mostram óbices ao investimento privado e conseqüentemente à criação de um mercado interno (NURKSE, 1953).

Nesse sentido, Meier (1953) corrobora a análise de Nurkse (1953) no que se refere à deficiência de crescimento da demanda doméstica nos países subdesenvolvidos. Mesmo com o crescimento das exportações de matérias-primas característicos desses países, o baixo nível de renda real se apresenta como obstáculo ao desenvolvimento do mercado interno (MEIER, 1953).

Marshall Wolfe apresenta em seu texto as discussões internacionais sobre os requisitos básicos para o desenvolvimento das sociedades subdesenvolvidas e, entre vários fatores¹⁰, está a preocupação com a padronização da demanda dos consumidores.

Com numerosas variações e limitações, tem-se presumido que o desenvolvimento exige a incorporação de camadas cada vez maiores e, com o tempo, de toda a população num mercado nacional de bens de consumo, e que a recompensa pelos sacrifícios realizados durante as primeiras etapas de acumulação será uma capacidade cada vez maior de adquirir uma gama mais ampla de bens industriais, num contexto de produção e consumo ascendentes e mutuamente estimulantes. O auge do desenvolvimento, portanto, é a posse generalizada de automóveis, televisores e aparelhos elétricos (WOLFE, 1976, p.737).

Em seu trabalho para descrever um modelo de crescimento das sociedades de consumo de massas Matsuyama (2002) ressalta que o tamanho do mercado consumidor para novos produtos manufaturados é determinado mais pela quantidade de famílias com capacidade de renda suficiente para adquiri-los do que pela renda agregada, visto que quando a renda das famílias aumenta, elas aumentam a quantidade de novos bens consumidos ao invés de aumentarem a quantidade dos bens que já consomem. Dessa forma, aumentando a

¹⁰ Acumulação, industrialização, modernização agrícola, capacidade empresarial, difusão tecnológica e científica, educação universal, prestação de serviços sociais e de seguridade social, participação cada vez maior no comércio mundial e aumento dos fluxos financeiros líquidos dos países “desenvolvidos” para os países “em desenvolvimento”.

quantidade de lares com poder aquisitivo promover-se-ia um estímulo ao investimento, ao surgimento de novas fábricas e a diversificação da estrutura produtiva.

Na América Latina, região de países subdesenvolvidos que, por sua vez se enquadra perfeitamente nas observações de Nurkse e Meier, as questões relacionadas ao baixo nível de renda real e a concentração de renda, sobretudo no Brasil, se mostram empecilhos no sentido de permitir a formação de um mercado interno com amplo acesso aos bens de consumo duráveis e melhores condições de vida acima das necessidades básicas da população. Essa temática ganha centralidade também nas discussões cepalinas, em meados da década de 1960.

Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, protagonizaram um importante debate sobre o processo de estagnação brasileira na década de 1960-1970. Enquanto Celso Furtado defendia a sua tese da estagnação oriunda, entre outros fatores, de uma demanda insuficiente para modificar a estrutura produtiva do Brasil (BUGELLI e PIRES, 2011), sendo assim necessário políticas de desconcentração da renda, Maria da Conceição Tavares afirmava que apesar de ser perverso, seria possível crescer com concentração de renda (TAVARES e SERRA, 1971).

No caso brasileiro, em particular, apesar de que a economia tem-se desenvolvido de modo extremamente desigual, aprofundando um conjunto de diferenças relacionadas com o consumo e produtividade, logrou-se estabelecer um esquema que possibilita a geração de fontes internas de estímulo e expansão, que confere dinamismo ao sistema. Neste sentido, pode-se dizer que enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema ou, ainda, ao tipo de dinamismo que o anima (TAVARES e SERRA, 1971, p. 593).

Ainda, segundo Tavares e Serra (1971) acreditava-se que havia basicamente dois tipos de problemas. O primeiro, insuficiência de demanda interna que tornava inviável novos projetos de investimentos e o segundo, falta de recursos para financiá-los rentáveis. O primeiro foi solucionado “[...] redistribuir a renda pessoal e seus futuros incrementos ‘para cima’, a favor das camadas médias e altas [...] e compressão, até mesmo absoluta, das remunerações da massa de trabalhadores menos qualificados” (TAVARES e SERRA, 1971, p. 601). A questão da distribuição de renda foi então resolvida com mais concentração de renda.

Aníbal Pinto (1971) oferece uma análise detalhada dos impactos dessa concentração de renda na formação da estrutura produtiva da América Latina para o período de 1960 a 1971. Sua análise inicia-se pelo lado da oferta, observando as taxas médias anuais de crescimento do setor manufatureiro por grupos industriais.

O crescimento médio anual das indústrias manufatureiras no Brasil foi de 12,2%, bem superior quando comparado com a média da Argentina (5,6%), do México (7,8%) e inclusive da América Latina (6,8%). O que sobressai nessa análise é o crescimento, no Brasil, das indústrias de construção de material de transporte (23,5%), fabricação de produtos metálicos, maquinaria e equipamentos (18,4%), produtos metálicos (17,9%), fabricação de produtos de borracha (13,9%), substâncias químicas industriais (13,6%) e indústrias metálicas básicas (13,2%). Segundo Pinto (1971), esses números demonstram um ritmo de crescimento bastante acelerado nas indústrias metálicas básicas, em bens duráveis pesados no Brasil bem como nos setores tradicionais da economia cuja taxa média anual de crescimento foi em torno de 7%.

No que se refere à demanda interna, ou seja, quem consome o que é produzido, para as rubricas de consumo¹¹ selecionadas em seu estudo, a camada mais rica da população, composta pelos 10% mais ricos participa, em média, com 43% do consumo da América Latina; os 20% abaixo dos 10% mais ricos, com 28%. Os 50% mais pobres participam com 15% do consumo total médio da América Latina e os 20% mais pobres em média com 3%. Compactando esses números, 71% do consumo médio total da América Latina é realizado pelos 30% mais ricos e os 70% mais pobres são responsáveis por apenas 18% da média do consumo total (PINTO, 1976).

Ainda sob a luz das rubricas por consumo analisadas por Aníbal Pinto pode-se ter uma ideia da falta de padronização do consumo na América Latina oriunda da concentração de renda. Os 10% mais ricos são responsáveis por 85% das compras de automóveis¹², 82% dos gastos com serviços domésticos, 75% dos gastos com recreação, 74% dos gastos com mobiliário, 67% com outros serviços pessoais, 50% dos gastos com aparelhos elétricos e mecânicos.

Destarte, os bens de consumo duráveis e serviços mais caros são concentrados nas camadas mais ricas da população e, inversamente, os bens de consumo não duráveis e mais básicos, como alimentos e vestuário são mais demandados pelas camadas mais pobres. Sob esse aspecto, é possível verificar que os investimentos eram direcionados para atender as

¹¹ Alimentos, bebidas e tabaco: carne, cereais, outros alimentos, bebidas e tabaco; Vestuário: roupas, calçados; Habitação: aluguéis, artigos têxteis para o lar, combustíveis, eletricidade, gás, água e móveis e utensílios domésticos; Transportes; Cuidados pessoais; Serviços domésticos; Outros serviços pessoais; Recreação e diversão; Bens de consumo duráveis: automóveis (compra), casas e apartamentos (compra), mobiliário e; Aparelhos elétricos e mecânicos.

¹² Taxa média anual de crescimento da indústria automobilística para a América Latina no período de 1960-1971 foi de 13,5%, no México foi de 15,4% e na Argentina 10,4%. (PINTO, 1976:628)

demandas das elites: “[...] vale repetir que o ‘que produzir’ teve que se adaptar ao ‘para quem’ produzir” (PINTO, 1976, p. 637).

São evidentes as influências recíprocas entre o “para quem” produzir e o “que” produzir, assim como as ligações entre elas e o problema de “como” produzir. De qualquer modo, não parece arriscado postular que o fator de maior hierarquia, na contestação global das interrogações formuladas, é o que se refere ao “para quem” produzir (PINTO, 1976, p. 619).

Por essa ótica, chega-se à conclusão que a concentração de renda exerceu protagonismo na determinação da formação da estrutura produtiva da região analisada. Não obstante, segundo Matsuyama (2002), a dinâmica de uma economia depende de certa forma, da concentração da renda. Se houver distribuição de renda perfeita a economia cairia no que ele chama de “armadilha da pobreza”, pois é necessário que haja famílias com capacidade de renda suficiente para adquirir bens manufaturados caros ou de luxo a ponto de barateá-los, populariza-los e serem consumidos pelas famílias menos abastadas. Novos produtos manufaturados mais caros seriam então lançados no mercado e o círculo virtuoso se retroalimentaria.

Caso contrário, havendo acentuada concentração de renda, esse círculo virtuoso seria interrompido prematuramente (MATSUYAMA, 2002). Apesar de não dimensionar o quanto de desigualdade é necessário para estimular esse círculo virtuoso, Matsuyama (2002) exemplifica que a distância da renda entre os mais ricos e os mais pobres (o *gap* da desigualdade) deveria ser tal qual a distância suficiente para causar um efeito dominó. Uma distância muito grande entre as peças não seria capaz de fazer as peças caírem causando o efeito dominó, e uma distância muito pequena também não.

Daí, retomando a análise de Pinto (1976) para a América Latina, desenvolver uma economia com alta concentração de renda promoveria e agravaria as condições de miséria, mormente nas zonas rural e periféricas das cidades, e esperar uma incorporação lenta das camadas inferiores aos bens de consumo duráveis e melhores condições de vida demandaria um lapso temporal não aceitável sendo necessário dessa forma adotar políticas sociais.

2.4 Ortodoxia e heterodoxia no desenvolvimento econômico

Ao discutir as gêneses dos precursores desenvolvimentistas no Brasil, analisando o contexto histórico em que ele se insere, Fonseca (2012) os agrupa em quatro categorias: os nacionalistas, os defensores da indústria, os papelistas e os positivistas. Cada categoria contribuiu sobremaneira para o formato das ideias e estratégias desenvolvimentistas

praticadas, sobretudo nos países latino-americanos. No Quadro 4 especificamos de modo sucinto suas principais contribuições.

Quadro 4 - Gênese do desenvolvimentismo no Brasil

Categorias	Contribuições ao desenvolvimentismo
Nacionalistas	Contribuíram para a crítica ao exclusivismo que a colônia tinha com a metrópole, conduzindo mais adiante ao processo da independência; as ideias nacionalistas não eram necessariamente industrializantes; o liberalismo e o nacionalismo não eram ideias concorrentes, mas sim andavam lado a lado.
Defensores da indústria	Dividia-se em dois grupos: os defensores das indústrias naturais e os das indústrias artificiais. O primeiro, era a favor da industrialização agroexportadora e o segundo, da industrialização química, metalúrgica e de bens de capital. A crítica dos primeiros em relação aos segundos era que este era inflacionário, em virtude da necessidade de grandes investimentos em capital e máquinas, enquanto que aquele, lastreado em oferta abundante de matérias primas e mão de obra, não causaria inflação. Essa inclusive é uma das críticas direcionadas a era desenvolvimentista de Vargas pelo partido UDN (União Democrática Nacional)
Papelistas	A principal contribuição desse grupo foi ir de encontro ao pensamento da política econômica clássica no que se refere ao equilíbrio orçamentário. Eram adeptos do crédito, do orçamento deficitário e dos empréstimos, a princípio apenas utilizados como ferramentas anticíclicas, porém tornou-se condição quase necessária para o desenvolvimentismo.
Positivistas	Contribuíram para as discussões no sentido de serem a favor da intervenção do Estado sempre que houvesse necessidade de resolver problemas sociais. Deveria o estado direcionar a sociedade rumo ao progresso. Eram adeptos da boa administração das finanças, o estado deveria ser cauteloso na concessão e no uso de empréstimos. O Estado não deveria gastar mais do que arrecadasse, dando bom exemplo à sociedade.

Fonte: Fonseca (2012). Elaboração própria.

Após a era desenvolvimentista que vai de 1930 a 1964, o Brasil passa por um período de instabilidade macroeconômica inibidora do crescimento e do pensamento desenvolvimentista que vai de 1980 a 2008, portanto 28 anos sem se pensar e discutir desenvolvimento econômico no país. É nesse contexto que as discussões entre ortodoxos e heterodoxos se intensificam no campo da macroeconomia (BIELSCHOWSKY, 2012).

Para Mollo e Fonseca (2013) essas discussões são pertinentes, pois apenas entendendo os alicerces teóricos que o pensamento desenvolvimentista se baseia, isto é, a ortodoxia e ou a heterodoxia, será possível surgir com políticas econômicas mais assertivas.

Tanto as correntes heterodoxas como a ortodoxa são a favor do Estado ativo na consecução de políticas desenvolvimentistas, divergindo apenas na intensidade e até onde pode ir essa intervenção, portando seu poder é limitado e discutível (MOLLO e FONSECA, 2013). Dessa forma, eles entendem que o pensamento desenvolvimentista não segue um pensamento hermético, mas sim controverso, principalmente no que tange ao papel do capital estrangeiro e à participação ativa do Estado.

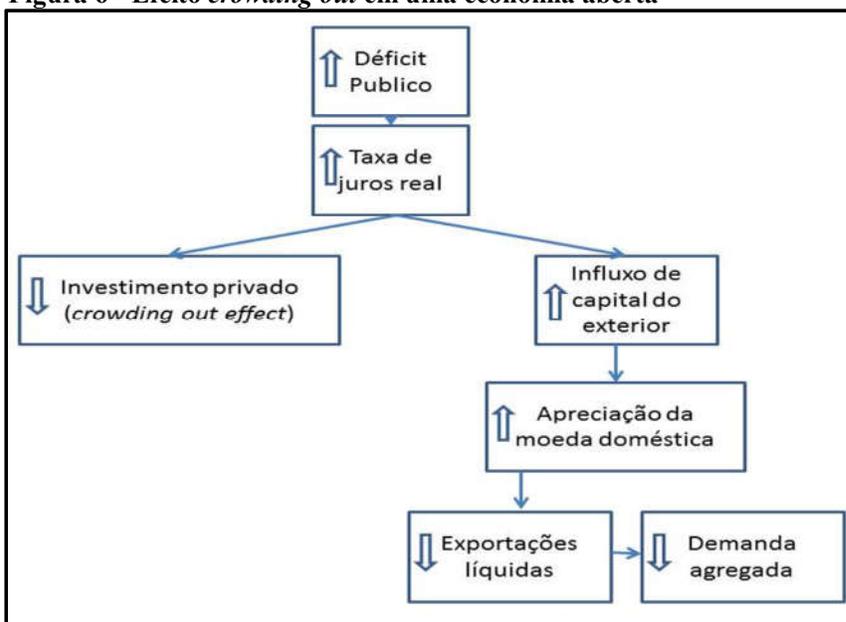
O desenvolvimentismo sob a ótica da ortodoxia (neoclássicos, novo-clássicos e novos-keynesianos), segundo Mollo e Fonseca (2013), dois aspectos justificam a impotência do Estado para o desenvolvimento econômico, a saber: *i*) ineficácia da política monetária, em virtude da “neutralidade da moeda” e; *ii*) a relação da política fiscal com o efeito *crowding out*.

Com respeito à questão monetária, uma expansão desta causaria apenas uma elevação nos preços e nos salários da economia, tendo nenhum efeito sobre as variáveis reais, como o produto e o emprego (CARVALHO et al., 2007). Para os ortodoxos, o crescimento da economia depende da iniciativa privada, que seria capaz de alocar os recursos de forma eficiente conduzindo a um crescimento não inflacionário: o crescimento da capacidade produtiva da economia necessitaria de investimento; o recurso para financiar esse investimento seria oriundo da poupança, exigindo dessa forma que os agentes econômicos abrissem mão do consumo presente; a queda do consumo abriria espaço para o aumento da demanda, que seria satisfeita com o investimento produtivo (MOLLO e FONSECA, 2013). Está implícito no fluxo ora descrito que a demanda seria sempre inferior à oferta, logo haveria um crescimento sem inflação. Políticas monetárias expansionistas através do crédito, por sua vez, para os ortodoxos são entendidas apenas como transferências de rendas de poupadores para investidores, logo qualquer expansão monetária realizada pelo Estado acima da capacidade de produção real da economia ou sem lastro em poupança, teria como consequência inflação, “distorcendo os preços relativos, atrapalhando o papel regulador do mercado, o que torna a ação estatal desaconselhável” (MOLLO e FONSECA, 2013, p. 225).

Com respeito à política fiscal expansionista, esta seria responsável pelo efeito *crowding out*, que surge da necessidade de o governo financiar déficits orçamentários emitindo títulos públicos elevando, por conseguinte a taxa de juros da economia. A elevação da taxa de juros inibiria dessa forma o investimento privado (ver Figura 6). Todavia, para Carvalho (2008) e Froyen (2006), outros efeitos também podem ser esperados: a taxa de juros elevada da economia atrairia capitais estrangeiros em busca de taxas de juros reais mais atrativas. O influxo desses capitais valorizaria a moeda local, incentivando as importações e

desestimulando as exportações, que por seu turno causaria uma retração na demanda agregada. Há de se observar que o influxo de capitais, oriundos da elevação da taxa de juros diminui o déficit orçamentário, porém causaria ainda efeitos diversos em outros mercados. Ademais, nota-se ainda uma relação direta entre déficits públicos e déficits comerciais, ver Figura 6 (CARVALHO, et al., 2008). Isto posto, Mollo e Fonseca (2013) concluem que para a macroeconomia ortodoxa a prioridade é a estabilidade dos preços, e que o crescimento da economia seria uma consequência dessa estabilidade.

Figura 6 - Efeito *crowding out* em uma economia aberta



Fonte: Carvalho, et al. (2008). Elaboração própria.

O desenvolvimentismo sob a ótica heterodoxa tem como base os clássicos e em Marx, na macroeconomia de Keynes e na teoria estruturalista da CEPAL (MOLLO e FONSECA, 2013). No que tange à macroeconomia keynesiana, a política monetária, em contraponto com a visão monetarista neoclássica, não é neutra, porém pode ter efeitos limitados pela percepção da incerteza dos agentes econômicos fazendo-os reter moeda – preferência pela liquidez. Dessa forma, a política fiscal é preferível à monetária, pois o Estado tem o poder de centralizar informações, mobilizar recursos e influenciar a demanda efetiva, e como não visa obter lucro, deve agir independente da incerteza dos agentes econômicos (MOLLO e FONSECA, 2013).

Quanto à crítica que a política monetária e fiscal expansionista de Keynes é inflacionária, Mollo e Fonseca (2013, p. 227) lembram que o investimento e o crescimento da economia oriundos dos estímulos fiscais e ou monetários elevam apenas a oferta após o crescimento da demanda:

[...] a médio e a longo prazos não é necessário esperar pressão sobre os preços. Por outro lado, o aumento da produção incrementa a arrecadação e permite pagar as dívidas ou cobrir déficits. Em qualquer caso, há um papel do estado fundamental na garantia do desenvolvimento estimulando o investimento [...]

Quanto à visão keynesiana do orçamento público, este preferia um orçamento não necessariamente equilibrado, pois o estado perderia sua principal e mais efetiva ferramenta de política macroeconômica: a política fiscal (FROYEN, 2006). Nos ciclos econômicos recessivos um orçamento deficitário é desejável, e elevar impostos e ou cortar gastos, ou as duas coisas ao mesmo tempo, visando alcançar o equilíbrio, orçamentário significaria uma política pró-cíclica, isto é, apenas aprofundaria a recessão. Porém, nem todo orçamento deficitário é bem vindo para os keynesianos. Eles fazem distinção entre déficits cíclicos e déficits estruturais¹³, sendo o primeiro oriundo do nível da atividade econômica e o segundo referente ao déficit que existiria mesmo que a atividade econômica estivesse no nível de produto potencial, isto é, um déficit atribuído às ações irresponsáveis dos *policymakers* (FROYEN, 2006).

Sob a ótica de Mollo e Fonseca (2013) e Froyen (2006), o orçamento keynesiano era compatível com um Estado atuante e comprometido com o desenvolvimento econômico. Ainda, para Mollo e Fonseca (2013), Keynes trabalhava com dois tipos de orçamento, um de gastos correntes e outro de gastos de capital. O primeiro, referente às despesas correntes do governo, era preferível que estivesse em equilíbrio e o segundo, no curto prazo poderia estar em desequilíbrio em função dos investimentos realizados para promover o pleno emprego e garantir a demanda efetiva da economia, e no longo prazo em equilíbrio em virtude das receitas oriundas dos projetos executados.

A crítica que Meier (1953) faz aos ortodoxos a respeito das alocações perfeitas dos recursos atribuídas à iniciativa privada é deveras esclarecedora, justificando dessa forma a intervenção estatal. Ele reconhece que o mercado nas economias subdesenvolvidas é, por naturezas diversas, imperfeito e que esse fato *per se* não justifica o enfoque marginalista em busca da alocação perfeita dos recursos. Para uma economia atrasada, em sua visão, talvez seja muito mais eficiente analisar a viabilidade de criar ou destruir uma determinada capacidade produtiva, se o incremento na economia não poderia ser viabilizado pela

¹³ A título de exemplo, suponhamos que a economia esteja abaixo do seu produto potencial e que seu déficit efetivo seja de R\$ 100,00. Precisariamos então, para calcular o déficit estrutural, conhecer o produto potencial da economia e estimar seu incremento no orçamento em virtude da elevação da arrecadação com impostos e redução da necessidade de transferências. Suponhamos nesse caso que no nível de produto potencial, a arrecadação aumentasse em R\$ 30,00, mais uma redução nas transferências de seguro-desemprego na ordem de R\$ 10,00 em virtude da elevação do nível de emprego da economia. Dessa forma, R\$ 100,00 – R\$ 30,00 – R\$ 10,00, resultam em um déficit estrutural de R\$ 60,00 (FROYEN, 2006).

introdução ou pelo abandono de uma determinada produção, ou pelo estímulo ao consumo de uma determinada mercadoria.

Antes que os refinamentos marginais se tornem relevantes, deve haver em primeiro lugar várias transformações estruturais preliminares, além de uma grande quantidade de pré-investimentos, distribuídos simultaneamente numa ampla frente, de modo que a utilização dos investimentos se aproximará da plena capacidade. Assim, o baixo produto dos países atrasados pode ser atribuído, de *modo realista, muito mais à ausência dessas grandes transformações que ao não cumprimento de condições marginais* (MEIER, 1953, p. 91) (grifos do autor).

Para Mollo e Fonseca (2013), de Marx justifica-se o intervencionismo do Estado para o desenvolvimento no sentido deste atuar como regulador das tensões naturais do sistema capitalista de produção, sobretudo na relação capital/trabalho, tendo em mente que essa intervenção apesar de ter um impacto duradouro não resolveria por definitivo os problemas sociais inerentes ao sistema capitalista. Mollo e Fonseca (2013) apontam ainda o Estado como gestor da força de trabalho, administrador do exército industrial de reserva, provedor de infraestrutura para o desenvolvimento do capital, fornecedor de ajuda ao capital nacional nos mercados estrangeiros, garantidor da propriedade privada etc.

No que se refere à visão estruturalista da CEPAL, conforme já discutimos anteriormente no início do capítulo, os problemas dos países periféricos estão diretamente relacionados ao curso das exportações especializadas em matérias primas, de baixo valor agregado, impondo dessa forma limites à capacidade de importação e ao desenvolvimento econômico. Nesse contexto, o intervencionismo estatal é mais que justificável no sentido de, através do esforço deliberado, agir sobre as forças da economia para mudar de forma consciente o *status quo* (FONSECA e MOLLO, 2013).

2.5 As correntes novo-desenvolvimentistas no Brasil recente

Pelo que expomos até agora, o desenvolvimentismo é mais uma vertente heterodoxa do que ortodoxa, visto que necessita da intervenção do estado para estimular o crescimento da economia do lado da demanda, apesar de fatores do lado da oferta - infraestrutura e inovação - também terem atenção do Estado. Contudo, para Mollo e Amado (2015) o desenvolvimento não se resolve apenas solucionando as deficiências de infraestrutura e inovação, pois não há garantias de que a produção aumentará com essas questões solucionadas. Para a heterodoxia desenvolvimentista, o aumento da produção é solucionado através de intervenções que estimulem o lado da demanda. Segundo Mollo e Amado (2015, p. 2) a questão colocada é que “[...] tipo de demanda quer se estimular para garantir o crescimento, com consequências sobre as prescrições de políticas privilegiadas em cada abordagem” desenvolvimentista.

Mollo e Amado (2015) apresentam um trabalho no qual discutem as principais correntes novo-desenvolvimentistas atualmente em debate no Brasil. Para elas, as três correntes desenvolvimentistas ora em discussão são: novo-desenvolvimentismo precursor, novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano e o social-desenvolvimentismo. Vejamos resumidamente cada uma delas.

2.5.1 O novo-desenvolvimentismo precursor

Seu principal expoente é Bresser-Pereira¹⁴ e teve como marco teórico o início dos anos 2000 no Brasil. Na definição de Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. V), o novo-desenvolvimentismo é “novo” porque combina ações de mercado e do Estado como estratégia nacional de desenvolvimento para alcançar a mudança estrutural necessária ao desenvolvimento econômico. Sua prioridade é o mercado externo e é essa característica que o diferencia basicamente do desenvolvimentismo das décadas de 1950/1960, quando o foco era o mercado interno. Nessa corrente, outra característica marcante é a atenção dada ao equilíbrio fiscal como condição necessária ao desenvolvimento econômico sustentável. Para essa corrente desenvolvimentista, as exportações devem ser estimuladas, baixando-se a taxa de juros para estimular o investimento. A mão de obra barata disponível no Brasil seria um grande diferencial a ser aproveitado nessa estratégia (MOLLO e AMADO, 2015).

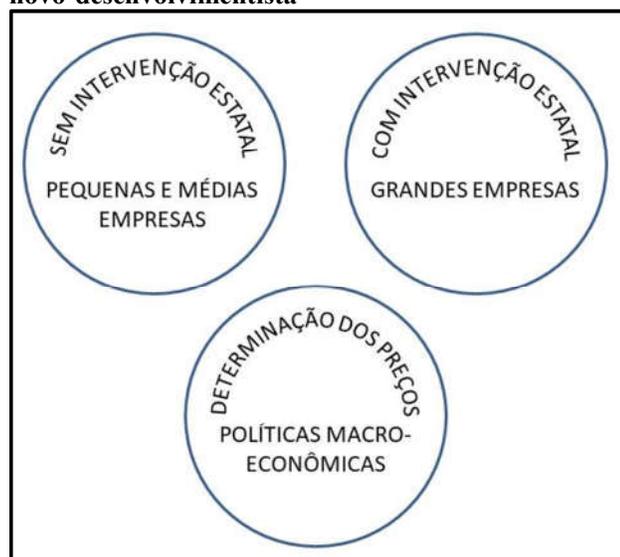
Para o novo-desenvolvimentismo, o sistema econômico é dividido em três esferas:

- i)* A esfera competitiva, formada por pequenas e médias empresas;
- ii)* A esfera monopolística, formada pelas grandes empresas; e
- iii)* A esfera da política macroeconômica.

A primeira esfera, por ser composta por pequenas e médias empresas, o novo-desenvolvimentismo a considera um setor competitivo, logo não necessita de intervenção estatal, o mercado é capaz de coordenar eficazmente esse setor. A segunda e a terceira esferas necessitam da intervenção estatal e isso se justifica pelo fato de que o setor monopolístico (ou quase-monopolístico), formado notadamente pelas grandes empresas de infraestrutura, precisa ser regulado, ter seus investimentos planejados e coordenados pelo Estado, e a terceira esfera, o Estado precisa intervir para determinar os preços macroeconômicos, notadamente o preço da taxa de câmbio (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016). Ver Figura 7.

¹⁴ Além de Bresser-Pereira, podemos citar Gala, Nakano, Oreiro e Marconi como autores defensores dessa corrente desenvolvimentista.

Figura 7 - Divisão do sistema econômico na ótica novo-desenvolvimentista



Fonte: Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016).
Elaboração própria.

Na teoria novo-desenvolvimentista está explícito o setor econômico que deve ser prioridade das políticas de desenvolvimento do Estado, isto é, o setor industrial. Para os autores dessa corrente, o setor industrial brasileiro já está devidamente consolidado, não necessitando de políticas protecionistas, logo a ação do Estado deve ser no sentido de garantir uma taxa de câmbio¹⁵ competitiva para estimular as exportações. Nesse sentido, é comum alguns autores, entre eles Oreiro (2016, p. 149), atribuírem a estratégia novo-desenvolvimentismo como sendo *export led*, contudo os autores de Macroeconomia Desenvolvimentista afirmam tacitamente não ser *export led* nem *wage led*, mas sim uma estratégia equilibrada.

A estratégia novo-desenvolvimentista visando o *catching up* das economias desenvolvidas, segundo Oreiro (2016), necessita de uma política macroeconômica cuja centralidade seja a consecução de uma taxa real de câmbio competitiva, promovendo assim a ampliação da exportação de produtos manufaturados de tal forma que viabilize a expansão da acumulação de capital e a elevação do nível de tecnologia nos processos produtivos – Figura 8. A política cambial ativa deverá ser acompanhada de uma política fiscal responsável visando eliminar o déficit público, contudo que permita a ampliação sustentável dos investimentos. A política salarial deverá crescer acompanhando o crescimento da produtividade, auxiliando a manutenção da taxa real de câmbio de equilíbrio, pois a não

¹⁵ Em Macroeconomia do desenvolvimento, Oreiro (2016, p. 147) defende que a taxa de câmbio competitiva deve ser perseguida através de política de controle de capitais. A política monetária teria apenas um papel coadjuvante para administrar a taxa nominal de câmbio.

observância dessa regra provocaria uma apreciação da taxa real de câmbio, fato indesejado para o sucesso do regime *export-led*. Por fim, uma política fiscal responsável juntamente com um aumento salarial respeitando o crescimento da produtividade, promoveria um ambiente de inflação baixa e controlada viabilizando uma manutenção baixa da taxa de juros. Figura 8.

Figura 8 - Estratégia macroeconômica novo-desenvolvimentista



Fonte: Oreiro (2016). Elaboração própria.

A literatura consultada sobre a estratégia novo-desenvolvimentista aborda muito pouco ou de maneira às vezes muito superficial o aspecto da importância dos produtos agropecuários na pauta de exportação, por duas razões, a saber:

- i) O comércio internacional de *commodities* focado nas vantagens comparativas colocam os países agroexportadores vulneráveis à doença holandesa. Os proponentes do novo-desenvolvimentismo alertam, dessa forma, para uma tendência à apreciação da taxa real de câmbio no médio e longo prazo nessas economias, o que estimularia ainda mais a especialização produtiva em *commodities*; e
- ii) O novo-desenvolvimentismo enfatiza a necessidade de se transferir mão de obra dos setores menos produtivos para os mais produtivos, isto é, para o setor industrial de manufaturados (OREIRO, 2016).

Esta corrente de desenvolvimento está constantemente preocupada com a tendência natural de valorização da taxa de câmbio em virtude da alta taxa de juros da economia brasileira e do curso das exportações de *commodities*. A administração da política cambial no

sentido de obter uma taxa de câmbio competitiva para a indústria teria os seguintes objetivos: *i)* evitar o problema da doença holandesa, *ii)* conter a pressão salarial nos custos das empresas, e *iii)* estimular as exportações de produtos manufaturados. Ela defende também que haja uma taxa de câmbio diferente para os setores exportadores de matérias primas (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016).

Com respeito às questões sociais, o novo-desenvolvimentismo aparenta não ter um consenso, isto é, defendem políticas antissociais ao mesmo tempo em que são a favor delas. Dentre as correntes estudadas nesse trabalho, é a única que defende explicitamente compressão dos salários através de política de desvalorização cambial no sentido de manter elevados os lucros do capital permitindo assim disponibilidade de renda para reinvestimentos produtivos. Defende ainda que o Estado deve priorizar os investimentos produtivos em detrimento do financiamento na prestação de serviços sociais. (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016).

Ainda assim, esses autores consideram que o novo-desenvolvimentismo é uma estratégia de desenvolvimento social ao defenderem uma reforma fiscal de caráter progressista e uma política social ativa, e se mostram preocupados com a redução das desigualdades. A redução dos salários é necessária no curto prazo, contudo em virtude dos ganhos de renda, no médio e longo prazos, os salários aumentariam a um nível ainda mais alto do que aquele observado antes de sua redução. Ainda, o novo-desenvolvimentismo é explicitamente crítico das estratégias que estimulam o consumo imediato através de políticas de valorização cambial.

2.5.2 O novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano

Enquanto a proposta novo-desenvolvimentista precursora é mais conservadora e é frequentemente comparada à ortodoxia liberal, o novo-desenvolvimentismo pós-keynesiano surge como uma proposta de prescrição de política econômica diferenciada. Além de priorizar o mercado externo, foca sua atenção na política de controle de capitais – quando a economia for aberta (MOLLO e AMADO, 2015).

Essa corrente desenvolvimentista, diferentemente da vertente precursora que prioriza a taxa de câmbio, tem como variável-chave a taxa de juros. A manutenção da taxa de juros baixa viabiliza o *funding* do investimento e o *finance motive*, melhora as contas públicas e controla a entrada de capitais especulativos. Com respeito à distribuição de renda, os pós-keynesianos preocupam-se com medidas que elevam o nível da demanda agregada ao criar

um ambiente estável, com menos incerteza para os investimentos produtivos (MOLLO e AMADO, 2015).

Desta forma, preocupam-se mais com a estabilidade macroeconômica do que com a estabilidade dos preços. Não fazem menção, como bem colocado por Mollo e Amado (2015), ao aumento da demanda interna, pois o foco é dado, como já mencionado, ao comércio exterior, contudo, diferentemente dos precursores, o protecionismo é dado à conta de capitais.

2.5.3 O social-desenvolvimentismo

Dentre as três correntes de desenvolvimento abordadas nesse trabalho, o social-desenvolvimentismo é a única que dá um lugar de destaque às políticas de distribuição de renda, pois sua variável-chave de promoção do desenvolvimento econômico é o estímulo ao mercado interno. Mollo e Amado (2015) vêm proximidade dessa corrente com o marxismo dado o interesse no aumento dos salários e às políticas sociais orientadas pelo Estado.

A proposta social-desenvolvimentista adotada no Brasil pode ser dividida em 3 áreas macro: a social, a produtiva e a macroeconômica. A área social visa promover a inclusão social, bem como a desconcentração de renda. Quanto à macroeconômica, esta deveria assegurar a estabilidade macroeconômica, porém mantendo foco nas questões distributivas de renda. Com relação ao campo produtivo, este é composto por duas subáreas: uma área composta por três frentes de expansão e outra por dois potencializadores (BIELSCHOWSKY, 2015).

As três frentes de expansão são: crescimento com redistribuição de renda por produção e consumo de massas; investimento em infraestrutura social e econômica; e, atividades intensivas em recursos naturais. Para garantir sustentabilidade ao projeto, as três frentes de expansão seriam potencializadas por: encadeamentos industriais para frente e para trás; e investimento em educação, C&T e inovação (BIELSCHOWSKY, 2015).

A expansão do mercado de massa ocorreria quando a renda per capita permitisse que a população consumisse acima das suas necessidades básicas, ou seja, alimentação, habitação, vestuário etc. Dessa forma, seria necessário fazer com que novos bens de consumo fossem incorporados na cesta das famílias de baixa renda. Para isso, seria de suma importância a estabilidade relativa dos preços dos produtos industriais (BIELSCHOWSKY, 2015).

O círculo virtuoso - Figura 9 - dessa estratégia desenvolvimentista se daria da seguinte forma: o aumento da massa salarial tendo como alicerces a estabilidade do emprego

formal e a democratização do crédito para o consumo aumentaria os investimentos¹⁶. Dessa forma haveria uma intensa troca de estímulos entre salários e investimentos. Essa troca estimularia a introdução de novas técnicas produtivas, aumentando assim a produtividade. Os ganhos de produtividade dariam espaço para aumentar os salários, portanto estes não deveriam crescer mais que a economia. O círculo virtuoso se completaria com expansão da produção e do consumo de massas. Todavia, várias literaturas indicam que as importações chinesas se apresentaram como grande gargalo dessa estratégia, isto é, o consumo de massas foi no Brasil e a produção de massa na China (CORREA, 2015).

Figura 9 - Lógica do círculo virtuoso do social-desenvolvimentismo



Fonte: CORRÊA (2015). Elaboração própria.

Para além da ampliação dos empregos formais, Bielschowsky (2004) defende que os ganhos de produtividade seriam transferidos às rendas das famílias através da estabilização dos preços dos bens e serviços populares e de intensivas políticas sociais. Ainda, no longo prazo, ele considera que uma expansão da economia em torno de 4%-5% a.a. juntamente com o aumento demográfico deveria haver uma convergência entre oferta e demanda de mão de obra. Dessa forma, o relativo escasseamento da mão de obra permitiria transferências dos ganhos de produtividade (BIELSCHOWSKY, 2004). Os aumentos dos empregos formais e o aumento do crescimento da economia possibilitariam o financiamento de políticas de distribuição de renda sem que causasse desequilíbrios fiscais nas contas do país (BARBOSA e SOUZA, 2009).

Para o social-desenvolvimentismo, políticas de desvalorização cambial, em contraponto com a corrente novo-desenvolvimentista precursora, devem ser vistas com

¹⁶ O crédito para o consumo é importante para estimular a aquisição de bens duráveis, pois estes é que fazem aumentar os investimentos em formação bruta de capital fixo, importante indicador para a industrialização do país. Adicionalmente, com vistas a ampliar a taxa de investimento, em 2007, início do segundo mandato do presidente Lula, é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

bastante cautela, pois esta promoveria uma redução relativa dos salários ao pressionar a inflação desestimulando o consumo no mercado interno. Para Mollo e Amado (2015, p. 16) “contar com o mercado interno como motor ou como estratégia leva a maior garantia de distribuição de renda e de aumento das rendas mais baixas do que quando isso é apenas resultado esperado do crescimento movido pelo mercado externo”.

Do que expomos nesse capítulo sobre as principais correntes desenvolvimentistas em discussão no Brasil recente e conforme Mollo (2016), apresentamos a seguir no Quadro 5 uma síntese comparativa de suas principais características.

Quadro 5 - Síntese comparativa das principais correntes desenvolvimentistas do Brasil recente

	NOVO-DESENVOLVIMENTISMO PRECURSOR	NOVO-DESENVOLVIMENTISMO PÓS-KEYNESIANO	SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO
Principais autores	Bresser-Pereira, Oreiro, Marconi.	Sicsú, de Paula, Michel.	Bielschowsky, Ferrari e Fonseca, Mollo e Amado.
Taxa de juros	Baixa, para relançar investimentos ligados ao setor exportador.	Baixa, para relançar os investimentos em geral e para inibir o capital especulativo.	Baixa, para iniciar os efeitos de encadeamento positivos sobre a economia como um todo, via aumento do investimento.
Variável-chave	Taxa de câmbio industrial competitiva.	Taxa juros e proteção à conta de capitais.	Consumo de massas e/ou investimento.
Tipo de demanda	Mercado externo.	Mercado externo e interno.	Mercado interno.
Macroeconomia	Estabilidade dos preços macroeconômicos: taxa de juros, lucros, taxa de câmbio, salários e inflação.	Estabilidade macroeconômica futura para minimizar as incertezas da economia.	Estabilidade dos preços através da valorização cambial e controle da inflação.
Crédito	Preocupa-se com o consumo imediato. Poupança prévia (pública + privada) é importante para o investimento.	O crédito a juros razoáveis substitui a poupança prévia.	O crédito é fortemente utilizado para estimular tanto o consumo como o investimento.
Estado	Dá importância ao mercado e ao Estado na consecução do desenvolvimento econômico.	Estado é importante para acalmar a incerteza natural do mercado.	Estado exerce papel ativo na economia.
Questões sociais	Pouca importância às questões sociais.	Pouca importância a questões de distribuição de renda.	Questões sociais são centrais.

Elaboração própria.

3 BRASIL E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Este capítulo contextualiza, a partir da década de 1990, as principais políticas implantadas para estabilizar a economia brasileira. Faz-se uma breve passagem pelos Planos Collor I, Collor II e Plano Real, apresentando sumariamente algumas de suas principais características, sucessos e fracassos. Esses planos econômicos tinham o objetivo central de estabilizar a economia, sobretudo pelo lado da oferta, seguindo o receituário ortodoxo dado a

sua prioridade em aumentar a produção e a competitividade da economia brasileira. Utiliza-se nessa contextualização textos de Milani, Bresser-Pereira, Nakano, Pinto e Gonçalves, Mattos e Cardoso Jr., Lacerda et. al entre outros, todavia sem perder de vistas a centralidade da nossa pesquisa – o consumo de massa. É mister essa retomada histórico-econômica para a pesquisa visto que esse período é marcado por uma forte contenção do consumo das famílias e é o início, no Brasil, mormente a partir da implantação do Plano Real e sob a tutela dos organismos internacionais, do surgimento de um novo modelo de política macroeconômica lastreado em três pilares, a saber: *i)* taxa de juros alta, *ii)* regime de metas de inflação e *iii)* superávit fiscal. Narra-se também, sucintamente, as condições políticas pela qual um representante do Partido dos Trabalhadores alcançou o cargo de presidente da República dando início a um período denominado pós-neoliberal, inaugurando um novo modelo de desenvolvimento econômico. Nesta parte do trabalho, serão descritas algumas das políticas adotadas nos governos Lula I e II – 2003 – 2010 e Dilma I – 2011 – 2014.

A crise da dívida externa que se iniciou na década de 1980 se alastra por toda a década de 1990. O cenário de desorganização econômica no Brasil, inflação elevada, passivo externo crescente e dificuldades de financiamentos de longo prazo, colocam em questionamento a eficiência das políticas intervencionistas do Estado dos anos anteriores, fazendo com que as décadas de 1980 e 1990 fossem marcadas por planos e políticas de estabilização macroeconômica. Na década de 1990, corte temporal a partir do qual concentrar-se-á atenção nessa parte do trabalho, pode-se citar como principais medidas no sentido de reorganizar a economia brasileira:

- Os Planos Collor I, II e Plano Real, que tinham por objetivo controlar a inflação e;
- Políticas de privatização e de abertura ao mercado externo, impostas pelos organismos internacionais, através do Consenso de Washington, como condições necessárias para o acesso à recursos financeiros e a renegociação da dívida.

Inicia-se então, na década de 1990, o ingresso do Brasil nos moldes de ajuste estrutural que contemplaram e reforçaram o processo de liberalização da economia brasileira (MILANI, 2010). Lacerda et al. (2010) apresentam questões teóricas relacionados ao que deve ser liberalizado primeiro durante esse processo, isto é, se o mercado de bens ou de capitais. As experiências na década de 1980 vivenciadas por alguns países latino-americanos¹⁷ sinalizam que a liberalização deve iniciar-se pelo mercado de bens, visto que o mercado de capital se adapta mais facilmente às mudanças do processo de liberalização.

¹⁷ Lacerda et al. (2010) refere-se às experiências do Chile e da Argentina.

3.1 Planos Collor I e Collor II

O foco das políticas econômicas implantadas na década de 1990, diferentemente das adotadas na década de 1980 cujo objetivo era estabilizar a economia pelo lado da demanda, procurou estabilizar a economia pelo lado da oferta (receituário ortodoxo), logo seu objetivo era aumentar a produção e a competitividade internacional da economia brasileira.

Importante salientar que as políticas econômicas as quais nos referimos no parágrafo anterior fazem parte das reformas estruturais de caráter neoliberal, visto que esses ajustes foram “[...] um processo de reformas que visava consubstanciar condições básicas para impulsionar um novo modelo de desenvolvimento” (MILANI, 2010, p. 51) o qual, colocado em perspectiva, foi mais nocivo para o país do que o regime de desenvolvimento por substituição de importações.

A dificuldade financeira pela qual o Brasil se encontrava e a liquidez no cenário internacional foram determinantes para ditar o rumo de suas políticas desenvolvimentistas, assim como as dos demais países latino-americanos na década de 1990. Visando estruturar e renegociar sua dívida externa com os organismos internacionais, o Brasil aceitou as condições impostas pelo Plano *Brady*¹⁸, qual seja trocar as dívidas de curto prazo por dívidas de longo prazo dando como contrapartida o compromisso de adotar políticas econômicas austeras do ponto de vista fiscal, política monetária restritiva (juros elevados), controle do câmbio e abertura econômica (MILANI, 2010).

Porém, foi só em 1990 que os primeiros passos em direção à intensificação das políticas neoliberais foram dados por Fernando Collor de Melo ao assumir a presidência da República, em março daquele ano. Imbuído de estabilizar a inflação galopante que assolava a economia brasileira, colocou em prática uma série de medidas, a saber:

a) uma reforma monetária, que incluía o bloqueio de 70% dos ativos financeiros do setor privado; b) um ajuste fiscal; c) uma política de rendas baseada num novo congelamento de preços; e d) a introdução de uma taxa de câmbio flutuante. Como política de médio prazo: liberalização do comércio exterior e privatização (BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 1991, p. 10).

Para Moran e Witte (1993), o plano Collor I, apesar de ter causado pânico na população em virtude da forma pragmática com que foi levado a cabo, foi importante e sua implantação justificada, pois a economia brasileira estava desorganizada, apresentava elevados déficits públicos, descontrole de preços beirando à hiperinflação assim como

¹⁸ O nome dado ao plano de reestruturação da dívida externa de alguns países, que foi lançado no final da década de 1980. O nome do plano tem sua origem no nome do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas F. Brady.

expressiva especulação em ativos financeiros de curtíssimo prazo. Logo, “[...] o plano provocou mudanças substanciais nas áreas monetária e financeira, fiscal de comércio exterior e câmbio, de controle de preços e salários, deixando a população aturdida” (MORAN e WITTE, 1992, p. 136).

Bresser-Pereira e Nakano (1991) afirmam que a decisão pela moratória interna, isto é, o sequestro dos ativos financeiros do setor privado, foi necessário, pois não era possível adotar um ajuste fiscal drástico – elevação de impostos e corte de gastos – num período de tempo muito curto, assim como se acreditava que a redução do M4¹⁹ seria a maneira mais rápida de controlar a inflação.

No campo da política fiscal, o objetivo principal era recuperar a capacidade de financiamento do setor público bem como sustentar a política monetária no controle da inflação. Assim, ampliou-se a base tributária de 23% para 29% do PIB; afastaram-se cerca de 320 mil servidores através do programa de demissão voluntária, reorganizando dessa forma o tamanho da máquina pública; e deu-se início a uma reforma patrimonial – fechamento e desestatização de órgãos públicos – visando arrecadar cerca de US\$ 1 bilhão em 1990 (MILANI, 2010).

Apesar dos prejuízos sociais causados por essas medidas, Milani aponta êxito apenas na consecução do seu primeiro objetivo, pois conseguiu um superávit operacional de 3,1% do PIB, em setembro de 1990, enquanto planejava fechar o ano com 10% do PIB de superávit primário. Nesse ponto, Bresser-Pereira e Nakano (1991) afirmam que a meta de superávit de 10% do PIB era um exagero e que o ajuste fiscal foi insuficiente visto que o Ministério da Economia a época já estudava um novo pacote de ajuste fiscal. Como medida compensatória à política fiscal, utilizou-se, em certa medida, e temporariamente, a moratória interna, ganhando tempo para aprofundar o ajuste fiscal no futuro.

A inflação continuava alta e, em janeiro de 1991, foi implantado o Plano Collor II, responsável por intensificar a abertura comercial ao reduzir as alíquotas de importação médias de 25,3%, em 1991, para 14,2%, no final de 1994 (MORAN e WITTE, 1993). Nesse ponto Lacerda et al. (2010, p. 263) argumentam que o processo de abertura da economia não deveria ter sido muito rápido (como parece que foi o caso da economia brasileira) para não aprofundar

¹⁹ As estatísticas dos diversos agregados monetários e financeiros são definidas por M1, M2, M3 e M4. O M1 = PMPP (Papel Moeda em Poder do Público) + depósitos à vista. O M2 = M1 + depósitos remunerados + depósitos de poupança + títulos emitidos por instituições depositárias. O M3 = M2 + quotas de renda fixa + operações compromissadas registradas no Selic e por fim o M4 = M3 + títulos públicos de alta liquidez (CARVALHO et. al., 2007).

de forma demasiada e negativa os impactos de tal processo, nem tão lento a ponto de se tornar passivo e frágil às pressões políticas.

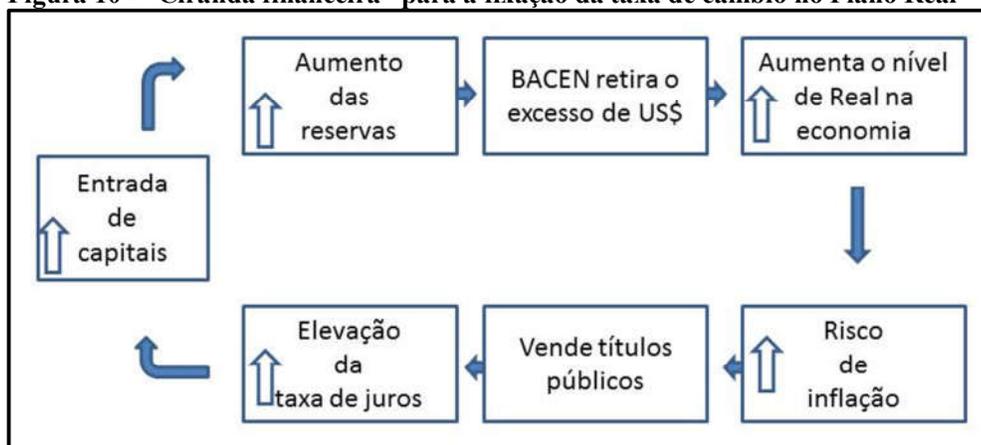
Com o impeachment de Collor no final de 1992, assume seu vice-presidente Itamar Franco que nomeia para o Ministério da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. À frente do ministério, ele lidera a formulação do Plano Real, lançado em 1994. Pode-se dizer que o Plano Real concretiza e solidifica o ajuste estrutural na economia brasileira iniciado com Fernando Collor de Mello. Apesar de ter conseguido controlar a inflação, o Plano Real não foi eficiente para garantir a retomada do crescimento da economia, ponto de vista que é compartilhado por diversos autores consultados.

Inicia-se então, uma nova maneira de condução de política macroeconômica no Brasil, que a partir de 1995 dá-se o nome de Modelo Liberal Periférico (PINTO e GONÇALVES, 2015). É liberal, pois adotada medidas de corte ortodoxo, e é periférico porque é um modelo implantando em países subdesenvolvidos, que estão à mercê das imposições dos países dominantes. Vale ressaltar a formação de um bloco de poder dentro desse Modelo Liberal Periférico - as instituições financeiras – composto por grandes bancos nacionais e internacionais, que assumiram o protagonismo do capitalismo brasileiro. Ainda, as indústrias nacionais se posicionaram de forma subalterna às indústrias de capital internacional (PINTO e GONÇALVES, 2015).

3.2 Plano Real

O Plano Real teve como sustentação a âncora cambial, que por sua vez necessitava da manutenção da taxa de juros básica da economia brasileira em níveis elevados (política monetária restritiva). A taxa de juros alta forçava a entrada de capitais estrangeiros, fazendo com que houvesse aumento das reservas internacionais, valorizando assim a moeda local e diminuindo a pressão inflacionária. Para manter a fixação cambial, o excesso do influxo dessas reservas era esterilizado pelo Banco Central que, ao comprar dólares, elevava o nível de Reais na economia, aumentando o risco de pressão inflacionária. Logo, o Banco Central intervinha novamente na economia elevando o nível de oferta de títulos públicos através da elevação da taxa básica de juros (Figura 10). Nesse sentido, a principal limitação do Plano Real reside no fato de que a autoridade monetária fica refém do nível de reservas para controlar a liquidez da economia, perdendo dessa forma o controle da política monetária (MILANI, 2010).

Figura 10 - “Ciranda financeira” para a fixação da taxa de câmbio no Plano Real



Fonte: Milani (2010). Elaboração própria.

O aumento das importações como efeito das políticas de valorização cambial era visto como algo positivo, pois ajudava a manter a inflação controlada e estimulava a importação de bens de capitais, pois “era fundamental para cumprir com o objetivo de incrementar a produtividade”, Milani (2010, p. 106). Dessa forma, a abertura comercial, a qual foi aprofundada por Fernando Henrique Cardoso, era tida como positiva, ainda mais quando aliada ao sucesso do MERCOSUL e à estabilidade da economia brasileira, fazendo com que as empresas nacionais e estrangeiras optassem por expandir seus investimentos, indo nesse quesito, ao encontro da opinião de Lacerda et al. (2010). Sampaio Jr. (2017) também concorda com Lacerda et al. (2010) com respeito a aceleração da modernização dos padrões de consumo das famílias brasileiras como efeito da abertura comercial, porém ressalta o impacto negativo no balanço de pagamento e o aumento exponencial do passivo externo da economia brasileira.

Dentre as várias mudanças que ocorreram na economia brasileira nas esferas comerciais, financeiras, administrativas, fiscais, produtivas, sociais etc. tratadas aqui de forma resumida, principalmente após a implantação do Real, a que se apresenta de especial relevância à pesquisa diz respeito a mudança no perfil de consumo das famílias e nos investimentos da economia. Lacerda et al. (2010) lembram que a estabilidade dos preços, o aumento da massa salarial, o aumento no nível de emprego²⁰ e o maior acesso ao crédito²¹ ao

²⁰ No início de 1994 o nível de desemprego nas principais regiões metropolitanas do Brasil era de 5,5%. Alcançou 6,0% nos meses iniciais de 1994, retornando, contudo ao nível de 5,5% já no segundo semestre e caindo para 3,5% no final de 1994, sendo este o menor nível de desemprego verificado na década de 1990. A partir de 1995 o nível de desemprego retoma uma trajetória altista, alcançando nos primeiros meses de 1996 o pico de 6,5% (RAMOS e REIS, 1997).

²¹ Lacerda et al. (2010) lembram que o crédito para pessoas físicas aumentou 150% entre junho e dezembro de 1994.

consumidor no período de julho de 1994, isto é, da implantação do Real, até março de 1995, estimulou o consumo das famílias em mais de 50% nos seguimentos de bens duráveis de eletrodomésticos, automóveis, geladeiras, fogões etc.

Logo, um aspecto importante a ser observado nesse processo de abertura comercial é que houve, no Brasil, uma excessiva expansão de novos investimentos voltados para o mercado de consumo de bens duráveis que, segundo Lacerda et al. (2010, p. 282), representavam cerca de 73% do total levantado em 1997 e que:

Com base na análise dos projetos de investimentos de 79 empresas estrangeiras para o período de 1994-1998, detectou-se que mais da metade do total de investimentos previsto, de US\$ 14,8 bilhões, concentrava-se na produção de autoveículos (automóveis, ônibus, caminhões, tratores, máquinas agrícolas, equipamentos de terraplanagem e respectivas peças e componentes). [...] a explicação para esse fato se encontraria na expansão do mercado doméstico em decorrência da estabilização da economia.

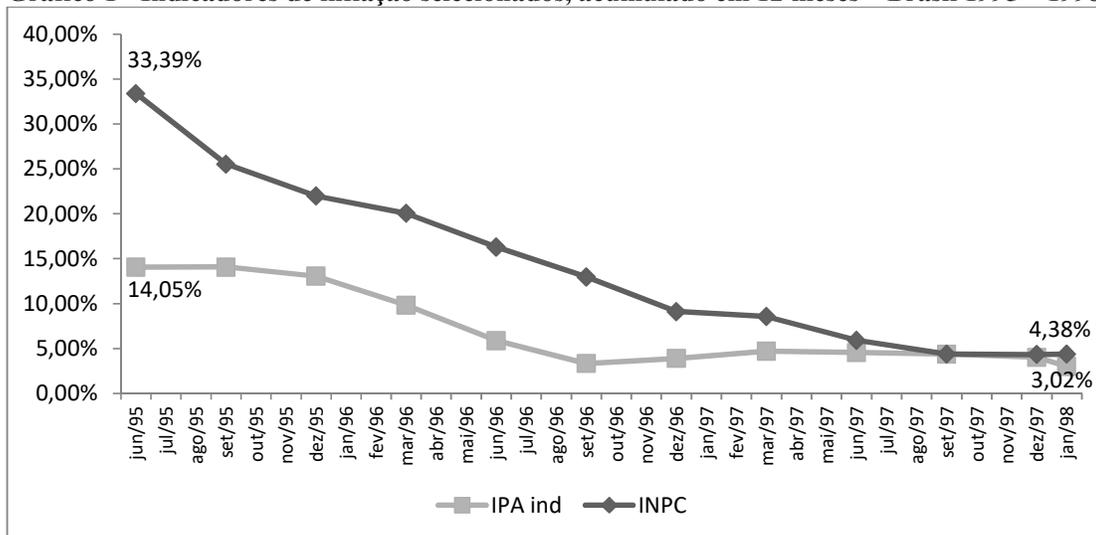
Com a estabilidade da economia, o crédito ao consumo pode se expandir, proporcionando o financiamento do consumo em prestações fixas que, dito de outra forma, significava previsibilidade e maior controle no orçamento doméstico. Nesse contexto, a âncora cambial e o aumento das importações ajudaram a conter a pressão inflacionária oriunda do aumento do consumo, evitando assim incorrer nas mesmas falhas dos planos anteriores (BRAZ JR., CABRAL e DIAS, 2013).

Mattos e Cardoso Jr. (1998) analisaram os efeitos distributivos do Plano Real e alguns de seus impactos no consumo das famílias. Eles observaram que nos três primeiros anos subsequentes à implantação do Real houve uma pequena melhora na distribuição da renda quando comparado com o início da década de 1990. Todavia, essas melhoras distributivas apresentavam pouca tendência de sustentabilidade no longo prazo e seriam “insuficientes para restabelecer os indicadores do quadro de desigualdade já extremamente deteriorado do início da década de 90 (para não falar do patamar vigente no ano de 1986)”, (MATTOS e CARDOSO Jr., 1998, p. 7).

Essa melhoria inicial se deve a característica intrínseca dos planos de estabilização, qual seja a valorização cambial e a abertura comercial. Esses dois componentes garantem no momento inicial do Plano a estabilização dos preços dos produtos comercializáveis (*tradeables*) enquanto que os não comercializáveis (*non-tradeables*), isto é, o setor de serviços, permanecem “imunes” a estabilização por não sofrer os impactos da concorrência internacional, logo seus preços conseguem se manter relativamente mais elevados quando comparados aos produtos industrializados (MATTOS e CARDOSO Jr. 1998).

Além do mais, os trabalhadores do setor de serviços, geralmente profissionais autônomos, não sofreram às pressões de contenção dos salários impostos pela legislação e pela própria natureza do Plano Real, que apesar de não congelar os preços da economia, os manteve relativamente indexados, tão pouco estavam sujeitos às consequências da concorrência abundante da oferta de mão de obra que se formava em virtude das grandes demissões que estavam acontecendo pelas empresas, na busca por aumento da produtividade e reestruturação industrial. Esses fatores, juntamente com o aquecimento da demanda da economia observada no período logo após o Real, favoreceu o aumento da renda no setor de serviços em detrimento do setor industrial. Resumidamente, Mattos e Cardoso Jr (1998) afirmam que a renda dos profissionais sem carteira assinada (autônomos) cresceu muito mais quando comparado com os profissionais de carteira assinada.

Nesse contexto os trabalhadores de baixa renda podem ter sido mais favorecidos no início do Plano Real, pois os profissionais desse setor se beneficiaram com a relativa dispersão dos preços da economia refletindo ganhos “adicionais” à renda além dos já auferidos pela ausência do imposto inflacionário. Para sustentar essa hipótese eles compararam a evolução dos principais indicadores de inflação nos anos de 1995 a 1998 e logo perceberam que nos meses iniciais, havia uma maior dispersão entre os indicadores que mediam a variação relativa dos preços do atacado da indústria (IPA ind) e os que mediam a variação relativa dos preços ao consumidor, o INPC, por exemplo. O IPA ind tendia a ser mais baixo que o INPC, pois sofria a influência dos importados e da valorização cambial, contudo com o passar do tempo, os indicadores deveriam seguir um ajustamento natural e diminuir a dispersão existente entre eles. Os dados por eles analisados sustentam essa tese: o INPC de junho de 1995 era 33,39% acumulado em 12 meses enquanto o IPA industrial, 14,05%; em janeiro de 1998, o INPC acumulado em 12 meses estava em 4,38% e o IPA industrial, 3,02% (MATTOS e CARDOSO JR., 1998, p. 13), ver Gráfico 1.

Gráfico 1 - Indicadores de inflação selecionados, acumulado em 12 meses – Brasil 1995 – 1998

Fonte: Mattos e Cardoso Jr. (1998). Elaboração própria.

Contudo, tais mudanças não foram capazes de aumentar a capacidade produtiva da economia tanto quanto deveria, pois os juros altos combinados com medidas de restrição ao crédito e aumento do compulsório, mostravam-se empecilho para continuar estimulando o consumo. Logo, nas palavras de Lacerda et al. (2010, p. 297), “o crescimento tornou-se um subproduto, não o objetivo principal da política econômica”. Nesse sentido, Mattos e Cardoso Jr. (1998, p. 15) já argumentavam que o impacto do efeito positivo ocasionado pelo fim do imposto inflacionário não era sustentável no sentido de continuar promovendo melhorias no perfil distributivo da renda, pois essa melhoria acontece “todo de uma vez só (*once and for all*)”.

O aumento do consumo das famílias verificado nos anos iniciais do Plano Real por Mattos e Cardoso Jr. foi mais uma consequência da demanda reprimida das famílias de baixa renda, impulsionado pela introdução dos produtos importados e da valorização cambial, causando um efeito-substituição. Com respeito à elevação do consumo de alguns bens duráveis, como eletrodomésticos e alguns alimentos industrializados, eles argumentam que não é possível afirmar que estava ocorrendo um efeito-renda, mas sim um efeito relacionado à dispersão dos preços relativos conforme discutido anteriormente.

A desvalorização gradual da moeda brasileira como efeito da crise asiática de 1997 e da crise russa em 1998 começou, em certa medida, a impor limites ao crescimento impulsionado pelo consumo do mercado doméstico. Concomitantemente à gradual desvalorização cambial que estava em curso, o aumento da inadimplência verificada nesse período também parece contribuir para o enfraquecimento da tendência de crescimento que

ora se desenhava na economia brasileira (MATTOS e CARDOSO JR. 1998). Além do mais, alguns críticos do Plano Real alegavam que o aumento da poupança externa verificado no período de 1995-2000 financiou o consumo e não o investimento. Outro ponto forte de críticas era a questão do peso do serviço da dívida no déficit público. Os analistas lembravam que o esforço fiscal do Estado em elevar a carga tributária de 26% do PIB para 30% foi praticamente inócuo, pois o aumento de 4% foi direcionado para amortização do serviço da dívida pública (LACERDA et al., 2010).

O cenário político e econômico em que o Real foi lançado foi determinante para seu sucesso. Do lado econômico, o país tinha reservas internacionais suficientes para garantir a âncora cambial, os preços relativos estavam defasados, porém relativamente equilibrados, as empresas sólidas e reestruturadas e que a abertura comercial garantia a livre concorrência, além dos avanços significativos no que tange aos ajustes fiscais. Do lado político, o país já havia alcançado um nível de consciência relativamente elevado quanto à necessidade dos ajustes fiscais e que os trabalhadores, por sua vez, entenderam não ser possível obter aumentos reais nos salários enquanto os juros da economia estivessem altos para controlar a inflação e reter os investimentos (BRESSER-PEREIRA, 1994).

Com respeito ao mercado de trabalho, as políticas adotadas com Plano Real fizeram com que o número de desempregados elevasse sobremaneira, chegando a aproximadamente 19%, em 1997 (MILANI, 2010). O que se observou no período chamado por Sampaio Jr. (2017) de a “macabra macroeconomia do Real”, foi estagnação econômica, desemprego e arrocho salarial. Para ele, a concorrência dos importados e a introdução de novas tecnologias foram fatores que contribuíram para o alto nível de desemprego. Cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Distrito Federal tiveram quase 20% da população desempregada. Salvador, cerca de 30%.

Em linhas gerais, e com base no que foi exposto acima, percebe-se que o que estava se formando no Brasil a partir da implantação do Plano Real e sob a tutela dos organismos internacionais, era um novo modelo de política macroeconômica lastreado em três pilares:

- i) Taxa de juros alta, essencial para remunerar o capital estrangeiro em busca de ativos de elevado risco (isto é, funcionava como instrumento de captação de poupança externa) das economias subdesenvolvidas e por natureza instáveis;

- ii) Regime de metas de inflação²², cuja principal ferramenta utilizada foi (e continua sendo) a política cambial, auxiliado pela manutenção dos juros altos e;
- iii) Superávit fiscal, que foi e, em certa medida, ainda continua sendo alcançado através de privatizações, redução dos investimentos públicos, elevação da carga tributária etc., sobretudo com a finalidade de financiar o serviço da dívida pública e transmitir confiança aos investidores estrangeiros.

Mantendo o tripé macroeconômico neoliberal – metas de superávit elevado, câmbio livre e metas de inflação –, e políticas progressistas e de combate à pobreza baseada no tripé bolsa família, crédito consignado e valorização do salário mínimo, o que se inicia a partir de 2003 pode ser considerado uma estratégia híbrida de desenvolvimento econômico que visava estimular o crescimento com distribuição de renda via produção e consumo de massas. Para Singer (2012), a novidade desse modelo é que a política social se torna também política econômica.

Será exposto na próxima seção o processo de intensificação das políticas neoliberais e o novo modelo de desenvolvimento econômico que surge no início da década de 2000 com a chegada de um líder sindical ao posto de comando mais alto do país, a presidência da República.

3.3 Pós-neoliberalismo e o novo modelo de desenvolvimento

Para os historiadores Priore e Venancio (2010) a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República em 2003 é considerada como a ascensão de toda uma geração revolucionária da década de 1960. Todavia, a chegada de Lula ao poder representava, sobretudo um risco para o modelo econômico que vinha sendo adotado até então, pois era compreensível se traçar um paralelismo político da sua luta histórica pela ampliação dos direitos sociais com aqueles dos países latino-americanos, mormente a Venezuela: “[...] o ano de 2002 – último governo FHC – foi marcado pelo retorno da inflação e por fortíssimos movimentos especulativos, principalmente diante da possibilidade de um partido de esquerda assumir o poder”. (PRIORE e VENANCIO, 2010, p. 298).

Nesse contexto, o Partido dos Trabalhadores teve que adotar uma postura conservadora, porém sem perder a essência histórica que o marcou como partido de esquerda. A estratégia adotada ainda durante a campanha presidencial de 2002, analisada à posteriori, dá sinais do estilo do governo que se desenhava. Os historiadores Priore e Venancio recordam

²² O regime de metas de inflação foi instituído pelo Decreto nº 3.088, de 2 de junho de 1999, isto é, um pouco depois de o Brasil ter adotado o sistema de câmbio flutuante (Carvalho et. al, 2007).

em seus estudos que o então candidato Lula fez aliança com os partidos conservadores de maior representação no Congresso (PTB e PMDB) assim como convidou para ser seu vice-presidente um membro do Partido Liberal, logo “a ampliação das alianças do PT, que incluíam o PTB e o PMDB, é fundamental para viabilizar o novo governo” (PRIORE e VENANCIO, 2010, p. 299) dificultando assim que a especulação dos investidores aprofundasse a crise que já dava sinais de metástase.

Para Sampaio Jr. (2017) o governo petista transformou-se em apenas mais um partido, pois ao ceder às exigências dos grandes grupos econômicos e financeiros perdeu todas as suas origens que os ligava às classes sociais e suas demandas, assim as possibilidades de mudança do *status quo*²³ foram dessa forma se perdendo durante todo o seu mandato presidencial.

Apesar do desgaste do primeiro mandato e da crise política de 2005, Lula consegue se reeleger para o seu segundo mandato, muito em virtude do:

- i) Controle da inflação alcançado até aquele momento;
- ii) De ter conseguido liquidar a dívida com o FMI;
- iii) Ter alcançado bons resultados na balança comercial entre 2003 e 2005;
- iv) Ter conseguido autossuficiência no petróleo em 2006 com a descoberta de reservatório gigante a 5mil metros de profundidade e a descoberta do pré-sal;
- v) Sensível melhora na distribuição da renda devido às políticas sociais; e
- vi) Políticas educacionais direcionadas às classes C e D com o programa de financiamento estudantil (ProUni).

3.4 Governos Lula I e II – 2003 – 2010

Após a breve contextualização do ponto de vista histórico em que se deu o processo eleitoral que conduziu Lula ao comando do Executivo da Nação, será apresentada a análise do seu governo do ponto de vista econômico. As discussões serão fundamentadas nos trabalhos do economista Nelson Henrique Barbosa Filho²⁴. Ao longo desse tópico será explorada também a opinião de outros autores como forma de enriquecimento das discussões.

Nelson Barbosa apresenta dois trabalhos, Dez anos de política econômica e A inflexão do governo Lula: a política econômica, crescimento e distribuição de renda, este

²³ Vale lembrar a definição de desenvolvimentismo e a necessidade de mudança do *status quo* abordada no primeiro capítulo desta dissertação.

²⁴ A escolha não se dá por acaso, mas sim pelo fato dele ter participado ativamente de todo o governo petista na condição de Chefe Adjunto da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento (em 2003), Secretário de Política Econômica e Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda no governo Lula, no período de 2007 – 2010, e Ministro de Estado do Planejamento e Ministro da Fazenda do governo Dilma.

último em coautoria com José Antônio Pereira Souza, cujos conteúdos convergem entre si, pois fazem uma análise das políticas econômicas adotadas em todo o período do governo petista.

Barbosa (2013) inicia sua análise narrando de forma sucinta, porém bastante esclarecedora, os principais problemas herdados do governo anterior. A elevação do risco Brasil²⁵, a redução da entrada líquida de capitais e a forte depreciação cambial²⁶ eram os problemas centrais do governo que se iniciava. Combinado a esses elementos, o Brasil:

- i) Possuía um estoque de reservas de apenas US\$ 17 bilhões, já descontando a dívida de US\$ 21 bilhões junto ao FMI;
- ii) Uma dívida pública elevada e atrelada ao Selic ou ao câmbio;
- iii) Inflação elevada devido a depreciação do Real; e
- iv) Aumento da dívida líquida do setor público em 15,3%²⁷.

O cenário macroeconômico do Brasil, à época, sob a ótica de Barbosa (2013), vai de encontro com a dos historiadores Priore e Venancio (2010), no que se refere ao rótulo de “herança maldita”.

As decisões tomadas no início do governo Lula foram importantes para garantir a estabilidade macroeconômica e, sobretudo, para preparar o ambiente para o surgimento do círculo virtuoso do mercado de consumo de massa. É consenso na literatura pesquisada – Singer (2012), Barbosa e Souza (2009), Barbosa (2013), Medeiros (2015), Filgueiras (2017), Bielschowsky (2015), que o governo Lula conseguiu aproveitar uma janela que se abriu (a expansão da economia mundial), e iniciou um novo ciclo de modelo desenvolvimentista para o país, combinando política neoliberal com política social. Encontra-se consenso também nas obras consultadas que o governo agiu eficientemente ao tomar decisões de corte keynesiano para enfrentar a crise de 2008.

A forte expansão da economia em 2004 afetou de forma negativa a expectativa do mercado com respeito ao nível de inflação para o ano de 2005, que já dava sinais de elevação. Nesse sentido, o BCB, ainda no final de 2004, adota uma postura conservadora ao elevar a taxa Selic até o início de 2005. O governo, por sua vez, segue o movimento do BCB e eleva a meta de *superávit* primário num esforço de reduzir o endividamento público com a economia crescendo de forma mais lenta e com juros elevados (BARBOSA, 2013).

²⁵ O “efeito Lula” elevou risco país para 2.446 pontos em setembro de 2002, nível mais alto de toda a série histórica (HC Investimentos, 2011).

²⁶ Em 22 de outubro de 2002 a Ptax fechou a R\$ 3,9552, maior nível observado naquele ano (BCB).

²⁷ 52% do PIB no final de 2001 para 60% do PIB no final de 2002 (BARBOSA, 2013, p. 69).

Na visão de Bielschowsky (2015) esse comportamento conservador visando não frustrar as expectativas do mercado é considerado o ponto de inflexão responsável pelo insucesso do projeto social-desenvolvimentista que estava em seu processo embrionário. Comparando com período do velho desenvolvimentismo, a leitura que é feita do ano de 2004/2005 é que o Brasil não consegue crescer sem deflagrar um processo inflacionário.

As políticas de distribuição de renda aliada à forte expansão do crédito estimulariam os gastos de consumo motivando assim um aumento dos investimentos privados, que, por sua vez, aumentaria simultaneamente a capacidade produtiva e a produtividade do trabalho (OREIRO, 2016). Nesse contexto,

[...] o forte crescimento da demanda doméstica no período (2007-2012) levou o desemprego a níveis historicamente baixos, fazendo com que os salários reais crescessem acima da produtividade do trabalho, exacerbando a perda de competitividade decorrente da apreciação cambial acumulada desde 2005, ao mesmo tempo em que alimentava as pressões inflacionárias latentes na economia brasileira. O resultado disso foi um aumento significativo do custo unitário do trabalho, principalmente na indústria de transformação (OREIRO, 2016, p.198).

A estratégia de crescimento adotada no governo Lula, principalmente no período da crise internacional fez com que a política econômica se deparasse com um *trade off* entre competitividade externa (comprometida pelo câmbio valorizado) e estabilidade da taxa de inflação (comprometida pela pressão dos aumentos reais dos salários e queda da taxa de desemprego).

3.5 Governo Dilma – 2011 - 2014

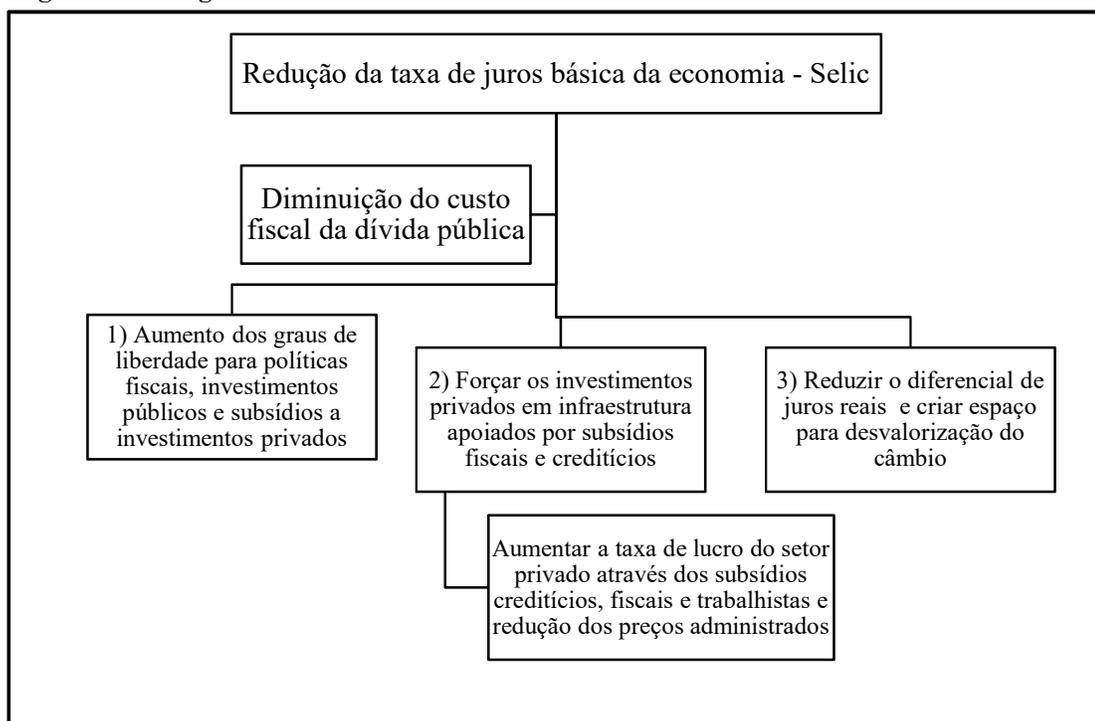
O problema do *trade off* entre competitividade externa e estabilidade do índice de inflação foi relativamente administrado no segundo semestre do primeiro ano do governo Dilma. A crise do Euro, iniciada em 2008 e deflagrada em 2011 com o colapso da Grécia, abriu espaço, aqui no Brasil, para iniciar a queda na taxa de juros e a desvalorizar o câmbio nominalmente, estratégia que seria adotada mais intensamente a partir de 2012.

A redução da taxa de juros básica da economia em 2012, para 7,25% ao ano, em contraste com os 8,75% ao ano no final do segundo mandato do governo Lula só foi possível, na visão de Almeida Jr. (2014), porque havia excesso de liquidez internacional e as economias desenvolvidas estavam com taxas de juros reais negativas, não representando assim uma tendência da economia brasileira em manter juros baixos. Contudo, para Bastos (2017, p. 3) a queda na SELIC era mais em virtude de interesses políticos do que econômico, pois visava “eliminar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital [...] e assim forçar a ampliação em investimentos produtivos e em infraestrutura”.

O ponto vista de Almeida Jr. (2014) e de Bastos (2017) encontra suporte também na visão de Schincariol (2017). Sustentando sua análise com base no diagnóstico da economia internacional emitido pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) na sua 161ª reunião de agosto de 2011, Schincariol afirma que este foi o início do processo de queda da taxa Selic a partir de outubro de 2011 voltando a reverter para uma tendência altista só em janeiro de 2013, ao tempo que finaliza sua análise afirmando que foi esse movimento de queda na taxa de juros um dos motivos não explícitos para o ataque dos rentistas ao governo Dilma.

A janela que se abriu, tanto no cenário internacional como nacional de fato contribuiu para que a “Nova Matriz Econômica”²⁸ fosse implantada em meados de 2012. A nova matriz econômica foi caracterizada por uma política de juros baixos, política cambial competitiva e política fiscal “amigável” (OREIRO, 2016). Assim, os efeitos esperados dessa nova matriz econômica seriam diminuir as transferências financeiras para os portadores de títulos da dívida pública e aumentar as transferências em subsídios diretos e/ou indiretos para investimento em Formação Bruta de Capital Fixo, Ver Figura 11.

Figura 11 - A lógica de funcionamento da Nova Matriz Econômica – 2011 - 2014



Fonte: Bastos (2017). Elaboração própria.

Destaca-se no primeiro governo Dilma o lançamento do Plano Brasil Maior (PBM), que juntamente com os Planos de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008, e a Política

²⁸ Nomenclatura dada pelo então Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda, Márcio Holland.

Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004, visavam promover o desenvolvimento industrial e tecnológico do país.

O Plano Brasil Maior (PBM) era sustentado por 5 diretrizes estruturantes, a saber:

- i)* Fortalecimento das cadeias produtivas com “enfrentamento” do processo de substituição da produção nacional em setores industriais intensamente atingidos pela concorrência das importações;
- ii)* Ampliação e criação de novas competências tecnológicas;
- iii)* Desenvolvimento das cadeias de suprimento em energias;
- iv)* Diversificação das exportações e internacionalização corporativa; e
- v)* Promoção de produtos manufaturados de tecnologias intermediárias com consolidação de competências na economia do conhecimento natural.

De caráter sistêmico, no sentido que contemplava setores abrangentes da economia, o PBM previa ações de redução de custos, aceleração do aumento da produtividade e promoção mínima de isonomia para as empresas brasileiras em relação a seus concorrentes internacionais, logo entende-se que o PBM tinha um caráter protecionista (MATTOS, 2013).

A análise que Mattos (2013) faz sobre o Plano Brasil Maior é que ele beneficiou sobremaneira a agroindústria, concentrando a maior parte dos fomentos fiscais e creditícios, seguida do setor automotivo e o setor de tecnologia da informação e comunicação. O setor com mais créditos subsidiados foi de energias renováveis. o Plano Brasil Maior não contemplou apenas a indústria, abrangendo também o setor de serviços, comércio varejista e atacadista.

Além das desonerações tributárias contempladas no Plano Brasil Maior para estimular a indústria, o compromisso do governo Dilma em continuar com os programas sociais de combate a pobreza foi retificado em iniciativas tais como:

- i)* Plano Brasil sem Miséria, ampliando dessa forma o então Programa Bolsa Família e incluindo, aproximadamente, 82 mil famílias de pequenos e médios agricultores no Programa de Aquisição de Alimentos;
- ii)* Construção de 315 mil cisternas em 2011, com projeção de 750 mil até final de 2014; e
- iii)* Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Essas últimas ações conjuntas fizeram com que a Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconhecesse que o Brasil tinha sido o único país entre os BRICS²⁹ a reduzir a pobreza (SCHINCARIOL, 2017).

Em síntese, o que se observa ao longo da década de 2000, iniciando em 2003 e finalizando em 2014/2015, é uma transformação de manejo de política econômica (ver Quadro 6). Enquanto Lula deu continuidade e manteve uma política sustentada pelo “tripé macroeconômico rígido”, no período 2003/2005, flexibilizando-o no período de 2006/2008, Dilma, a partir de 2011, tenta substituí-lo por uma “nova matriz econômica”.

Quadro 6 - Evolução do regime de política macroeconômica – 1999 - 2014

Período	Regime	Características	Instrumentos
1999 – 2005	Tripé Rígido	Metas de inflação, política fiscal rígida (superávits primários elevados como proporção do PIB) e política cambial com flutuação relativamente livre da taxa nominal de câmbio.	Política monetária (taxas de juros de curto prazo); Política fiscal (redução do investimento público); e Política cambial (livre flutuação da taxa nominal de câmbio).
2006 – 2008	Tripé Flexibilizado	Abandono do sistema de metas de inflação declinante, mantendo-a constante, a partir de 2005, em 4,5% a.a. (abre espaço para reduzir a taxa de juros); política fiscal ³⁰ com metas de estabilidade, redução da relação dívida pública/PIB e expansão dos investimentos públicos como proporção do PIB; política cambial objetivando reduzir a apreciação da taxa cambial para preservar a competitividade da indústria brasileira.	Política monetária (taxa de juros de curto prazo); Política fiscal (aumento da carga tributária, aumento das despesas primárias como proporção do PIB, estabilidade do superávit primário como proporção do PIB); Política salarial (reajuste do salário mínimo pela inflação de $t-1$ e pelo crescimento do PIB real de $t-2$); e Política cambial (compra de reservas internacionais em larga escala).
2011 – 2014	Nova Matriz Econômica	Taxa de juros baixas, câmbio competitivo e política fiscal “amigável”.	Redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica, desonerações tributárias e créditos subsidiados, desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo, concessões de serviços públicos para a iniciativa privada (BASTOS, 2017).

Fonte: Oreiro (2016). Elaboração própria.

Barbosa (2013) descreve, didaticamente, o manejo das ferramentas macroeconômicas, ajustes estruturais e algumas reformas que foram necessárias para a

²⁹ Bloco dos países emergentes formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

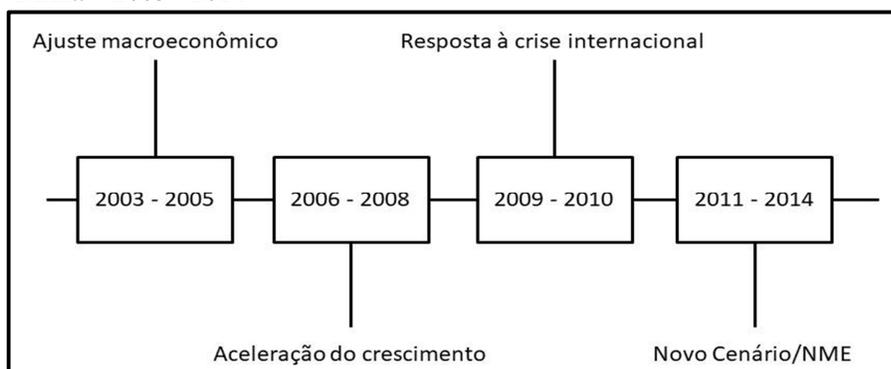
³⁰ Foi retirado do cálculo da meta de superávit primário da União, a partir de jul./2009, os investimentos programados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

estabilidade macroeconômica dos primeiros anos do governo Lula, as ações para minimizar os efeitos da crise internacional de 2008, e o início do governo Dilma, evidenciando assim a continuidade do modelo neoliberal do seu antecessor. Resumidamente, as principais medidas de cada fase foram:

1. Ajuste macroeconômico - 2003 – 2005: combate a inflação elevada; melhorar a solvência das contas públicas; contenção da depreciação cambial; expansão do crédito ao consumo; algumas minirreformas.
2. Aceleração do crescimento - 2006 – 2008: políticas expansionistas tanto fiscais como monetárias; Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007; Ampliação das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família;
3. Resposta à crise internacional - 2009 – 2010: aumento da liquidez e queda da Selic; manutenção dos programas sociais, dos serviços e investimentos públicos, mesmo com queda na receita do governo; desoneração tributária temporária e permanente a setores específicos da economia; aumento da oferta de crédito por parte dos bancos públicos; aumento dos investimentos em habitação.
4. Novo cenário/NME³¹ - 2011 – 2012: medidas macroprudenciais no sentido de frear o consumo, tais como elevação da taxa Selic, elevação do compulsório e elevação do IOF sobre as operações de crédito pessoal; contingenciamento dos gastos do governo e elevação do superávit primário; preocupou-se em conter a apreciação cambial; e intensificou subsídios fiscais a determinados setores da economia.

A Figura 12 ordena de forma cronológica as quatro etapas das políticas implementadas nos governos Lula e Dilma.

Figura 12 - Fases das ações políticas do governo Lula e início do governo Dilma – 2003 - 2014



Fonte: Barbosa (2013). Elaboração própria.

³¹ A Nova Matriz Econômica.

O governo Lula, nas palavras do Ministro da Fazenda Guido Mantega (março/2006 – novembro/2014), tinha conseguido colocar o Brasil na rota do desenvolvimento sustentável, caracterizando-o como um governo “desenvolvimentista”. Dilma ao assumir em 2011, se comprometeu a levar o Brasil a níveis superiores de desenvolvimento com base na nova política social do governo de seu antecessor (SCHINCARIOL, 2017). Nesse contexto, o próximo capítulo tratará de analisar os três Planos Plurianuais (PPA’s) dos governos Lula I, Lula II e Dilma I, com vistas a identificar suas principais estratégias de desenvolvimento, seus pontos em comum assim como a efetividade das políticas de incentivo ao consumo de massas.

4 A ESTRATÉGIA DE CONSUMO DE MASSAS

Neste capítulo serão analisados alguns indicadores da economia brasileira a partir do estudo dos Planos Plurianuais (PPAs) de 2004 a 2015 como forma de avaliar o desempenho da política novo desenvolvimentista (social-desenvolvimentismo) adotada no período em estudo.

Dentre os três PPAs analisados, isto é, o PPA 2004/2007 (Lula – I), PPA 2008/2011 (Lula – II) e PPA 2012/2015 (Dilma – I), o único cuja estratégia de desenvolvimento é explicitamente enfatizada no consumo de massa é o PPA do primeiro governo Lula. Seu segundo governo foi marcado por uma estratégia de desenvolvimento em que o Estado esteve mais presente na condução dos investimentos através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Com respeito ao PPA do governo Dilma I, Barbosa (2013) considera que seu governo foi marcado por uma estratégia cujo principal objetivo era elevar os ganhos de produtividade pelo lado real da economia, logo priorizou a desoneração de tributos, redução da taxa de juros, elevação dos investimentos e redução da vulnerabilidade externa ao desvalorizar a taxa de câmbio.

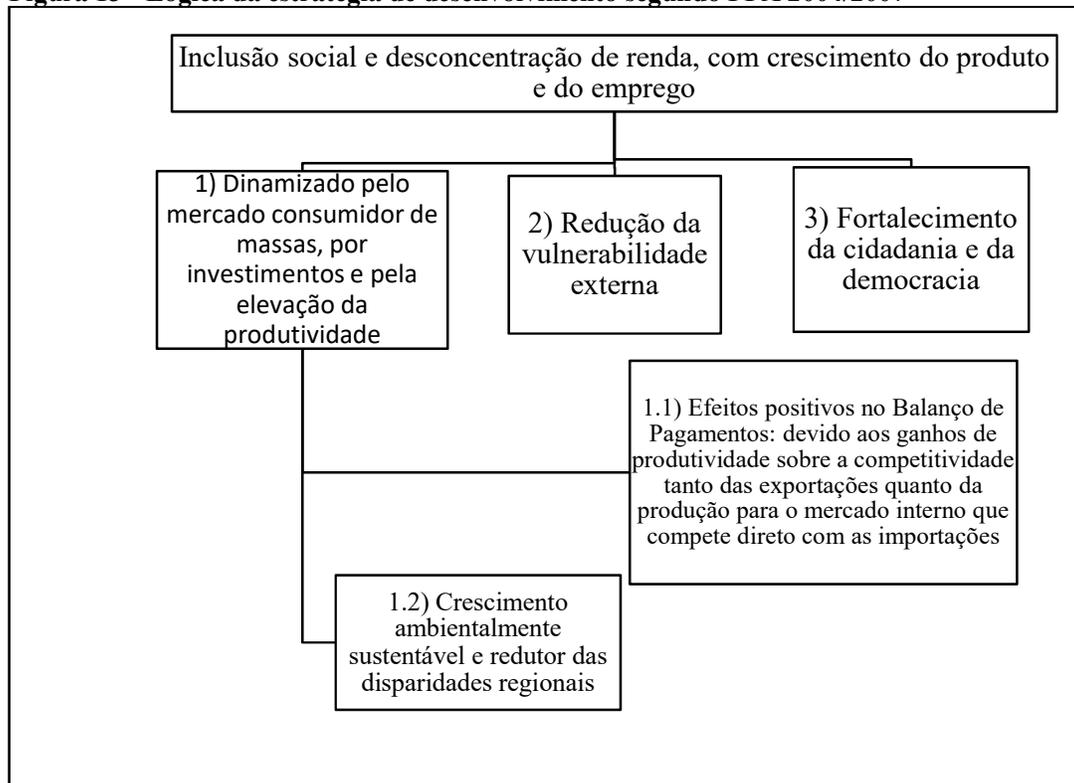
Os pontos encontrados em comum, a partir da análise dos PPAs, que marcam esses 12 anos de governo petista são:

- i)* Uma ampla agenda social, marcada pela expansão dos programas de transferência de renda;
- ii)* Um “modelo de desenvolvimento pró-trabalhador”, marcado por políticas de valorização do salário mínimo e;
- iii)* Uma ativa participação do Estado na condução dos investimentos da economia, através de vários programas, notadamente o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

O PPA 2004/2007 prevê uma estratégia de longo prazo centrada na promoção da inclusão social e desconcentração de renda com crescimento do produto e do emprego, dinamizado pelo mercado consumidor de massas, por investimentos e pela elevação da produtividade. Visa também reduzir a vulnerabilidade externa, como condição indispensável para um desenvolvimento sustentável. Ainda nesse contexto, o PPA 2004/2007 preocupa-se com as questões ambientais como consequência do estilo de desenvolvimento tendo o

consumo como força motriz, e por fim, mas não menos importante, fortalecimento da cidadania e da democracia³² - Figura 13.

Figura 13 - Lógica da estratégia de desenvolvimento segundo PPA 2004/2007



Fonte: PPA 2004/2007. Elaboração própria.

Com respeito ao estímulo ao consumo, o PPA 2004/2007 declara que pretende:

- a) Promover o aumento da oferta e reduzir os preços dos bens e serviços de consumo popular;
- b) Reduzir os impostos sobre a cesta de consumo popular;
- c) Reduzir a taxa de juros e melhorar as condições de crédito, ampliar as fontes de financiamento para o investimento, a produção e ao consumo;
- d) Coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade;
- e) Fortalecer o mercado interno
- f) Reduzir o grau de oligopólio

³² Importante lembrar que este trabalho não analisará a redução da vulnerabilidade externa, políticas ambientais nem políticas de fortalecimento da cidadania e da democracia.

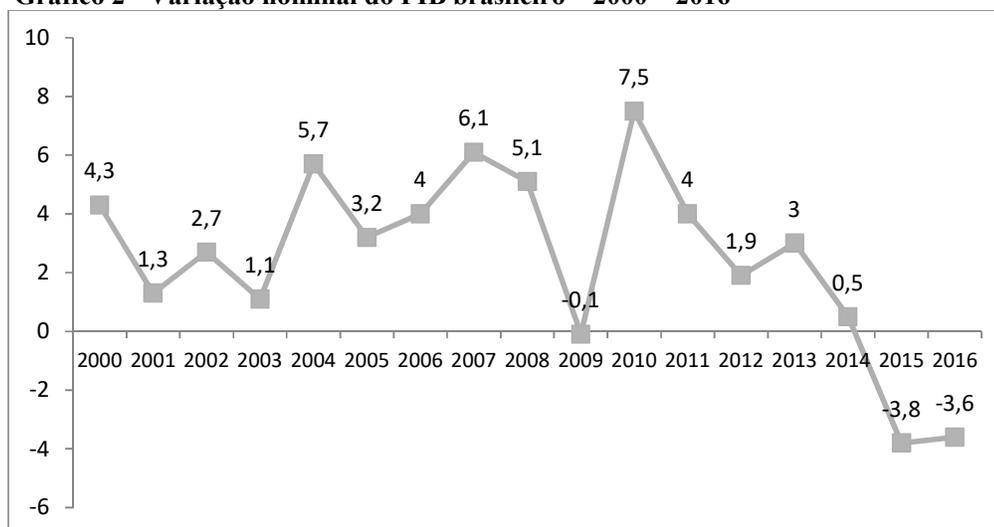
4.1 O desempenho da economia no novo modelo de desenvolvimento: social-desenvolvimentismo – 2003 - 2014

Dada a importância do consumo de massa para a estratégia de desenvolvimento, a análise a seguir dará ênfase aos indicadores de evolução da massa salarial ampliada, taxa de desemprego, evolução do crédito, bancarização e a evolução do consumo das famílias brasileiras, principalmente nos anos de 2004/2007³³. A evolução do Produto Interno Bruto, da Formação Bruta de Capital Fixo assim como indicadores de estabilidade macroeconômica como índice de inflação, taxa de câmbio e juros real, indicadores ligados à industrialização e a investimentos em P&D também serão levados em conta no decorrer da análise visto que são variáveis intrinsecamente relacionadas à produção e ao consumo.

4.1.2 Evolução do PIB

No período de 2003 a 2008 o Brasil apresentou, em virtude dos ajustes macroeconômicos, apenas crescimentos do PIB do tipo *stop and go* com uma queda abrupta observada em 2009 em função da crise internacional de 2008. Alguns autores pesquisados, como Filgueiras (2017), nomeiam esse tipo de crescimento como “voo da galinha”. Vemos no Gráfico 2 os avanços e recuos do PIB em virtude da extrema dependência da conjuntura internacional. Em 2010 o PIB se recupera, porém voltar a recuar nos anos seguintes.

Gráfico 2 - Variação nominal do PIB brasileiro – 2000 – 2016



Fonte: ADVFN Brasil. Elaboração própria.

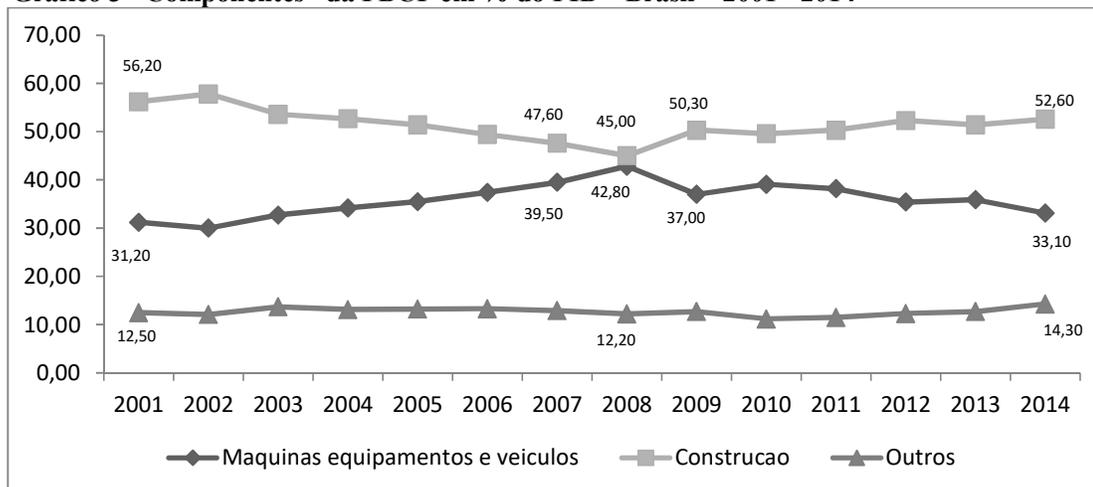
³³ Dado que a estratégia de desenvolvimento focada no consumo de massas está claramente definida apenas no PPA 2004/2007, acreditamos que a efetividade da estratégia será melhor verificada com a extensão da análise para até o final do governo Dilma I.

4.1.3 Formação Bruta de Capital Fixo

O comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no período de 2001 – 2014 reflete a oscilação do PIB. Até 2008 a FBCF apresenta crescimento constante do seu componente máquinas e equipamentos e veículos e decréscimo do componente construção. Em certa medida, a incerteza dos agentes econômicos em função da crise global de 2008 e o PIB negativo de 2009, fizeram com que o componente máquinas e equipamentos recuassem na FBCF (ver Gráfico 3).

Segundo o Ministério do Planejamento, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), em 2009 tiveram papel fundamental durante esse período de recessão e incerteza para recuperar o papel de planejamento do Estado na economia, os investimentos em infraestrutura e garantir o emprego e a renda. A efetividade dessa política é perceptível (Gráfico 3), quando se observa o crescimento do componente construção, a partir de 2009, em detrimento do componente máquinas e equipamentos.

Gráfico 3 - Componentes* da FBCF em % do PIB – Brasil – 2001 - 2014



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

*Soma de “máquinas equipamentos e veículos”, “construção” e “outros” = 100%.

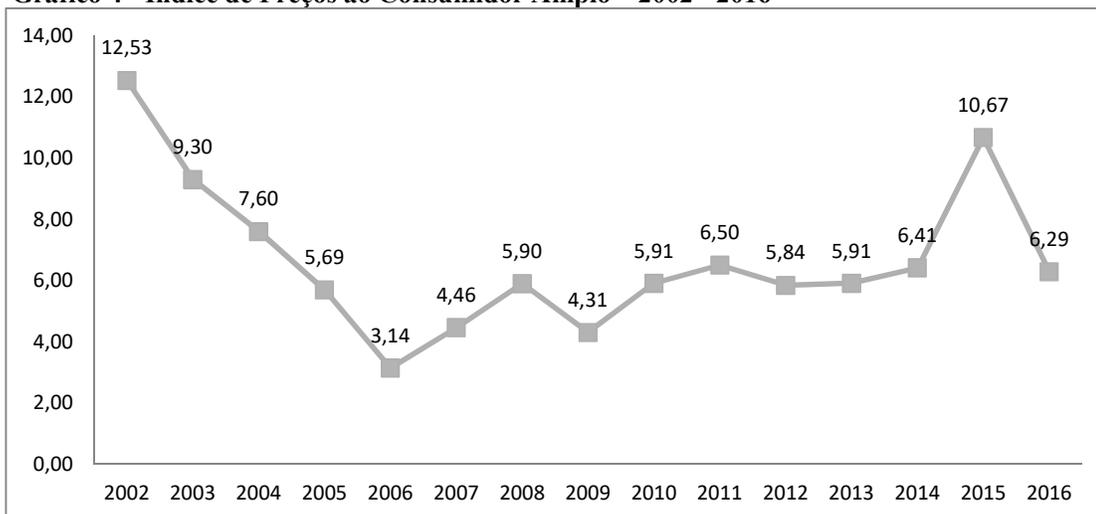
Um ponto importante das políticas macroeconômicas implantadas nos governos Lula e Dilma foi a de alcançar a estabilidade dos preços visando manter o poder de compra da população. Para lograr tal objetivo, e como ficará evidenciado mais a frente, o governo federal fez uso das principais ferramentas de controle inflacionário, tais como taxa de juros elevada e câmbio valorizado.

4.1.4 Estabilidade de preços

No Gráfico 4 percebe-se a manutenção do índice de inflação controlado durante os períodos entre 2004 e 2014, cujas metas eram de 5,5% com um limite superior de 8% para o ano de 2004, e nos anos seguintes, cujas metas eram de 4,5% com um limite superior de 6,5%. No ano de 2015 a inflação alcançou dois dígitos em virtude basicamente de reajustes nas tarifas de energia elétrica e combustíveis, porém voltando a recuar em direção à meta em 2016.

Os juros elevados no período do governo Lula e o *boom* das *commodities* foram variáveis que colaboraram sobremaneira para apreciação cambial, aliviando assim as pressões inflacionárias.

Gráfico 4 - Índice de Preços ao Consumidor Amplo – 2002 - 2016



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Apesar de o presidente Lula ter assumido o governo em 2003 com forte apoio popular, imperava no mercado financeiro imensa desconfiança e incerteza. O impacto dessa instabilidade macroeconômica estava refletido na taxa de câmbio desvalorizada de 2002, reverberando negativamente na taxa de inflação e nas finanças públicas do país (BARBOSA, 2013).

4.1.5 Taxa de câmbio

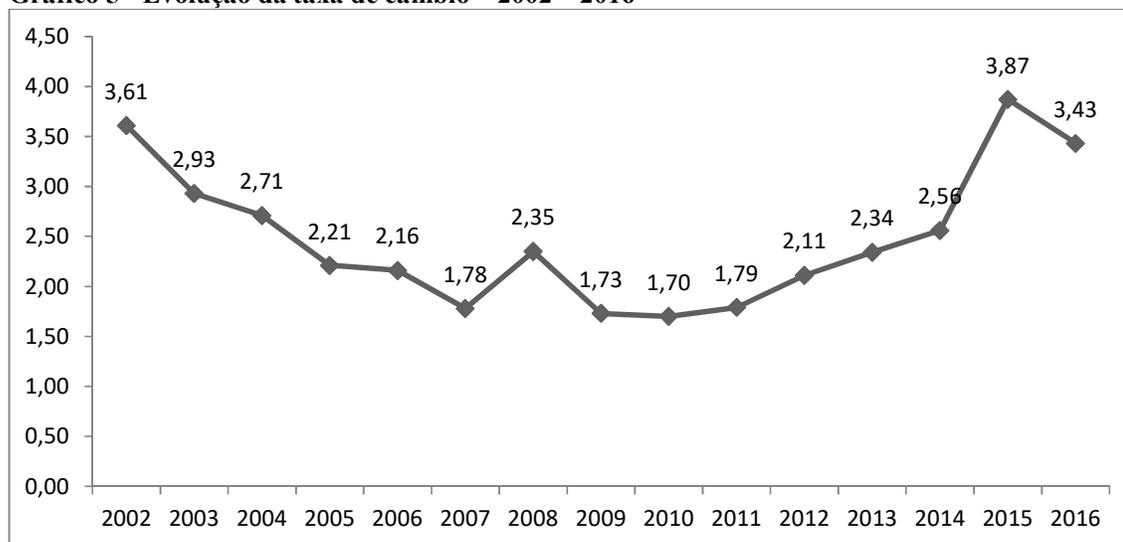
O Gráfico 5 ilustra o comportamento da taxa de câmbio Real / Dólar do período 2002/2016. Observa-se que em 2002 a taxa de câmbio estava em R\$ 3,61 e prossegue valorizando-se nos anos seguintes. Em 2003, comparando com 2002, o Real apresentava uma valorização de 23,2% frente ao Dólar e terminava em 2010, último ano do governo Lula,

sendo cotado a R\$ 1,70, a menor cotação do período estudado e com uma valorização de 112,35% quando comparado com o ano de 2002.

A partir de 2011, já no governo Dilma, segundo Cagnin et al. (2013) haviam duas preocupações básicas na política cambial de seu governo, a saber: *i)* evitar a deterioração da competitividade da indústria brasileira e *ii)* o acúmulo de reservas internacionais ao intervir no mercado de câmbio à vista, muitas vezes oneroso para o país. Ainda segundo os autores, as políticas de desvalorização cambial adotadas, tais como recolhimento compulsório sobre as operações vendidas dos bancos no mercado de câmbio à vista, regulações das operações com derivativos cambiais e a deterioração do mercado externo, mais precisamente a zona do euro, contribuíram para diminuir o ingresso de reservas no país.

Nesse ponto cabe destacar que tanto os PPAs dos governos Lula quanto o governo Dilma-I tinham preocupações explícitas com a redução da vulnerabilidade externa³⁴, contudo só o governo Dilma³⁵ conseguiu promover uma desvalorização cambial acompanhada de uma redução da taxa de juros. Desta feita sua política cambial guarda certo grau de proximidade com a vertente novo-desenvolvimentista do grupo liderado por Bresser-Pereira na qual a variável-chave é a consecução de uma taxa de câmbio competitiva.

Gráfico 5 - Evolução da taxa de câmbio – 2002 – 2016



Fonte: BACEN – Cotações e Boletins. PTAX-venda do primeiro dia útil do mês de dezembro de cada ano. Elaboração própria.

³⁴ A redução da vulnerabilidade externa foi alcançada através do aumento de reservas e da redução da dívida externa de curto prazo (MEDEIROS, 2015).

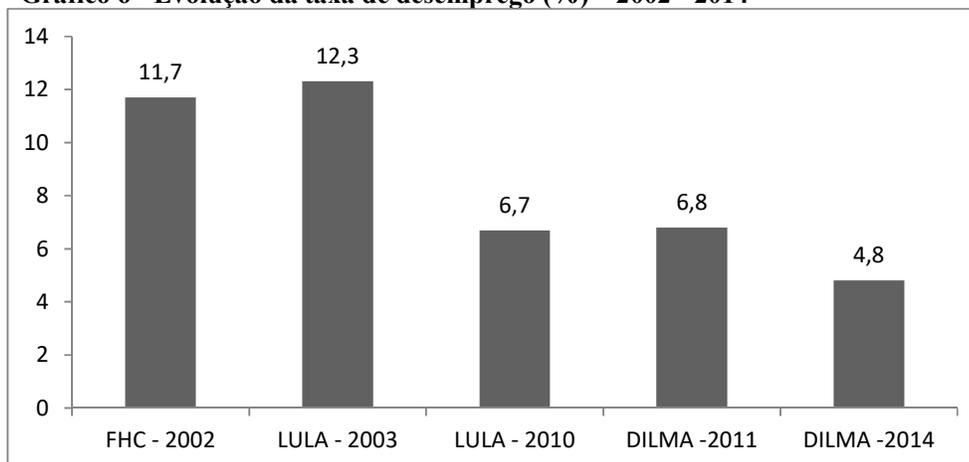
³⁵ Durante seu governo, a presidenta Dilma Rousseff foi enfaticamente crítica da guerra cambial praticada pela política de “facilitação quantitativa” (*quantitative easing*) dos Estados Unidos e pela proteção cambial praticada pela China.

Uma variável importante para a sustentação de um modelo de desenvolvimento lastreado no consumo de massas e ampliação do mercado interno, é a criação de emprego formal, sem o qual as famílias não são estimuladas a consumir.

4.1.6 Taxa de desemprego

Nos anos de 2006 a 2008 foram criados, segundo Barbosa e Souza (2009), mais de 4,3 milhões de novos postos de empregos formais, fazendo com que a taxa de desemprego das principais regiões metropolitanas recuasse de 10,7%, em julho de 2006, para 6,8%, em dezembro de 2008. No Gráfico 6 pode ser observado a evolução da taxa de desemprego “entregue” e “recebida” de cada governo presidencial: o Brasil fechou o ano de 2002 com uma taxa de desemprego de 11,7%. Em 2003, a taxa média de desemprego foi de 12,3%, contudo Lula finalizou o seu mandato de 2010 com uma taxa média no ano de 6,7%. Dilma conseguiu praticamente manter a mesma taxa no seu primeiro mandato e fechou o ano de 2014 com a menor taxa de desemprego observada, 4,8%. Vale salientar que no período analisado a taxa de desemprego chegou próxima à taxa natural de desemprego³⁶. A manutenção da taxa de desemprego em níveis baixos, sobretudo a partir de 2010 (6,7%), quando esta apresentou uma redução de 1,4 p.p. quando comparada com 2009 (8,1%), pode ser explicada em partes pelas políticas e programas de governo adotados como resposta à crise internacional de 2008.

Gráfico 6 - Evolução da taxa de desemprego (%) – 2002 - 2014



Fonte: IBGE – Pnad Contínua e Brasil Fatos e Dados (2014). Elaboração própria.

³⁶ Palma (2017) estimou a NAIRU (Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment, em português “taxa de inflação que não acelera a inflação”) para o Brasil em 2003 de 8,13%; no período de 2010/2015, 6,9%; e uma NAIRU média de 7,48% para todo o período 2003/2015.

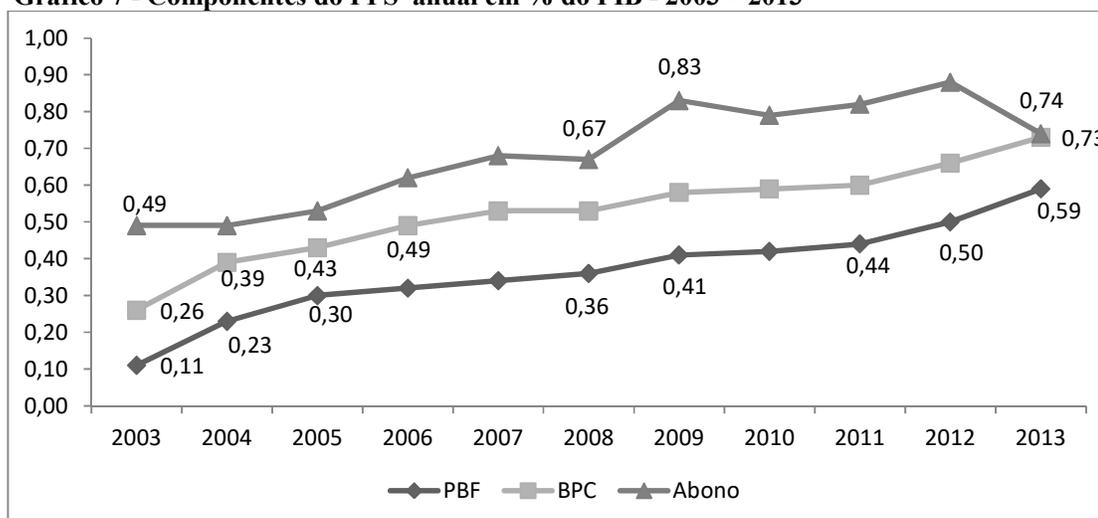
No campo social, a estratégia desenvolvimentista dos governos Lula e Dilma tinha o objetivo de “universalizar e institucionalizar os direitos da cidadania, realizar a inclusão social dos menos favorecidos da população e melhorar a distribuição de renda” (BIELSCHOWSKY, 2015, p.10). Logo, deu-se especial importância aos programas de proteção social, sobretudo o Programa Bolsa Família, como forma de proporcionar melhor redistribuição de renda, reduzir a pobreza e ampliar o consumo das famílias mais pobres.

4.1.7 Programa de Proteção Social – (PPS)

Com relação à redistribuição de renda fica evidente no Gráfico 7 uma forte e expressiva expansão dos componentes do Programas de Proteção Social (PPS), tendo como principal agente desse crescimento o Programa Bolsa Família (PBF), que no período de 2003 a 2013 apresentou um crescimento de 16,49% a.a., ao passar de 0,11% para 0,59% do PIB, enquanto que o Benefício de Proteção Continuada (BPC) cresceu 9,84% a.a. e o Abono e Seguro Desemprego, apenas 3,81% a.a.

Analisando de forma mais ampla, nota-se ainda no Gráfico 7 o compromisso do partido dos trabalhadores no que se refere ao estímulo ao consumo das famílias mais pobres ao ampliar sistematicamente suas políticas sociais de distribuição de renda. No período do ajuste macroeconômico, isto é, 2003-2005, percebe-se um crescimento do PBF de 109,0%, em 2004 frente a 2003, e de 30,4% em 2005 frente a 2004. Depois, mais duas expansões foram realizadas: uma, da ordem de 13,8% no ano de 2009 quando comparado com 2008, efeito das políticas anticíclicas colocadas em práticas no período de 2009-2010 e outra, no primeiro governo Dilma. Nos anos de 2012, um aumento de 13,6% frente a 2011, e em 2013, um aumento de 18,0% frente a 2012.

Com efeito, considerando todo o período de 2003/2013, o PBF se expandiu 436,3%, principalmente devido à ampliação da base de famílias beneficiadas do que dos valores pagos. Os BPC e Abono e Seguro Desemprego também tiveram destaques nos governos petistas, mas nada comparado ao desempenho do Programa Bolsa Família.

Gráfico 7 - Componentes do PPS anual em % do PIB - 2003 – 2013*

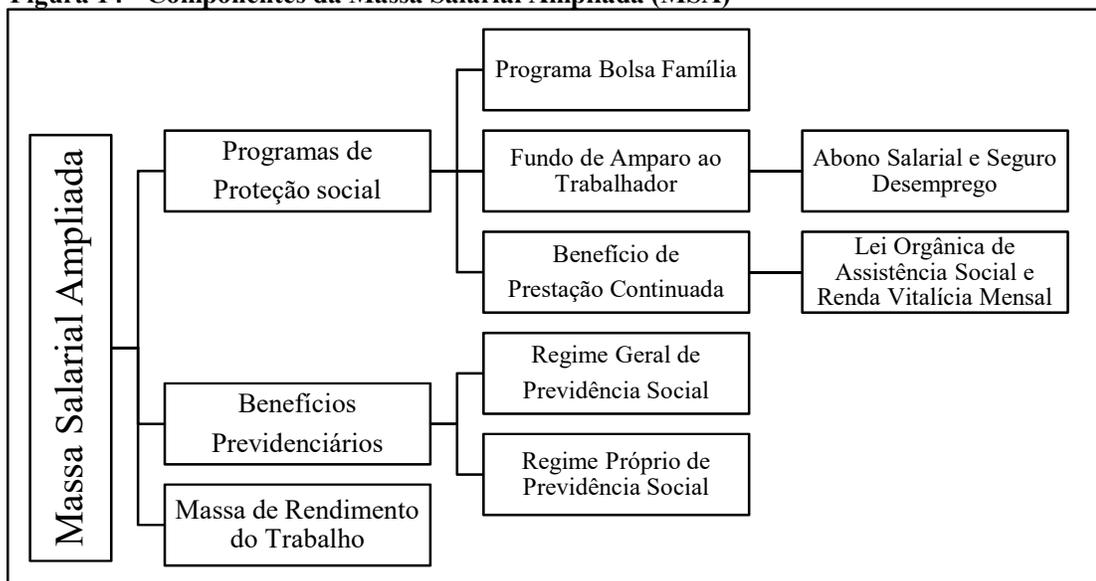
Fonte: Moura e Barros (2013). Elaboração própria. *Até maio/2013.

Cabe recapitular que, a partir de 2003, o Brasil começa a discutir um novo modelo de desenvolvimento, contudo a estratégia social-desenvolvimentista adotada no período em análise (2003/2015) ainda é muito longe e diferente daquela do velho-desenvolvimentismo. Para essa nova estratégia, a variável-chave é o consumo interno sustentado pela ampliação da massa salarial (BIELSCHOWSKI, 2015).

4.1.8 Massa Salarial Ampliada – (MSA)

A Massa Salarial Ampliada é composta pela soma dos Programas de Proteção social (PPS), pelos Benefícios Previdenciários (BP) e pela Massa de Rendimentos do Trabalho (MRT). O PPS é composto pelo Programa Bolsa Família, pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e pelo Benefício de Proteção Continuada (Lei Orgânica de Assistência Social + Renda Mensal Vitalícia). Os Benefícios Previdenciários (BP) são a soma do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A Massa de Rendimentos do Trabalho (MRT) corresponde à massa salarial e a MRA (massa de rendimento ampliada) é o produto da população ocupada pela renda média conforme (Figura 14).

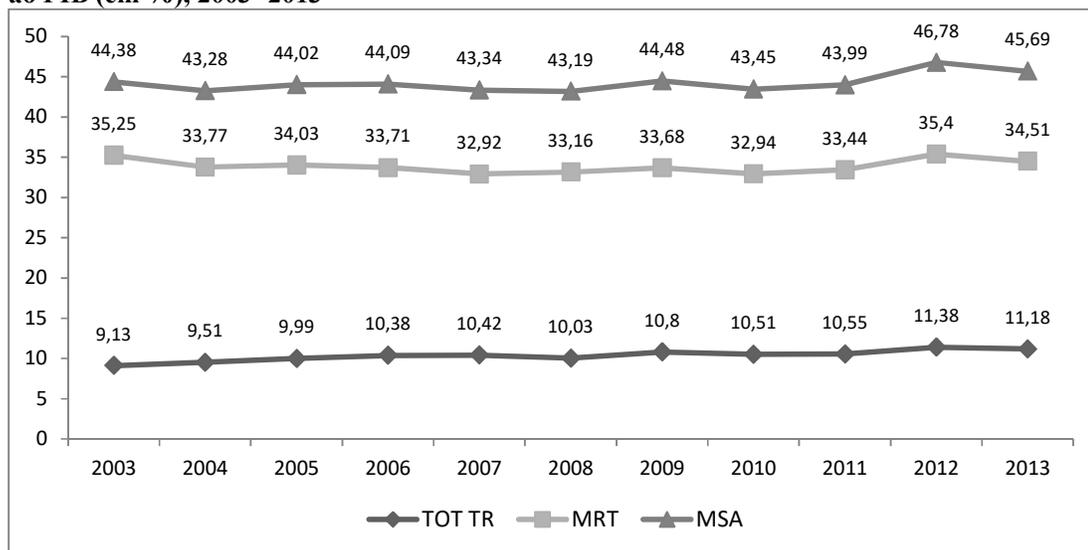
Figura 14 - Componentes da Massa Salarial Ampliada (MSA)



Fonte: Moura e Barros (2013). Elaboração própria.

Com respeito à trajetória da Massa Salarial Ampliada (MSA) anual e seus componentes em relação ao PIB, nota-se um comportamento constante e com poucas alterações durante a série analisada. Observa-se ainda um crescimento “atípico” dos componentes da Massa Salarial Ampliada (MSA) e da Massa do Rendimento do Trabalho (MRT) em relação ao PIB nos anos de 2012 e 2013, que pode ser considerado um sinal de enfraquecimento do modelo de crescimento sustentado pelo consumo, pois mesmo com a queda do PIB verificado nesses anos, o governo continuou estimulando as políticas de incentivo ao consumo, ver Gráfico 8, (MOURA e BARROS, 2013). Percebe-se ainda que o Total das Transferências de Rendas (TOT TR) como proporção do PIB, de 2003/2013 apresentou um crescimento de 22,45%, saindo de 9,13%, em 2003, para 11,18% do PIB, em 2013. Isso se deveu à importância que o governo federal deu ao objetivo central traçado no campo social.

Gráfico 8 - Percentual da Massa Salarial Ampliada anual e de seus componentes em relação ao PIB (em %), 2003 -2013*



Fonte: Moura e Barros (2013). Elaboração própria. *2013 até maio

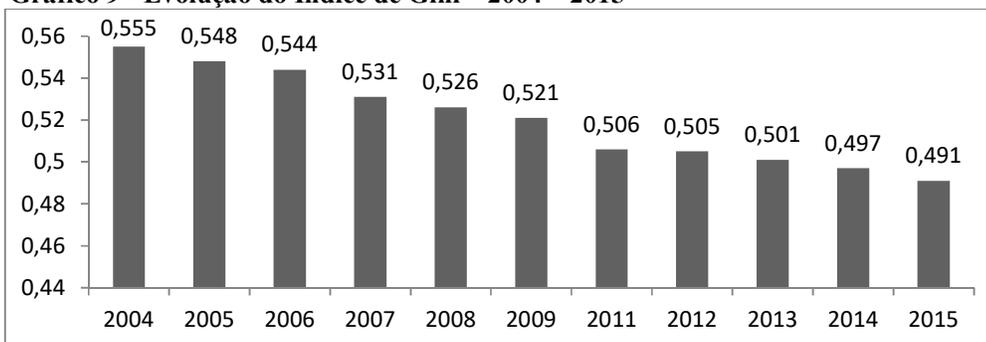
O desenvolvimentismo do governo Lula, foi baseado em três frentes de ação:

i) Medidas fiscais e monetárias de perfil temporário visando estimular o crescimento econômico e elevar o potencial produtivo da economia;

ii) Recuperação do investimento público com a volta do papel do Estado no planejamento e direcionamento desses investimentos; e

iii) Aceleração do desenvolvimento social através de políticas de elevação do salário mínimo e do aumento das transferências de renda (BARBOSA e SOUZA, 2009).

Nesse sentido, todos esses esforços centralizados em políticas de transferência de renda corroboraram para a diminuição das desigualdades sociais, conforme demonstrado no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Evolução do Índice de Gini – 2004 – 2015*

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração própria.

* Dados não disponíveis para o ano de 2010.

Em estudo recente Marc Morgan Milá (2017) aponta que o Brasil continua sendo o país mais desigual do mundo, com uma concentração de capital ainda muito alta. A desigualdade de renda entre os 90% mais pobres realmente diminuiu, porém não tanto quanto indica o índice de Gini. Em entrevista à Folha de São Paulo (2017), Milá afirma que os programas de transferências de renda ajudaram a diminuir as desigualdades, contudo como a fonte para financiar esses programas vem dos impostos sobre o consumo e as famílias que mais pagam impostos sobre o consumo são as mais pobres, o efeito de distribuição da renda praticamente se anula. Colocando de outra forma, ele acredita que os pobres estão financiando boa parte do benefício que recebem. Para ele, o problema da desigualdade do Brasil está na ausência de uma reforma agrária e no sistema de tributação que penaliza os mais pobres.

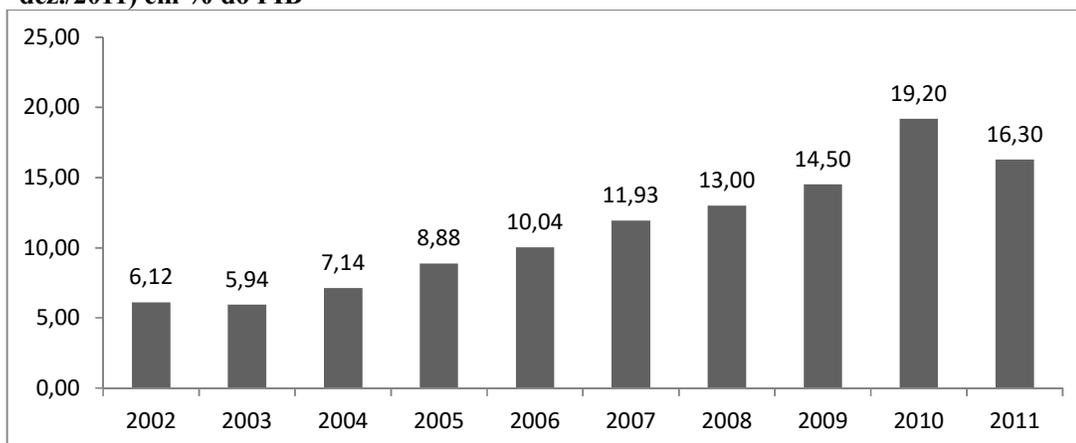
A evolução do emprego formal, a ampliação dos programas sociais e o avanço, mesmo que tímido, das aposentadorias privadas e públicas foram fatores que contribuíram para a expansão do crédito ao consumo. Nesse sentido, concomitantemente à expansão do crédito foi desprendido um esforço das instituições financeiras para ampliar o acesso à contas bancárias e a instrumentos de crédito à população. O processo de ‘bancarização’ que teve início ainda no governo FHC, a partir de 2001, permitiu além de acesso ao crédito, que a população marginalizada financeiramente pudesse proteger seu capital dos efeitos inflacionários.

4.1.9 Evolução do crédito ao consumo

A Lei nº 10.820 de 17 de dezembro de 2003, deu segurança jurídica ao desconto de prestações de empréstimos em folha de pagamento. Apesar de já ser prática comum antes de 2003, o empréstimo consignado sofreu forte expansão desde então. Dada a importância de estimular a aquisição de bens de consumo duráveis, em 2003 o volume de crédito bancário com recursos livres, que reúne todas as linhas de financiamento ao consumo para pessoas

físicas representava 5,94% do PIB, passando para 16,3%, em 2011³⁷. Como a estratégia social-desenvolvimentista era centralizada na expansão do consumo das famílias, a concessão de crédito seguiu nessa direção, (ver Gráfico 10). A redução do volume de crédito do ano de 2011 frente a 2010, segundo o Relatório de Economia Bancária e Crédito (REBC/2011) do Banco Central, deveu-se em virtude das medidas macroprudenciais adotadas em 2011 face a elevação da inadimplência, principalmente dos financiamentos de veículos³⁸.

Gráfico 10 - Evolução do crédito com recursos livres para pessoa física - Brasil (dez./2002 – dez./2011) em % do PIB



Fonte: BACEN. Elaboração própria.

Como reflexo do crescimento do crédito consignado, do crédito direto ao consumidor (CDC) etc., diversos setores da economia foram estimulados, sobretudo a indústria automobilística, apresentando resultados de produção e vendas expressivos, principalmente nos anos do governo Lula.

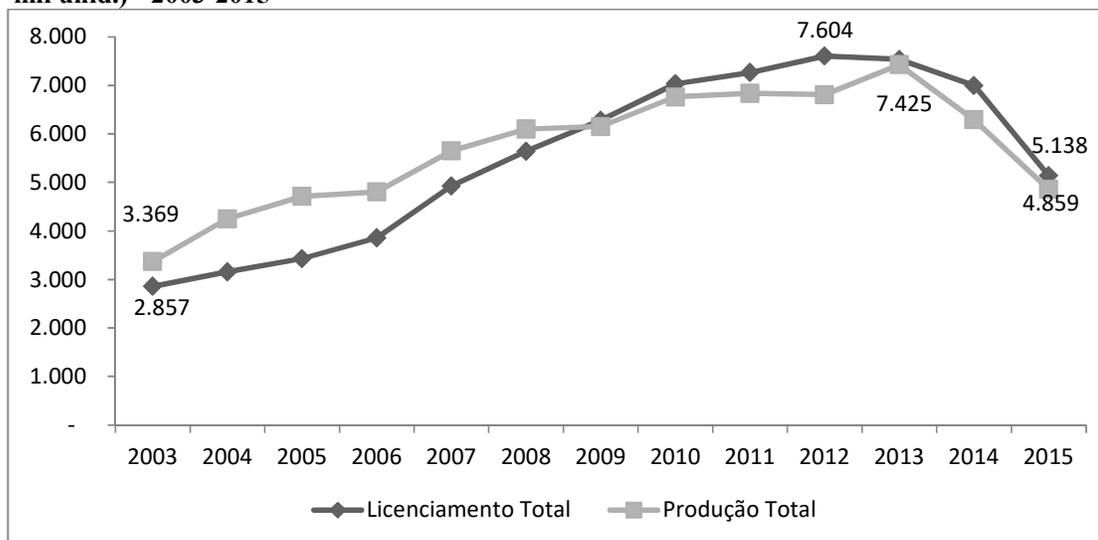
A produção total do setor automobilístico se expandiu a uma taxa de 7,4% a.a. de 2003 até 2013, quando alcançou seu ponto máximo e começou a declinar a partir de então. Por sua vez, os licenciamentos totais cresceram a uma taxa anual de 10,2% até 2012, quando começaram a cair como reflexo das políticas macroprudenciais adotadas a partir de 2011 no governo Dilma Rousseff. Em 2009 constata-se um ponto de intersecção no gráfico a partir do qual o comportamento das variáveis se inverte. A explicação mais provável para esse fato é que a partir desse ponto o setor automobilístico diminuiu sua produção devido à crise

³⁷ Os créditos consignados e para financiamentos de veículos foram os principais responsáveis pela expansão do crédito no período entre 2003 e 2010 (MORA, 2014).

³⁸ Há um debate sobre a insustentabilidade do modelo em virtude da ampliação da inadimplência dado o alto grau de endividamento (total de dívidas contraídas como proporção da renda) das famílias brasileiras. Houve realmente uma elevação do nível da parcela da renda comprometida com pagamento de dívidas, contudo o endividamento foi maior. Apesar do crescimento dessa última variável, comparando com os padrões internacionais, o grau de endividamento das famílias brasileiras pode ser considerado baixo (SICSÚ, 2017).

internacional, contudo os licenciamentos continuaram crescendo até 2012, apesar das restrições ao crédito a partir de 2011 (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Evolução da produção total e dos licenciamentos totais de veículos no Brasil (em mil unid.) - 2003-2015



Fonte: Anfavea – Séries históricas. Elaboração própria.

Tão importante quanto estimular o consumo das famílias seria garantir que esse consumo fosse atendido pela indústria nacional, através dos ganhos de produtividade e competitividade diante da concorrência dos produtos importados. A próxima variável a ser analisada é o investimento em P&D visto que para a estratégia centrada no consumo de massas os ganhos de produtividade permitam a economia responder de forma sustentada às elevações do custo da mão de obra.

4.1.10 Investimentos em P&D e produtividade

A estratégia desenvolvimentista adotada no período analisado tem em seus objetivos potencializar as três fontes de expansão:

- i) Crescimento com redistribuição de renda;
- ii) Investimentos em infraestrutura econômica e social; e
- i) Intensificação das atividades em recursos naturais.

A produtividade é, na estratégia social-desenvolvimentista, uma variável indispensável para que os salários e o consumo continuem crescendo de forma sustentável.

Várias foram as iniciativas dos governos Lula e Dilma no sentido de estimular a indústria nacional, a pesquisa e a inovação, e, por conseguinte aumentar a produtividade. Dentre elas pode-se citar:

- a) 2003 - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE);
- b) 2004 - Lei da Inovação;
- c) 2005 - Lei do Bem;
- d) 2007 - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- e) 2008 - Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP);
- f) 2010 - Plano Brasil Maior (PBM);
- g) 2011 - Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI);
- h) 2012 - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI);
- i) 2013 - Plano Inova Empresa; e
- j) Programas de subvenção econômica da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

A título de exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP) contemplavam uma série de desonerações tributárias objetivando incentivar o investimento privado e desenvolver o mercado de consumo de massas. A combinação das desonerações advindas desses dois programas beneficiou sobremaneira o setor de construção pesada associado à infraestrutura, setores de maior intensidade tecnológica, como produção de computadores, semicondutores e equipamentos de TV digital (BARBOSA e SOUZA, 2009). Nesse sentido, a Tabela 1 evidencia um crescimento dos investimentos totais em P&D a partir de 2007, ano de lançamento do PAC, e de forma mais intensa, a partir de 2008, ano de lançamento do PDP. Em contraste, os investimentos do setor privado permanecem praticamente constantes ao longo do período analisado. Os dados plotados abaixo também evidenciam a importância do Estado no sentido de estimular os investimentos em P&D do setor privado na medida em que as principais expansões dos dispêndios públicos³⁹ são acompanhadas por fortes expansões dos dispêndios privados.

³⁹ Apesar do fato de que os investimentos em P&D nunca alcançaram a marca de 1,5% do PIB, o Livro Azul, lançado em 2010 na 4ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável projetava uma meta entre 2,0% e 2,5% do PIB a ser alcançado em 2020, nível de investimento de economias desenvolvidas.

Tabela 1 - Evolução dos dispêndios público e privado em P&D como % do PIB – 2000 - 2015

Ano	Dispêndio público	Var%	Dispêndio privado	Var%
2000	1,05	0	0,51	0
2001	1,06	1,0%	0,50	-2,0%
2002	1,01	-4,7%	0,49	-2,0%
2003	1,00	-1,0%	0,49	0,0%
2004	0,96	-4,0%	0,49	0,0%
2005	1,00	4,2%	0,52	6,1%
2006	0,99	-1,0%	0,49	-5,8%
2007	1,08	9,1%	0,52	6,1%
2008	1,13	4,6%	0,56	7,7%
2009	1,12	-0,9%	0,53	-5,4%
2010	1,16	3,6%	0,57	7,5%
2011	1,14	-1,7%	0,54	-5,3%
2012	1,13	-0,9%	0,51	-5,6%
2013	1,20	6,2%	0,51	0,0%
2014	1,27	5,8%	0,60	17,6%
2015	1,28	0,8%	0,64	6,7%

Fonte: MCTI. Elaboração própria.

Apesar do crescimento dos investimentos totais em P&D evidenciados na Tabela 1 acima a partir de 2007 e dos esforços do governo com seus programas de infraestrutura e políticas industriais, a indústria de transformação apresentou produtividade negativa no período de 2004 a 2012 (-14,73%)⁴⁰, construção civil (-16,87%), atividades imobiliárias e aluguéis (-13,11). Entre os setores que apresentaram crescimento de produtividade estão os relacionados a atividades do setor primário da economia: agropecuária (34,62%) e extrativismo mineral (7,42%). Vale ressaltar o expressivo crescimento da produtividade dos setores relacionados a serviços financeiros (37,11%) e produção e distribuição de energia elétrica, gás e água (49,35%), (ver Tabela 2). Esses dados revelam que a produtividade no período analisado contribuiu, sobretudo para o desempenho do comércio exterior (agropecuária e extrativismo mineral) em detrimento da indústria de transformação.

⁴⁰ “O câmbio apreciado tem conspirado a favor do consumo de massas em um contexto em que a produtividade industrial não avança” (KERSTENETZKY, 2016, p. 5)

Tabela 2 - Produtividade setorial relativa, Brasil – 2004 – 2012

Setores selecionados	2004	2008	2012	$\Delta\%$	$\Delta\%$	$\Delta\%$
	(%)	(%)	(%)	2008/2004	2012/2008	2012/2004
Agropecuária - total	0,26	0,31	0,35	19,23	12,90	34,62
Extrativa mineral	12,94	13,64	13,90	5,41	1,91	7,42
Indústria de transformação	1,29	1,14	1,10	-11,63	-3,51	-14,73
Construção civil	0,83	0,75	0,69	-9,64	-8,00	-16,87
Prod. e dist. de energia elétrica, gás e água	6,93	6,79	10,35	-2,02	52,43	49,35
Interm. financ., seg., prev. comp., serv. relacionados	4,85	6,35	6,65	30,93	4,72	37,11
Atividades imobiliárias e aluguéis	14,17	12,28	12,27	-13,34	-0,08	-13,41

Fonte: Bonelli (2014). Elaboração própria.

O PPA 2004/2007 reconhece que, além da necessidade de elevar o nível de produtividade, é preciso promover um conjunto de ações buscando reduzir o grau de concentração do mercado brasileiro⁴¹. O elevado grau de oligopolização dificulta a transmissão dos ganhos de produtividade para os salários, assim como pode neutralizar os efeitos de políticas fiscais⁴². A Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para os anos de 2004, 2007 e 2011, evidencia o grau de concentração da economia brasileira. Em 2004 haviam 1.586 indústrias com 500 ou mais empregados, representando 1,1% do total das empresas industriais, sendo responsáveis por 39,9% do total das pessoas ocupadas no setor industrial. No final do primeiro PPA, isto é, em 2007, esses percentuais passaram para 1,0% e 41,63%, respectivamente. Logo, há indícios de que o grau de concentração industrial no Brasil aumentou no período que contempla o primeiro PPA. Ao estender a análise até o último ano do segundo PPA (2011), percebe-se uma concentração ainda mais elevada: indústrias com 500 funcionários ou mais representavam 0,61% do total das indústrias ativas, responsáveis pela contratação de 41,3% das pessoas desse setor.

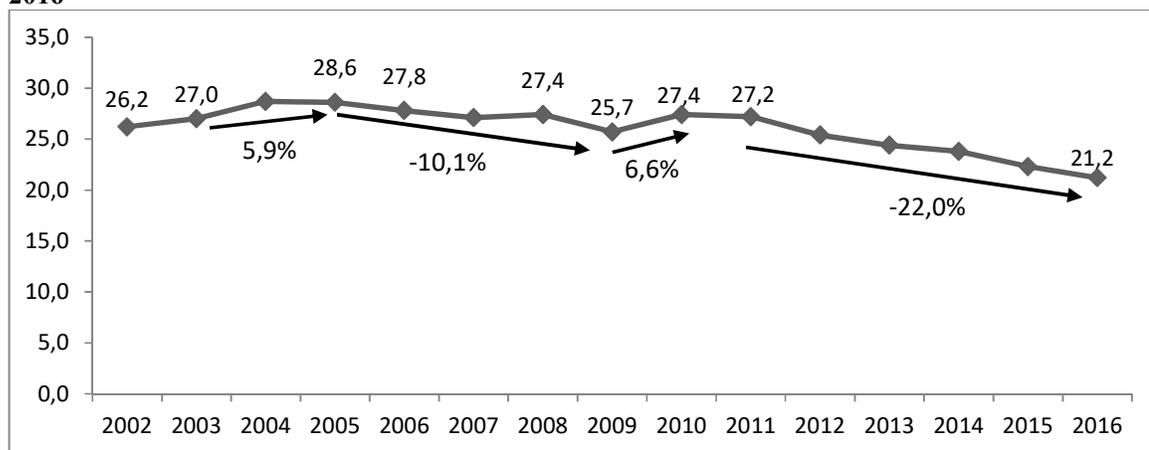
A participação da indústria no PIB retraiu de 26,2%, em 2002, para 21,2%, em 2016, o que representa uma contração de 19,0% em 15 anos. É possível observar no Gráfico 12 o comportamento do valor adicionado da indústria como proporção do PIB em resposta às fases das políticas econômicas: no período do ajuste macroeconômico (2003/2005) a participação

⁴¹ O PPA 2004/2007 é o único entre os três analisados aqui nesse trabalho que enfatizam a necessidade de reduzir o grau de concentração da economia ao afirmar que “outro conjunto de ações deve ser direcionado pela busca da diminuição dos danos causados pelo elevado grau de oligopolização dos mercados, que dificultam a transferência dos ganhos de produtividade a preços e salários [...]” (PPA 2004/2007, p. 21, Lei 10.933 de agosto de 2004).

⁴² Conforme discutido no primeiro capítulo deste trabalho, Furtado (2003) já alertava para o comportamento dos agentes do setor privado frente a políticas de “favores creditícios”. Para ele, a ação mais provável dos empresários diante de uma política de incentivo fiscal, por exemplo, era de incorporar os ganhos nas suas margens de lucros e não transmiti-los para os consumidores na forma de redução dos preços.

da indústria no PIB avançou 5,9%; no período de aceleração do crescimento e início da crise internacional, uma redução de 10,1% (2005/2009), o que evidencia que o consumo das famílias nesse período foi, em certa medida, atendido pela indústria de outros países, mormente da China; uma recuperação de 6,6% no período de 2009/2010, efeito das políticas de resposta à crise internacional; e, por fim, uma queda abrupta de 22,0% no período de 2011/2016 como reflexo do novo cenário econômico na era Dilma.

Gráfico 12 - Participação do valor adicionado bruto do setor industrial em % do PIB – 2002 - 2016

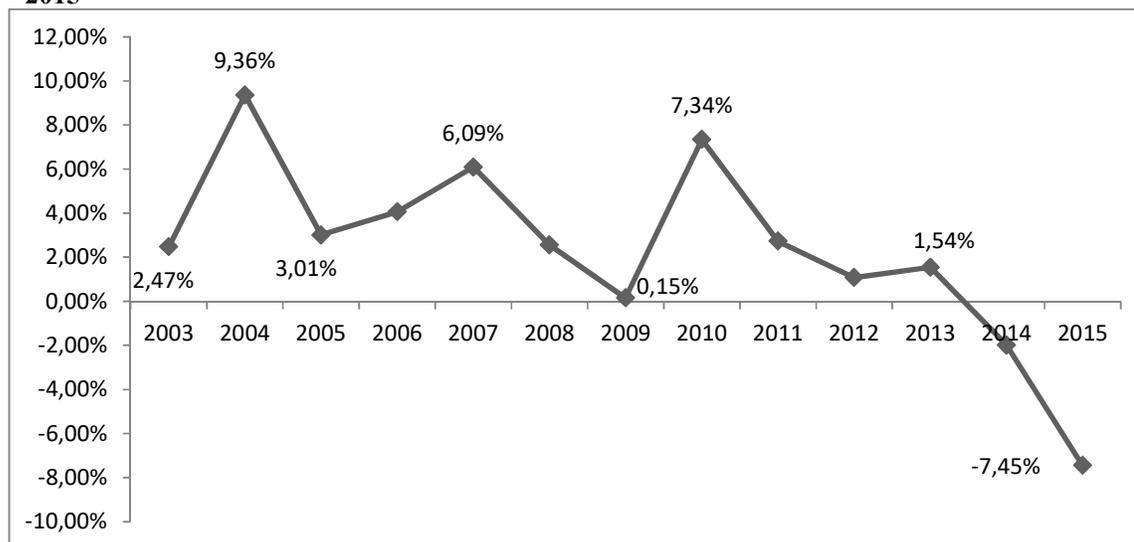


Fonte: IBGE – Contas Nacionais. Elaboração própria.

Contudo, a perda da participação da indústria de transformação na composição do PIB pode ser um sinal de reprimarização e não necessariamente de desindustrialização. Esta última é evidenciada pela redução do emprego industrial como proporção do emprego total (OREIRO, 2010). Com efeito, a oscilação do emprego industrial⁴³ verificada no Gráfico 13 pode ser considerada um indicador de um processo de desindustrialização pelo qual o Brasil passou no período analisado, evidenciando dessa forma a insuficiência das políticas em estimular o setor industrial e que a demanda do mercado interno por produtos industrializados foi atendida, em grande medida, pela indústria do mercado externo.

⁴³ Dados da Pnad-2009 indicam que a distribuição percentual dos trabalhadores no setor industrial se manteve relativamente estável ao nível de 14,9% no período de 2004/2009. Para Oreiro (2016) a “segunda onda de desindustrialização” observada durante o governo Lula foi impulsionada pela forte valorização cambial. A investigação sobre a desindustrialização é relativamente extensa, não sendo objetivo desse trabalho esgotar o assunto, outrossim apenas levantar algumas evidências sobre esse processo face a proposta de estimular o investimento produtivo através da expansão do consumo.

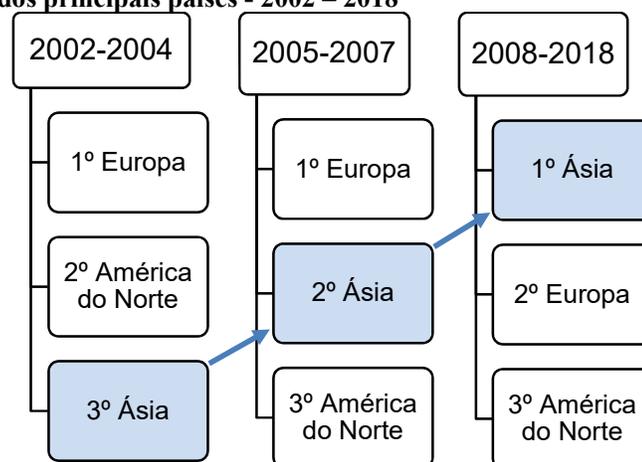
Gráfico 13 - - Evolução do emprego industrial no Brasil, acumulado em 12 meses (% ano) – 2003 - 2015



Fonte: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED. Elaboração própria.

Dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços dão conta que a partir de 2003 as importações da Ásia (China, Hong Kong e Macau) começaram a figurar timidamente no total FOB importado pelo Brasil, ganhando espaço na pauta importadora brasileira de forma expressiva a partir de 2005. Considerando os três principais blocos de países dos quais o Brasil importa tem-se na Figura 15 o seguinte *ranking* em volume FOB (\$) como proporção total do volume FOB (\$) importado.

Figura 15 - Importações do Brasil: *ranking* dos blocos dos principais países - 2002 – 2018



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração própria.

Contudo, à medida que a China se mostra um grande concorrente no que diz respeito aos produtos industrializados, ela é uma grande parceira comercial no que se refere ao

consumo de produtos primários, sobretudo do setor extrativista mineral: soja, óleo bruto de petróleo e minério de ferro representaram em 2014 quase 83% da pauta exportadora do Brasil para a China (CORRÊA, 2015).

Após a análise do desempenho de alguns indicadores da economia brasileira sob a ótica do novo-desenvolvimentismo, a próxima seção buscará averiguar o comportamento do consumo das famílias, sobretudo no que diz respeito às variáveis adicionais que possam impactar no consumo de bens duráveis, além daquelas administradas através das políticas econômicas discutidas na primeira parte deste capítulo.

4.2 O consumo das famílias

O desempenho do consumo das famílias pode ser analisado basicamente sob duas óticas, obtendo-se resultados diferentes: *i)* consumo das famílias como proporção do PIB e *ii)* consumo das famílias em valor absoluto nominal ou real.

Como proporção do PIB observa-se um processo de queda no consumo das famílias já no início dos anos 2000 intensificando essa trajetória praticamente durante todo o governo Lula, só retomando uma tendência altista de forma mais robusta a partir do primeiro ano governo Dilma I (SCHINCARIOL, 2017). Dentre os dez mais baixos consumos observados na Tabela 3, sete estão no governo Lula (anos de 2003 a 2008, e 2010); em contraste, os anos em que houve uma maior participação da indústria no PIB foram praticamente os mesmos anos em que houve baixo consumo das famílias (de 2003 a 2008, e de 2010 a 2011), logo se observa nesse período: produção alta e consumo baixo como proporção do PIB. Nota-se ainda que a “FBCF + variação de estoques” apresenta seus níveis mais baixos no período de 2003 a 2006, guardando certo grau de coerência entre produção alta e baixo consumo das famílias observados no mesmo período. A partir de 2007, os investimentos em FBCF e em estoques retomam um comportamento altista, mantendo essa tendência com poucas oscilações até o último ano do primeiro governo Dilma.

Na visão de Schincariol (2017), Sicsú (2017) e Kerstenetzky (2016) o crescimento constante da FBCF, em termos relativos, foi um fator que pode caracterizar um período de forte estímulo ao investimento, principalmente no segundo governo Lula, em detrimento do consumo das famílias. Logo, a expansão do consumo não competiu com o crescimento dos investimentos (KERSTENETZKY, 2016).

Tabela 3 - Consumo das famílias, FBCF e Participação da indústria como % do PIB – Brasil – 2000 - 2016

ANO	Participação Indústria	Consumo das famílias	FBCF + var. de estoques
2000	26,70	64,60	18,90
2001	26,60	64,10	18,70
2002	26,40	61,90	17,40
2003	27,00	61,80	16,90
2004	28,60	60,20	17,90
2005	28,50	60,50	17,20
2006	27,70	60,40	17,80
2007	27,10	59,90	19,80
2008	27,30	59,70	21,60
2009	25,60	62,00	18,80
2010	27,40	60,20	21,80
2011	27,20	60,30	21,80
2012	26,00	61,40	21,40
2013	24,90	61,70	21,70
2014	23,80	63,00	20,50
2015	22,30	63,80	17,60
2016	21,20	64,00	15,40

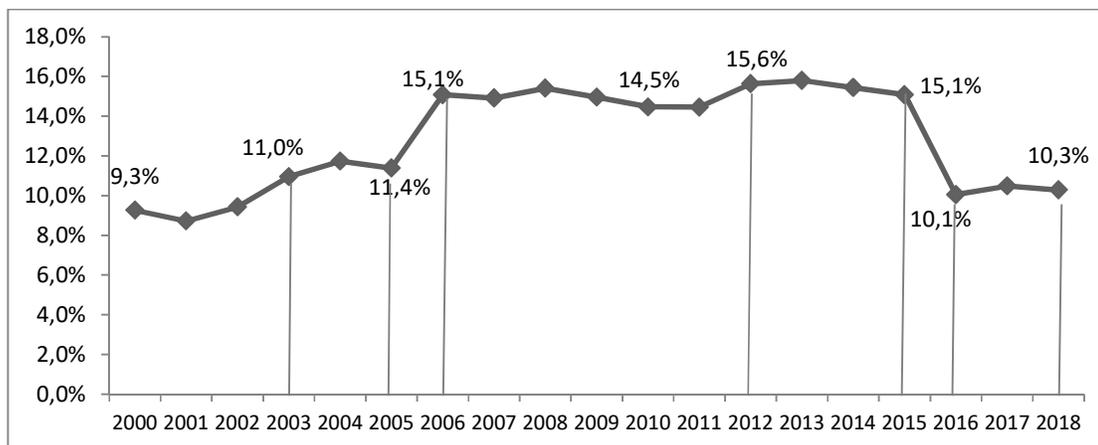
Fonte: Indicadores IBGE, contas nacionais trimestrais, 4º tri/2016. Elaboração própria.

Algumas considerações podem ser feitas a respeito do baixo consumo das famílias como proporção do PIB durante maior parte do governo Lula:

a) pode ter sido um dos fatores, além dos já mencionados no início deste capítulo, que ajudaram a manter os preços sobre controle;

b) intensificou-se, a partir de 2003, a importação de produtos classificados como bens de consumo (Gráfico 14), permanecendo em níveis altos até 2015, explicando, em parte, uma possível dificuldade de ajuste da produção da indústria brasileira frente à concorrência internacional. Segundo Medeiros (2015), o índice de penetração de importados passou de 12,4%, em 2002, para 17,03%, em 2009. A taxa de crescimento média das importações no período de 2004 a 2010 foi de 14,81%; e

c) a estratégia social-desenvolvimentista pode não ter sido eficiente uma vez que não conseguiu elevar o consumo das famílias como proporção do PIB assim como promoveu desestímulo à produção nacional.



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Séries históricas. Elaboração própria.

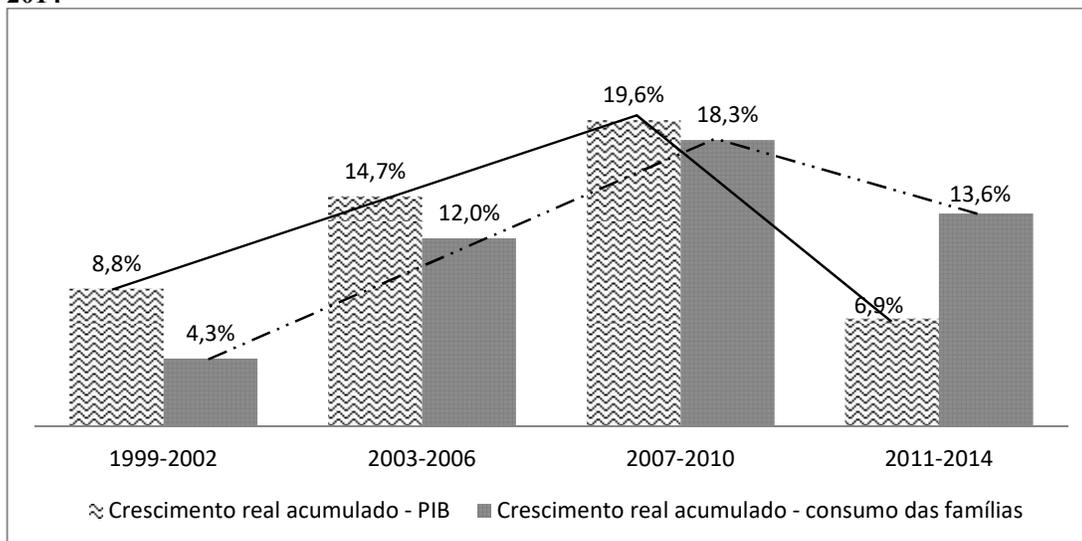
A insustentabilidade desse modelo de desenvolvimento coaduna com o que vem sendo exposto ao longo desse capítulo. As mudanças no perfil do consumo em virtude das transformações dos preços relativos, da distribuição de renda, mormente relacionadas às modificações na estrutura dos salários, da ampliação do crédito, do aumento dos gastos públicos não foram acompanhadas de uma mudança na estrutura produtiva interna logo, a modernização dos padrões de consumo teve que ser realizada por meio das importações (MEDEIROS, 2015).

Enquanto o crescimento do consumo relativo ao PIB não cresceu de forma homogênea, em valor absoluto acumulado pode-se observar um crescimento mais sustentado. No final do último ano do governo de FHC, o crescimento real do PIB acumulado de 1999/2002 foi de 8,8% e o crescimento real acumulado do consumo das famílias, apenas 4,3%. Ao longo dos governos Lula nota-se que o consumo das famílias cresce de forma sustentada, isto é, muito próximo ao crescimento do PIB, mas nunca acima dele: a distância, ou o *gap*, entre crescimento do PIB e consumo das famílias diminui ao longo da série analisada: 4,5 p.p. (FHC), 2,7 p.p. (LULA I), 1,3 p.p. (LULA II). A interpretação desse comportamento é que, sob a ótica da demanda, existe mais disponibilidade de bens e serviços que não estão sendo consumidos à medida que cresce a produção, logo a renda maior que o consumo abre espaço para geração de poupança ($Y > C = S$) e, por conseguinte, possibilidade de se ampliar as taxas de investimento, uma vez guardada a relação $S = I^{44}$, (ver Gráfico 15) (LOPES, 2014).

⁴⁴ Cabe resgatar do primeiro capítulo desse trabalho a discussão em torno da relação $S = I$, uma vez que para os neoclássicos é necessário que haja poupança prévia (S) para se alavancar os investimentos (I). A falta de poupança implicaria no endividamento externo. Entretanto, para Keynes o crédito supriria a escassez da poupança prévia. Logo, para a ortodoxia o consumo é prejudicial e para heterodoxia, benéfico. No estudo da literatura não há consenso sobre o fator que puxou o crescimento da economia no período analisado. Sicsú

Contudo, no período do governo de Dilma Rousseff (2011/2014), a relação se inverte e o consumo acumulado das famílias cresce 6,7 p.p acima do crescimento acumulado do PIB ($Y < C$). Além de ter adotado medidas anticíclicas em um momento pró-cíclico, o governo Dilma incentivou ainda mais o consumo, sem conseguir estimular o aumento correspondente da produção, resultando, em última análise, numa ampliação das importações – deterioração do balanço de pagamentos, ao consumir as reservas - e endividamento das famílias sem o crescimento da renda. Estimular o consumo acima da produção pode ter sido umas das causas que pressionou a inflação nesse período⁴⁵, seguido de elevação da taxa de juros, dificultando assim a retomada do crescimento (LOPES, 2014).

Gráfico 15 - Crescimento real acumulado do PIB e do consumo das famílias – Brasil – 1999 - 2014



Fonte: Lopes (2014). Elaboração própria.

Sob a perspectiva do valor absoluto, o consumo das famílias apresentou trajetória de ascensão até final de 2008, perdendo força no 1º trimestre de 2009 e voltando a crescer a

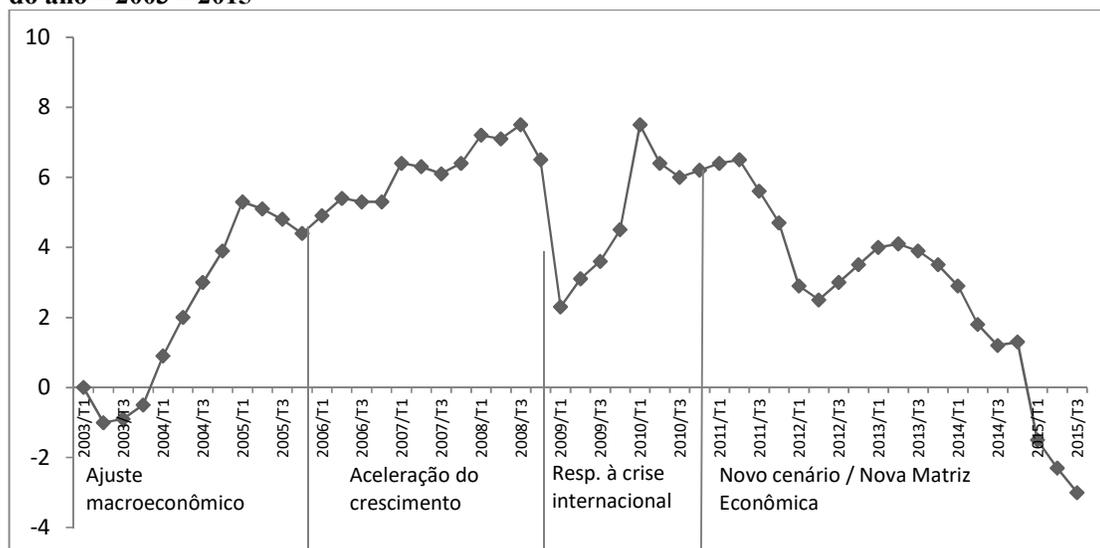
(2017) afirma que para alguns autores o período do governo Lula foi marcado pelo crescimento dos investimentos, sobretudo no seu segundo mandato, outros defendem que houve crescimento tanto do consumo, do emprego formal, dos investimentos e da infraestrutura e tem aqueles que defendem que foi um período de crescimento promovido pelo consumo, investimentos e exportações. A respeito do debate da variável que deve ser estimulada primeiro – se o investimento ou o consumo – Keynes receitua que deve **sempre** ser estimulado primeiro o **investimento público**, que por sua vez aumentará o nível de **emprego**, seguido do **consumo** e por último promoveria o aumento do **investimento privado** (G - L - C - I). Exceção à regra seria quando houvesse variações da eficiência da produtividade marginal do capital, ou seja, quando for mais atrativo especular na esfera financeira da economia. Nessas situações, expandir o consumo das famílias é o meio pelo qual se deve procurar elevar o nível de emprego. “Se é materialmente impraticável aumentar o investimento, obviamente não existe nenhum meio de assegurar um nível mais alto de emprego exceto aumentando o consumo” (KEYNES, 1974, pp. 324-5 apud SICSÚ, 2017, p. 14).

⁴⁵ A elevação dos preços administrados que vinham sendo contidos e a forte desvalorização cambial também são apontadas como fatores que explicam a elevação do IPCA (GALA, 2018).

partir do 2º trimestre do mesmo ano. A partir do 3º trimestre de 2011 o consumo começa a entrar em trajetória de queda e mantêm-se assim até o final da série, (ver Gráfico 16).

Dado o formato em “U” invertido do gráfico, pode-se inferir que o modelo de desenvolvimento adotado, isto é, lastreado na dinamização do mercado de consumo de massa, foi insustentável ao longo da série analisada, fazendo com que em 2015 o consumo das famílias regredisse a níveis inclusive mais baixos do que o verificado no ano 2003.

Gráfico 16 - Despesa de Consumo das Famílias, variação em volume, taxa acumulada ao longo do ano – 2003 – 2015



Fonte: IBGE – Séries temporais. Elaboração própria.

Após uma análise sobre o desempenho da economia, na próxima seção serão analisados alguns aspectos em que o Brasil se encontrava na década de 2000, considerado como o novo período desenvolvimentista, no tocante à sua demografia, infraestrutura social, crescimento populacional, evolução da composição familiar, rendimento médio assim como acesso a bens duráveis etc. nesses 10 anos que compreendem a “nova era do consumo”, visto que os pilares do consumo de massas – aumento do salário mínimo, expansão do crédito e do emprego formal -, foram em certa medida eficientes porque encontraram um mercado interno propício à estratégia desenvolvimentista.

4.3 Características da população e evolução do consumo de bens duráveis

Na década de 1970, o crescimento do país se deu pela implantação de novos setores à indústria de transformação (petroquímica e em bens de capital). Na década seguinte, a modernização se deu na agricultura. Na década de 1990, o destaque foi praticamente o setor de serviços com expansão dos investimentos em telecomunicações e tecnologia da

informação, em iniciativas de redução de custos e fragmentação da cadeia produtiva. A década de 2000, por sua vez, foi marcada por pouca mudança na estrutura produtiva, uma elevação das importações e forte estímulo ao consumo⁴⁶ (MEDEIROS, 2015).

Baseando-se em dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – para os anos de 2004 e 2011 e na POF – Pesquisa de Orçamento das Famílias – para os anos de 2002/2003 e 2008/2009, ambas do IBGE, é possível avaliar, em partes, os resultados de 10 anos de política desenvolvimentista no que diz respeito à evolução do consumo dos bens duráveis e não duráveis. Optou-se por analisar prioritariamente⁴⁷ os dados dos períodos de 2004 a 2011 pelo fato de que o ano de 2003, primeiro ano do governo Lula, ter sido marcado por políticas de ajuste macroeconômico. Vale ressaltar que a estratégia do consumo de massas é definida no PPA para o período de 2004/2007 apenas, porém o segundo PPA - para os anos de 2008/2011 -, ao prever os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV) estimularam o consumo das famílias.

Destarte, a elevação do consumo das famílias foi também impulsionada pela modificação da estrutura populacional que nesses 10 anos apresentou uma taxa de crescimento de 12,5%. Além de ter crescido, a população também envelheceu, refletindo diretamente no aumento do consumo das famílias. A mobilidade entre as faixas etárias também contribuiu com a estratégia desenvolvimentista ao passo que as despesas médias mensal dos indivíduos começam a aumentar a partir dos 30 anos, mantém-se em ascensão até os 49, alcança o pico do consumo aos 59 e começa trajetória de declínio aos 60. Em 2004, 46,3% da população tinha entre 0 e 24 anos, 44,0% entre 25 e 59 e apenas 9,7% com 60 anos de idade; em 2009, 41,6% estava na faixa entre 0 e 24 anos, 47,1% entre 25 e 59 – a faixa etária responsável por um maior nível de consumo aumentou 3,1 p.p. frente a 2004, e 11,7% com 60 anos de idade.

Tal como a idade e expectativa de vida, o nível de educação da população atua como uma variável chave para elevar o consumo. À medida que a educação aumenta o consumo também se eleva e de forma mais diversificada, dado o grau de exigência e discernimento do consumidor mais educado (NARDI, 2009). Segundo o IBGE, em 2004 10,4% da população de 10 anos ou mais de idade era analfabeta, caindo esse nível 2,5 p.p. quando comparado com

⁴⁶ A análise será baseada na evolução do consumo de bens duráveis, tais como geladeiras, fogões, TVs, celulares, automóveis etc.

⁴⁷ Alguns dados referentes ao orçamento familiar não estão disponíveis para os anos de 2004 e 2011, visto que as Pesquisas de Orçamento Familiar do IBGE disponíveis são as dos anos 2002/2003 e 2008/2009, contudo esperamos que este fato não traga prejuízo para a nossa análise.

2011 (7,9%), com destaque para a região Nordeste que apresentou a maior redução (5,3 p.p.) do analfabetismo entre as regiões, saindo de 20,6%, em 2004, para 15,3%, em 2011.

O rendimento médio mensal real de todos os trabalhos em 2004 era de R\$ 922,00, com grande disparidade entre as regiões do país. A região mais pobre (NE) apresentava uma renda média mensal real de todos os tipos de trabalhos de R\$ 570,00 e a mais rica (SE), de R\$ 1.072,00. A diferença de renda entre essas duas regiões reduziu-se consideravelmente em 2009. A região NE passou a apresentar uma renda média mensal real de R\$ 734,00 e a SE de R\$ 1.255,00, isto é, a renda da região Nordeste cresceu em termos relativos mais que a renda média real da região Sudeste. Como região mais pobre, aumentar a renda e diminuir o analfabetismo dessa população representou um ponto estratégico para impulsionar o consumo.

A política de ajuste salarial foi essencial para conseguir fortalecer o mercado consumidor interno, de tal forma que nos oito anos do governo Lula, o salário mínimo cresceu 155%, ao passar de R\$ 200,00 no final de 2002 e para R\$ 510,00 em 2010. Descontando a inflação medida pelo IPCA acumulada no período de 2003/2010 de 56,64%, o aumento real obtido foi de 62,7%. No governo Dilma, de 2011 a 2015, até meados de 2016, o aumento real do salário mínimo foi de apenas 15,4%. Os aumentos reais começam a ser menos expressivos, em parte devido à fórmula de ajuste do salário mínimo que considera aumentos reais apenas se houver crescimento do PIB (SAMPAIO Jr., 2017).

Com respeito à infraestrutura social⁴⁸, em 2004 apenas 82% das residências tinham rede geral de abastecimento de água e 96,8% possuíam iluminação elétrica, com 18,7% da população vivendo na zona rural. Em 2011 a urbanização avançou, diminuindo assim para 13,8% a população que vivia na zona rural. Seguiram-se, então, uma expansão no abastecimento de água beneficiando 94,1% dos domicílios e iluminação elétrica para 99,32%, (Pnad, 2011), serviços essenciais para a promoção de melhor qualidade de vida e estímulo do consumo de bens duráveis, como eletrodomésticos, por exemplo.

A densidade demográfica é uma variável importante para a expansão do mercado consumidor de massa uma vez que o custo logístico de distribuição e comercialização de bens e serviços é mais oneroso em áreas com menos densidade populacional (NARDI, 2009). Nesse sentido, e em virtude do crescimento populacional, em 2010 o Brasil apresentava uma densidade demográfica de 22,4 habitantes por m², frente aos 19,9 hab./m² em 2004.

Outra ação de relevância para a estratégia de promoção do consumo de massas foi a criação do programa Minha Casa Minha Vida no ano de 2009, que visava suprir o vasto

⁴⁸ Conjunto de bens e serviços disponíveis à comunidade para que ela possa funcionar em condições de se desenvolver.

déficit habitacional do país. Ao aumentar a quantidade de lares com poder aquisitivo fortaleceu-se sobremaneira o mercado consumidor interno⁴⁹. Paralelamente à expansão habitacional, foi lançado o programa Minha Casa Melhor, ofertando linha de crédito de até R\$ 5.000,00 por mutuário para aquisição de móveis e eletrodomésticos⁵⁰.

Dada a expansão da renda, da população e das residências, chega-se a variável “composição das famílias”. Quanto mais pobre a população, maior é a quantidade de membros por domicílio. Nível de pobreza e quantidade de pessoas vivendo num mesmo ambiente limita o crescimento do consumo, visto que o compartilhamento de bens duráveis e não-duráveis é muito frequente e mais intenso nesse perfil de família (NARDI, 2009). Nesse sentido, nota-se pelos dados disponíveis nas Pnads e POFs que se reduziu consideravelmente a quantidade de residências com mais de 5 moradores que, em 2003, representava 23,3% dos domicílios, para 18,3% em 2009 e aumentou-se substancialmente os domicílios compostos por 1 e 2 moradores: em 2003, 10,4% dos domicílios era composto por 1 morador e 19,4% com 2 moradores; em 2009, 12,0% dos domicílios eram compostos por 1 morador e 22,6% por 2 moradores.

A estabilidade do emprego e crescimento da renda promoveu também uma mudança importante na população: conseguiu-se ampliar o número de casamentos⁵¹. A taxa de nupcialidade legal, segundo dados do registro civil do IBGE, passou de 5,8 casamentos por 1.000 habitantes de 15 anos de idade ou mais, em 2003, para 6,6, em 2010. Logo, mais famílias sendo constituídas maior a demanda por bens duráveis.

Segundo dados da POF de 2002/2003 havia 30,2% da população brasileira recebendo até 3 salários mínimos, avançando para 39% no período de 2008/2009. Infere-se desses números que houve uma expansão na quantidade de empregos assalariados em detrimento da qualidade, isto é, em empregos que pagam salários mais elevados, na indústria de transformação, por exemplo⁵². Dada a propensão marginal a consumir muito maior em famílias de baixa renda, os impactos no mercado interno foram expressivos. Enquanto houve uma variação de 29,1% na quantidade de famílias que recebiam até 3 salários mínimos

⁴⁹ Recapitulando Matsuyama (2002): aumentando a quantidade de lares com poder aquisitivo promover-se-ia um estímulo ao investimento, o surgimento de novas fábricas e a diversificação da estrutura produtiva.

⁵⁰ Linha de crédito com taxa de juros de 5% a.a. com até 48 meses para pagar e crédito disponível por 12 meses. Movimentou cerca de R\$ 512 milhões com 103.383 contratos firmados (Ministério do Planejamento, 2013).

⁵¹ Mudanças no Código Civil de 2002, o aumento da oferta de casamentos coletivos e os recasamentos também favoreceram o aumento da taxa de nupcialidade.

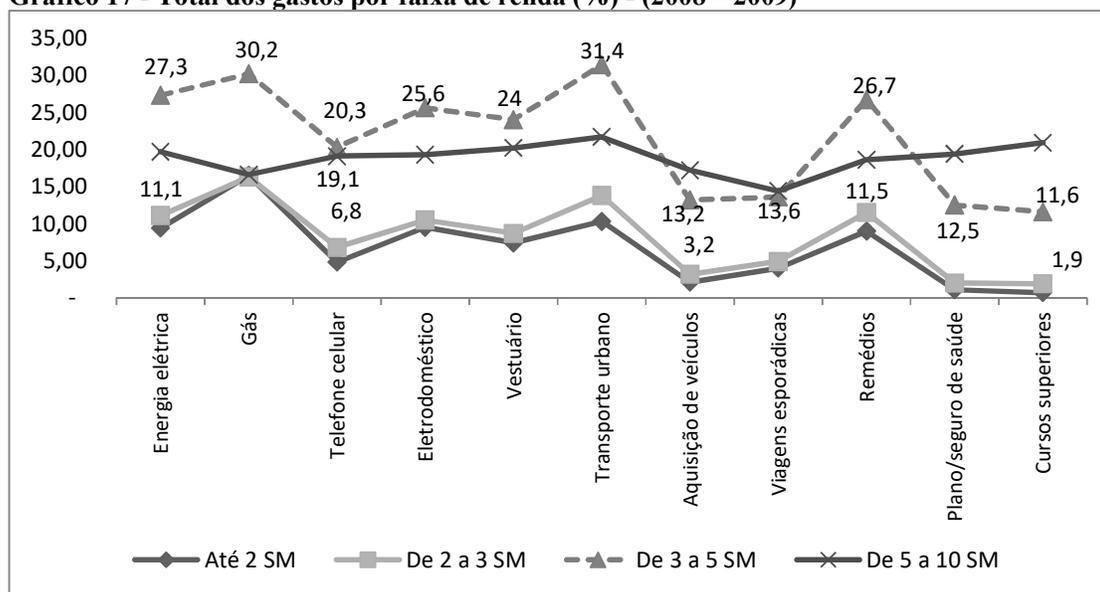
⁵² A expansão do emprego assalariado ocorreu em sua maioria no setor de serviços e na construção civil, dado que houve uma relativa perda de postos de trabalhos no setor industrial e acentuada perda de empregos na agricultura (MEDEIROS, 2015).

(2002/2003 30,2% indo para 39% em 2008/2009), o consumo cresceu 34,9% para esse grupo de famílias (2002/2003 10,6% indo para 14,3% em 2008/2009) (MEDEIROS, 2015).

Vale salientar que modernizar o padrão de consumo significa diversificar a cesta de consumo, adquirindo-se menos produtos básicos e cada vez mais bens e serviços considerados de luxo. Entretanto, o que se observa é que esse grupo de famílias (de até 3 salários mínimos), não consegue modernizar seu padrão de consumo de forma consistente (BIELSCHOWSKY, 2015).

Deste modo, a apropriação do consumo é efetivamente realizada pelas famílias que recebem entre 3 e 5 SM e 5 e 10 SM. Os dados de consumo dessas duas faixas salariais indicam que mesmo com uma queda na quantidade de famílias que recebem de 5 a 10 SM, seu consumo ainda assim permanece elevado e “sofisticado”, sendo puxado principalmente pelas famílias que recebem entre 3 e 5 SM. Destarte, o ponto de inflexão em que acontece a modernização do consumo está na faixa salarial de 3 a 5 SM. Nota-se no Gráfico 17 o comportamento alinhando do consumo das famílias entre as faixas salariais de 1 a 3 SM (baixa renda), saltos elevados no consumo na faixa de 3 a 5 SM e um nível de consumo mais moderado quando a faixa salarial sobe para entre 5 e 10 SM. Por exemplo, enquanto as famílias de 2 a 3 SM gastam 6,8% da sua renda com telefone celular, a faixa de 3 a 5 SM gasta 20,3%, diminuindo para 19,1% quando a faixa salarial aumenta para 5 a 10 SM (MEDEIROS, 2015).

Nota-se ainda no Gráfico 17 o comportamento do consumo de medicamentos competindo em nível de igualdade com transporte público para as famílias de faixa salarial de até 3 SM. Nesse sentido, e dada a relevância do item remédios para a saúde do cidadão, vale destacar a importância do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB), implantado pela Lei nº 10.858 de 2004, tendo como público alvo 18,3 milhões de habitantes (80% das pessoas atendidas) que recebiam até 2 salários mínimos proporcionando uma economia de 3% a 8% na renda mensal dos beneficiários do programa (Ministério da Saúde, 2016).

Gráfico 17 - Total dos gastos por faixa de renda (%) - (2008 – 2009)

Fonte: Medeiros (2015). Elaboração própria.

A principal mudança na estrutura do consumo popular pode ser observada no declínio do peso da alimentação no orçamento das famílias. A redução de 4,8% nos gastos com alimentação verificada na Tabela 4, segundo a Lei de Engel, é um sinal de que houve elevação no nível da renda, disponibilizando dessa forma recursos para diversificação do consumo. O preço da cesta básica em termos de salário mínimo sofreu queda expressiva ao longo da década de 2000. Em 2002 o salário mínimo comprava 1,4 cestas básicas e, em 2009, 1,9⁵³. Adicionalmente, a valorização cambial também ajudou a acomodar os preços dos alimentos que com o aumento do SM em termos reais, impulsionou ainda mais o consumo de alimentos fora de casa, promovendo também uma maior diversificação na oferta de alimentos (MEDEIROS, 2015).

Outro impacto importante com respeito à relativa queda nos preços dos alimentos foi a expansão de supermercados, mercadinhos de bairros, restaurantes, bares, padarias etc. que, dentre as várias estratégias para enfrentar as crises da economia do início da década de 2000, lançaram produtos com marcas próprias, sendo estes de 10% a 30% mais baratos que as marcas líderes, colaborando ainda mais para a acomodação relativa dos preços dos produtos alimentícios (ALBUQUERQUE, 2007)⁵⁴.

⁵³ No PPA 2004/2007 existe uma proposta para desonerar e/ou reduzir os impostos incidentes sobre os principais produtos da cesta básica, a qual foi aprovada somente em março de 2013, no governo Dilma Rousseff, todavia algumas análises mostram que o impacto da redução do ICMS sobre esses produtos teve efeito nulo ou muito residual sobre o consumo.

⁵⁴ A ampliação da concorrência no setor de supermercado também contribuiu para a acomodação dos preços dos alimentos. Albuquerque (2007) salienta que apesar das diversas crises econômicas, o faturamento do setor

Nota-se ainda na Tabela 4 um crescimento da participação dos gastos em assistência à saúde, higiene e cuidados pessoais e transportes que para Medeiros (2015, p. 70), “o principal deslocamento da estrutura de consumo ocorreu com a expansão da participação relativa do transporte e da saúde, com a moradia permanecendo como grupo principal de despesa”. Quanto às reduções na participação relativa dos itens educação, recreação e cultura e fumo, estas se devem, segundo Medeiros (2015), às movimentações demográficas e/ou comportamentais⁵⁵. Com respeito à expansão de 10% na participação dos serviços pessoais Medeiros (2015, p. 115) observa que “a expansão da demanda doméstica sobre bens e serviços, proveniente [...] da incorporação de novas áreas de expansão, como o Centro-Oeste, [...] resultou na ampliação da oferta dos serviços (financeiros, pessoais, públicos)”.

Tabela 4 - Evolução da participação na despesa de consumo (2002/2003 – 2008/2009)

Itens	2002-2003	2008-2009	Δ %
Alimentação	20,8%	19,8%	-4,8%
Habitação	35,5%	35,9%	1,1%
Vestuário	5,7%	5,5%	-3,5%
Transporte	18,4%	19,6%	6,5%
Higiene e cuidados pessoais	2,2%	2,4%	9,1%
Assistência à saúde	6,5%	7,2%	10,8%
Educação	4,1%	3,0%	-26,8%
Recreação e cultura	2,4%	2,0%	-16,7%
Fumo	0,7%	0,5%	-28,6%
Serviços pessoais	1,0%	1,1%	10,0%
Despesas diversas	2,8%	2,9%	3,6%
Total	100,0%	100,0%	

Fonte: Medeiros (2015). Elaboração própria.

Para além da expansão do principal bem de consumo durável – habitação – ocorrido nessa última década, a presença de eletrodomésticos nos domicílios brasileiros apresentou uma evolução igualmente expressiva, com destaques para telefones celulares, computadores e computadores com acesso à internet.

Os seis principais bens duráveis presentes nos domicílios em 2004 sofreram algumas variações percentuais modificando timidamente a sua ordem de importância nos domicílios em 2011. Dentro desses seis itens destaca-se a redução do rádio (-4,9%) e a elevação

atacadista no Brasil evoluiu de R\$ 70 bilhões, em 2002, para R\$ 120 bilhões, em 2006. Santos (2010) afirma que o setor atacadista/distribuidor apresentou um crescimento real de 11%, em 2009, e que no primeiro trimestre de 2010 havia crescido 12,7%, com empresas investindo maciçamente na expansão direcionada para supermercados de bairros.

⁵⁵ Dados da PNS 2013 – Pesquisa Nacional de Saúde – e da POF 2008/2009– Pesquisa de Orçamento Familiar - revelam que o fumo é mais frequente entre a população de baixa renda e entre os moradores da zona rural. Com a elevação da renda e da urbanização há uma tendência para diminuição do consumo do fumo.

expressiva das residências com telefone (37,8%). Em 2008 o automóvel estava presente em 36,4% das residências, cresceu apenas 1,1 p.p. em 2009, indo para 37,5%.

A expansão do consumo se deu, sobretudo, no item telefone celular que em 2004 ocupava a 12ª posição da lista, passando à 8ª posição em 2011, com uma variação positiva de 201,4%; microcomputador que era o 13º colocado em 2004, passou para o 9º em 2011, com um aumento de 163,3%; e, microcomputador com acesso à internet que em 2004 era o 15º, passou à 12ª posição em 2011, com um aumento de 199,4%; o item motocicleta cresceu 10,2% de 2008 para 2009, estando presente majoritariamente nos domicílios da zona rural. Destaca-se a redução do consumo de telefones fixos convencionais e *freezers*, (ver Tabela 5). A expansão da internet, dos computadores e telefones celulares com acesso à internet (*smartphones*) foram elementos que contribuíram para impulsionar o consumo dada a exposição e acessibilidade a novos mercados.

Tabela 5 - Relação de bens duráveis presentes nos domicílios – Brasil – 2004 - 2011

Bens duráveis	2004	Bens duráveis	2011	Δ % 2004/2011
1º Fogão	97,4%	1º Fogão	98,6%	1,2%
2º TV	90,3%	2º TV	96,8%	7,3%
3º Rádio	87,7%	3º Geladeira	95,7%	9,7%
4º Geladeira	87,3%	4º Telefone	89,8%	37,8%
5º Telefone	65,2%	5º Rádio	83,4%	-4,9%
6º Filtro d'água	51,3%	6º Filtro d'água	53,2%	3,7%
7º Automóvel*	36,4%	7º Maq. de lavar roupa	50,9%	48,6%
8º Maq. de lavar roupa	34,3%	8º Só celular	49,7%	201,4%
9º Celular + fixo	31,2%	9º Computador	42,9%	163,3%
10º Só fixo convencional	17,5%	10º Automóvel*	37,5%	3,0%
11º Freezer	17,1%	11º Celular + fixo	36,6%	17,6%
12º Só celular	16,5%	12º Computador c/internet	36,5%	199,4%
13º Computador	16,3%	13º Freezer	16,4%	-3,9%
14º Motocicleta*	14,7%	14º Motocicleta*	16,2%	10,2%
15º Computador c/internet	12,2%	15º Só fixo convencional	3,4%	-80,2%

Fonte: Pnad 2009 – IBGE. Elaboração própria.

*Só a partir do ano de 2008 que o IBGE passou a investigar a existência de veículos automotores e motocicletas nas residências.

Destaca-se, no período de 2000 a 2013, a expressiva variação na quantidade consumida de serviços de intermediação financeira (217,23%), materiais eletrônicos e de comunicação (210,11%) e eletrodomésticos (148,43%). Esses números explicam em parte a dinâmica do consumo das famílias nesse período: o maior acesso a produtos financeiros foi em grande medida direcionado para esses produtos. Cabe, portanto, como ferramenta auxiliar de análise, destacar o comportamento dos preços dos produtos por setores selecionados, isto é, a inflação ocorrida em cada setor. Alimentos *in natura* e vestuário permaneceram com seu consumo praticamente estável nesses 13 anos, contudo foram os itens que apresentaram as

maiores variações de preços⁵⁶. Em contraste, o item materiais eletrônicos e de comunicação aumentou apenas 32,72%, a menor variação observada e inclusive menor que a média do índice de preços, 162,35% (CARVALHO, et. al, 2016). (Tabela 6).

Tabela 6 - Evolução do volume e do índice de preços no consumo final das famílias, por setores. Itens selecionados. Brasil – 2000 – 2013.

Produtos / serviços	Δ% volume	Δ% preços
Alimentos <i>in natura</i>	18,90	282,43
Vestuário	15,04	268,69
Alimentos industrializados	34,81	226,95
Móveis e produtos das indústrias diversas	88,12	210,90
Combustíveis	55,16	160,06
Perfumaria, sabões, artigos de limpeza	82,26	151,72
Automóveis e outros equipamentos de transporte	116,53	148,37
Eletrodomésticos	148,43	136,70
Intermediação financeira	217,23	130,33
Produtos farmacêuticos	91,10	126,32
Outros prod. industriais de consumo	120,92	121,59
Mat. Eletrônicos e de comunicação	210,11	32,72
Média	64,80	162,35

Fonte: Carvalho, et. al. (2016). Elaboração própria.

Resgatando a crítica furtadiana sobre o consumo conspícuo da população das economias subdesenvolvidas, Medeiros (2015) lembra que no Brasil houve uma precária difusão do Estado de bem-estar e uma tardia e frágil expansão da provisão de infraestrutura e dos serviços públicos e que, a difusão dos padrões de consumo, por sua vez foi consideravelmente precária.

Ao confrontar-se a evolução dos bens duráveis presentes nos domicílios com o atendimento dos serviços básicos (infraestrutura social) disponíveis a essas mesmas residências constata-se que:

a) existem mais fogões, TVs e geladeiras nos domicílios do que serviço geral de abastecimento de água;

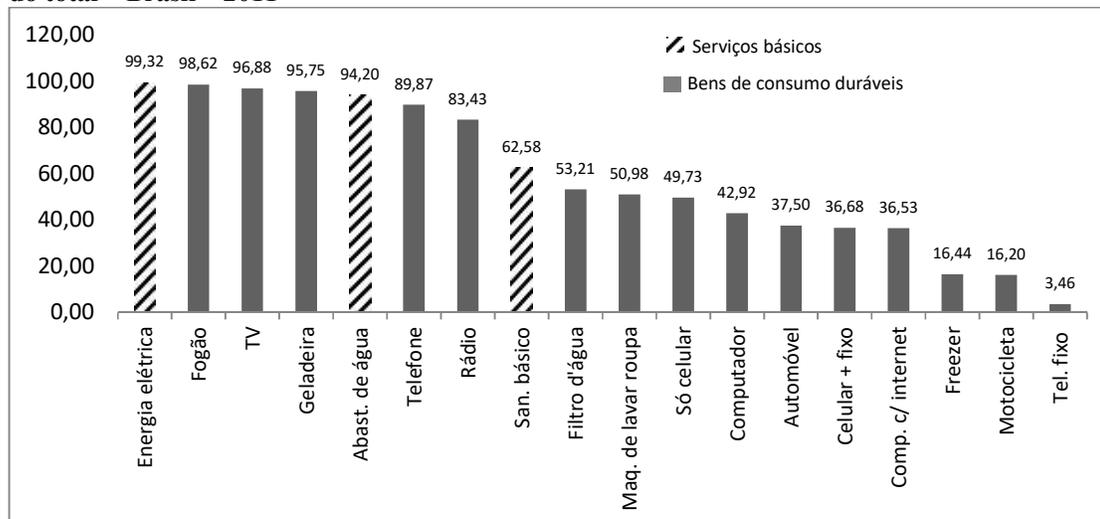
b) existem mais residências com telefones e rádios do que saneamento básico⁵⁷ - rede coletora e fossa séptica;

⁵⁶ Ao confrontar as informações da Tabela 4 com a Tabela 6, com respeito ao comportamento do consumo de alimentos *in natura* e vestuário, percebe-se que há uma discrepância quanto ao motivo da queda do consumo nesses dois itens. Medeiros (2015) justifica que houve queda nos preços dos alimentos e Carvalho et. al. (2016) que houve inflação.

⁵⁷ Em 2004 o percentual dos lares com telefone (65,2%) já era superior inclusive à quantidade de lares com saneamento básico (apenas 57,2%).

c) os demais itens estão ainda abaixo, mas muito próximo de se igualarem ao nível do saneamento básico. (Ver Gráfico 18).

Gráfico 18 - Domicílios com alguns serviços básicos e alguns bens de consumo duráveis em % do total – Brasil – 2011



Fonte: POF 2008/2009 e PNAD 2008/2009. IBGE. Elaboração própria.

Dada a expressiva expansão dos bens de consumos duráveis observados acima, cabe investigar quanto da estratégia desenvolvimentista foi beneficiada pelas características demográficas e quanto foi crescimento real do consumo. Isto posto, se a variação do consumo for superior à variação populacional, pode-se afirmar que a expansão do consumo é real ($\Delta C > \Delta P = \Delta C$). Caso contrário, se a variação da população for maior que a variação do consumo, a expansão deste pode ser parcialmente explicada pelo crescimento populacional ($\Delta C < \Delta P = \Delta P$) (SANTOS, 2013).

Baseando-se em dados do IBGE, a população de 10 anos ou mais de idade entre os anos de 2004 (149.759,797 milhões) e 2011 (166.987 milhões) cresceu 11,5%, apresentando uma taxa de crescimento anual de 1,37%. O crescimento anual da população com 10 anos ou mais de idade, entre os anos de 2008 (160.561 milhões) e 2009 (162.807 milhões) foi de 1,39%⁵⁸. Para efeitos de praticidade do cálculo usar-se-á 1,37% como taxa de crescimento populacional comum para todos os anos ($\Delta P = 1,37\%$).

Os dados da Tabela 7, ordenados do bem durável com maior crescimento real para o de menor crescimento indicam que, do 7º ao 15º item da lista - motocicleta, geladeira, TV, filtro d'água, automóvel, fogão, freezer, rádio e telefone convencional -, apresentaram variações reais negativas, logo a expansão deles nos domicílios se deu principalmente pelo

⁵⁸ Consideramos essa estimativa da população no período de 2008 a 2009 em virtude dos dados para automóveis e motocicletas estarem disponíveis apenas na Pnad de 2009.

crescimento populacional. Esse resultado guarda certo grau de relação, por exemplo, com os dados de nupcialidade e aumento de domicílios com 1 e 2 habitantes expostos anteriormente.

Em contraste, observamos que todos os demais itens, do 1º ao 6º da lista apresentaram **crescimento real** – variações positivas – logo, as políticas de estímulo ao consumo promoveram a diversificação da cesta de consumo e a disseminação dos aparelhos eletroeletrônicos, permitindo-se fazer uma relação com o aumento das importações de bens de consumo verificadas anteriormente.

Tabela 7 - Crescimento nominal e real dos bens duráveis – Brasil – 2004-2011

Ordem	Bens de consumo duráveis	$\Delta C >$	$\Delta P =$	ΔC
1º	Só celular	14,8%	1,37%	13,23%
2º	Micro computador e acesso a internet	14,7%	1,37%	13,14%
3º	Micro computador	12,9%	1,37%	11,33%
4º	Maq. de lavar roupa	5,1%	1,37%	3,65%
5º	Com telefone	4,1%	1,37%	2,68%
6º	Celular + fixo	2,0%	1,37%	0,66%
Ordem	Bens de consumo duráveis	$\Delta C <$	$\Delta P =$	ΔP
7º	Motocicleta*	1,2%	1,37%	-0,14%
8º	Geladeira	1,2%	1,37%	-0,20%
9º	TV	0,9%	1,37%	-0,48%
10º	Filtro d'água	0,5%	1,37%	-0,90%
11º	Automóvel*	0,4%	1,37%	-0,98%
12º	Fogão	0,1%	1,37%	-1,20%
13º	Freezer	-0,5%	1,37%	-1,83%
14º	Rádio	-0,6%	1,37%	-1,96%
15º	Só fixo convencional	-18,3%	1,37%	-19,44%

Fonte: POF 2008/2009 e PNAD 2008/2009. IBGE. Elaboração própria.

* Anos base 2008 e 2009.

Tendo distinguido o crescimento do consumo real do crescimento populacional, cabe analisarmos o crescimento real das variáveis crédito, taxa de juros, renda média, salário mínimo e do estoque de emprego.

O total de crédito destinado às pessoas físicas como proporção do PIB apresentou um crescimento nominal de 128,2%% ao evoluir de 7,14% do PIB, em 2004, para 16,3% do PIB, em 2011⁵⁹. Descontando a inflação acumulada medida pelo IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo - de 35,33% obtêm-se um crescimento real do volume do crédito na ordem de 68,6%.

A taxa média dos juros relativos ao segmento para pessoas físicas foi estimada no Boletim do BC – Relatório Anual em 61,5% a.a., em dezembro de 2004, finalizando o ano de

⁵⁹ Gráfico 10.

2011 em 48,8% a.a., portanto uma redução de 20,65% a.a. Descontando a inflação acumulada de 35,33%, a taxa média dos juros apresentou uma redução real de 41,37% a.a. no período.

A renda média real mensal de todos os trabalhos para pessoas de 10 anos ou mais de idade cresceu 19,9% saindo de R\$ 922,00, em 2004, para R\$ 1.106,00, em 2009, e o salário mínimo apresentou um crescimento real no período de 2004 a 2011 na ordem de 36,0%.

Segundo dados da Rais – Relatório Anual de Informações Sociais – havia, em 2004, 31.407.576 postos de trabalhos formais, evoluindo para 46.310.631 postos em 2011, logo um crescimento nominal de 47,4%. Descontando 11,5% referente ao crescimento populacional das pessoas de 10 anos ou mais de idade para o mesmo período, obtêm-se um crescimento real dos empregos formais de 32,2%.

Dessa forma-se é possível afirmar que no período de 2004 a 2011 o consumo das famílias para os bens de consumo duráveis apontados nesse trabalho foi promovido⁶⁰:

- Pela expansão real de 68,6% do crédito às pessoas físicas;
- Pela redução real de 41,37% na taxa de juros anual relativa ao segmento de pessoas físicas;
- Pelo aumento real de 19,9% na renda média mensal de todos os trabalhos;
- Pelo aumento real de 36,0% do salário mínimo;
- Pelo crescimento real de 32,2% do estoque de empregos formais;
- Em certa medida o crescimento populacional impulsionou o consumo das motocicletas, geladeiras, TVs, filtros d'água, automóveis, fogões, freezers, rádios e telefones convencionais, e;
- A expansão real do consumo beneficiou majoritariamente os celulares, computadores e máquinas de lavar roupa.

Há indícios de que o padrão de consumo conquistados nesses anos pela população brasileira está condizente com um nível de renda de uma população de classe média, isto é, renda per capita mensal de R\$ 2.000,00 (ano de 2012). Entretanto, a mediana da renda per capita mensal de aproximadamente R\$ 500,00, ou seja, 50% da população ainda apresenta uma renda muito baixa, evidencia a dimensão do potencial do crescimento via consumo de massas. O subconsumo no Brasil, estimado entre 17 milhões e 57 milhões de pessoas, significa que uma parte considerável da população ainda não tem acesso aos recursos discricionários nem para atender as necessidades mínimas. Portanto, o modelo de desenvolvimento via consumo de massas ainda não se esgotou (KERSTENETZKY, 2016).

⁶⁰ Essa metodologia também foi utilizada por Santos (2013).

Ao avaliar os riscos do modelo de crescimento via consumo de massas, Kerstenetzky (2016) descarta que o endividamento das famílias, a parcela da renda comprometida com dívidas e o peso do serviço da dívida (o pagamento dos juros⁶¹) representem algum empecilho à estratégia. Apesar do fato de o endividamento das famílias ter crescido de 18% para 44,5% da renda anual entre os anos de 2005 e 2013, ainda assim pode ser considerado baixo em termos relativos aos padrões internacionais dos países desenvolvidos - entre 100% e 200% da renda anual - (KERSTENETZKY, 2016; SICSÚ, 2017).

Cerca de 30% do endividamento refere-se a financiamentos imobiliários e o crescimento da dívida relativa ao consumo vem dando sinais de declínio quando comparado com a relativa à aquisição de patrimônio. Tanto Kerstenetzky (2016) como Sicsú (2017) vêm o comprometimento da renda com pagamento de dívidas (pouco acima de 20%), ainda em níveis distantes do considerado “estresse financeiro”. Kerstenetzky aponta que o aumento do endividamento das famílias é uma característica constitutiva das economias capitalistas avançadas, principalmente ao nível de exclusão financeira presente no Brasil. Os principais pontos positivos e negativos, segundo Kerstenetzky (2016), implícitos no modelo adotado são:

Positivos: *i)* queda da inadimplência dado a expansão do emprego formal; *ii)* melhores condições de financiamentos, isto é, taxa de juros mais baixas; *iii)* nível de comprometimento da renda com pagamento de dívidas, em torno de 22% (em 2010) e; *iv)* relação crédito/PIB em torno de 50% (em 2010) ser relativamente baixo quando comparado a padrões internacionais.

Negativos: *i)* expansão do crédito para o consumo competir com o crédito direcionado à indústria, agravando a desindustrialização⁶² e; *ii)* vazamento da renda e da expansão do crédito para as importações, em virtude principalmente da apreciação cambial.

⁶¹ Como reflexo da expansão do crédito, em 2000 os serviços com intermediação financeira representavam 4,06% do consumo final das famílias, em 2005, 4,29%, em 2009 7,35%, em 2012 7,21% e em 2013 6,86% (CARVALHO et. al., 2016).

⁶² Em 2012 o crédito para a habitação representava aproximadamente 10% do PIB, nível próximo ao destinado à indústria. Vale retomar o debate sobre a desindustrialização: ao analisar uma possível concorrência entre o crédito para o consumo e o crédito industrial, a autora deixa explícito que, sob sua ótica, o Brasil passa por um processo de desindustrialização.

5 CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como objetivo apurar as causas econômicas para o insucesso da estratégia novo-desenvolvimentista centrada na expansão do mercado de consumo de massa.

Uma análise criteriosa da estratégia de desenvolvimento segundo consta no Plano Plurianual 2004-2007 percebe-se que a variável produtividade é indispensável para o sucesso do modelo de desenvolvimento, sem a qual não é possível transmitir aumentos salariais para as famílias de trabalhadores. Desse modo, a centralidade dessa estratégia social-desenvolvimentista estava em garantir que os mecanismos de transferência de ganhos de produtividade funcionassem corretamente.

Acelerar o crescimento da economia foi solução encontrada a partir de 2005, pois se acreditava possível aumentar a produção sem gerar inflação, dado que o crescimento efetivo da economia estava muito abaixo do crescimento potencial. Dessa forma, era esperado que a aceleração do crescimento promovesse uma mobilização das pessoas que trabalhavam em setores ou áreas menos produtivas para as mais produtivas. Com base nos dados apurados nesse trabalho, nesse ponto a estratégia falhou, pois a produtividade no setor industrial não cresceu nem houve ampliação significativa do emprego formal no setor industrial.

No período estudado houve tentativas de modificar o manejo da política macroeconômica, saindo do “tripé rígido” em 2005, para o de tripé “flexibilizado” de 2006 até 2008, adotando uma nova matriz macroeconômica de 2011 a 2014. Além do tripé “taxa de juros alta - superávit fiscal - meta de inflação”, foi adotado o tripé “bolsa família - crédito consignado - valorização do salário mínimo” como forma de estimular o consumo das famílias. Para alguns autores a política social do governo Lula se transformou também em política econômica.

O fraco desempenho do PIB, caracterizado por movimentos de altas e baixas taxas de crescimento, indicam que a política baseada no tripé macroeconômico não foi suficiente para promover um desenvolvimento sustentado e que pode ter faltado coordenação entre as estratégias de desenvolvimento anunciadas no PPA, por exemplo: conceder aumentos salariais e não conseguir elevar a produtividade; promover a industrialização mantendo o câmbio valorizado; estimular os investimentos e manter altas taxa de juros.

A política cambial que manteve o Real valorizado frente ao Dólar durante todo o período estudado – mais precisamente nos anos de 2007 a 2011– corroborou para manter o índice dos preços relativos sob controle. Estes dois indicadores – câmbio valorizado e inflação sob controle – aliados à política de valorização do salário mínimo e às transferências de renda

impulsionaram o consumo ao conceder maior poder de compra à população, mormente os assalariados. A expansão crédito para pessoas físicas que em 2003 representava 5,94% do PIB, passando para 19,2% em 2010 e as políticas de geração de emprego formal, foram variáveis adicionais e relevantes para fomentar o consumo de bens duráveis.

A iniciativa do governo ao adotar políticas de corte keynesiano e estimular a economia pelo lado da demanda foi fundamental para superar a crise internacional de 2008, gerando assim emprego e renda. Vale salientar que no período analisado a taxa de desemprego chegou próxima à taxa natural de desemprego, estimada na ordem de 7,48% para todo o período de 2003 a 2015.

Nesse contexto, se conseguiu ampliar a massa de rendimentos da população no período estudado, notadamente a população de baixa renda, que recebe até 3 salários mínimos. Evidenciou-se também que a apropriação do consumo aconteceu efetivamente na faixa de renda salarial de 3 a 5 salários mínimos, apresentando-se, assim, como um grande desafio conseguir elevar, de modo sustentável, o quantitativo de famílias trabalhadoras para essa faixa de renda.

Os resultados dessa dissertação também indicam que houve uma modernização dos padrões de consumo tal como sugere Celso Furtado. Nos países subdesenvolvidos há um elevado consumo de produtos de alta tecnologia que eles não produzem, ou seja, há um descasamento entre consumo e produção. No Brasil, a difusão da modernidade ocorreu em um ambiente de frágil avanço em infraestrutura social. Verificou-se que há mais residências com telefone e rádio do que saneamento básico; há mais geladeiras, fogões e televisores do que rede de abastecimento de água nessas mesmas residências. Em 2004 o percentual dos lares com telefone (65,2%) já era superior inclusive à quantidade de lares com saneamento básico (apenas 57,2%). Esse consumo conspícuo, segundo Furtado, seria a origem dos processos inflacionários crônicos e a tendência ao endividamento externo nas economias subdesenvolvidas.

Observou-se um crescimento mais sustentado do consumo das famílias em termos nominais do que em termos relativos ao PIB. Em termos proporcionais ao PIB, o consumo das famílias apresentou movimento de queda em quase todo o governo Lula e tendência de alta da FBCF e variações de estoques. É com base nessa análise que alguns autores afirmam que o governo Lula é caracterizado mais por políticas de incentivo ao investimento do que ao consumo.

A política macroeconômica de manutenção de juros elevados e o *boom* das *commodities* valorizaram o câmbio e este, como um dos principais instrumentos de

transmissão de política monetária, conseguiu manter os preços relativos acomodados. Por outro lado, a valorização cambial promoveu uma concorrência dos produtos importados com os nacionais. Esse período é marcado por uma expansão da importação de bens de consumo, tais como celulares, computadores etc. O objetivo principal dessa estratégia seria estimular a industrialização, todavia ao que tudo indica, o Brasil conseguiu estimular o consumo interno utilizando a capacidade industrial instalada fora dele, o que pode ser uma evidência de que houve um processo interno de desindustrialização.

Iniciou-se o primeiro capítulo com uma indagação: pode-se afirmar que o governo Lula foi desenvolvimentista? Apesar de não ser objeto desta pesquisa responder a essa pergunta, com base no que foi exposto ao longo dessa dissertação, principalmente nos trabalhos de Fonseca, e considerando que há indícios de que o Brasil passou por um processo de desindustrialização causado principalmente pela forte valorização cambial, e, por conseguinte, baixa produtividade no setor industrial, pode-se considerar que o governo Lula não foi desenvolvimentista.

Por fim, pelos resultados obtidos, podemos afirmar que com base na dinâmica da estratégia de desenvolvimento adotada, a economia não respondeu conforme esperado, logo não foi eficiente em promover um desenvolvimento sustentado no período analisado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. P. C. **Análise da evolução do setor supermercadista brasileiro: uma visão estratégica**. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante) – Programa de pós-graduação em Administração das Faculdades Ibmec. Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp101028.pdf>>. Acesso em 15/02/2018.

ALMEIDA JR., M.F. **A nova matriz econômica falhou**. Blog do Mansueto Almeida. Maio/2014. Disponível em <<https://goo.gl/skBdQd>>. Acesso em 03/02/2018.

ANFAVEA. **Séries históricas**. Disponível em <<http://www.anfavea.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em 29/01/2018.

BACEN. **Boletim do BC – Relatório Anual**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>>. Acesso em 22/02/2018.

_____. **Cotações e boletins**. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>>. Acesso em 24/04/2018.

_____. **Relatório de Economia Bancária e Crédito – 2011**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC_2011.pdf>. Acesso em 20/02/2018.

_____. **Relatório de economia bancária e crédito**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?SPREAD>>. Acesso em 29/01/2018.

BARBOSA, N. **Dez anos de política econômica**. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP. Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BARBOSA, N.; SOUZA, J.A.P. **A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda**. 14 de novembro de 2009. Disponível em <<https://nodoctruments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>>. Acesso em 14/03/2017.

BASTOS, P.P.Z. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21. N.3 (46), p. 779-810, dez. 2012.

_____. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia**. Revista de Economia Contemporânea, número especial: p.1-63. Dez./2017. Disponível em <<https://goo.gl/T6PzeX>>. Acesso em 03/02/2018.

BIELSCHOWSKY, R. **A estratégia de desenvolvimento e o consumo de massa**. Desafios do desenvolvimento, ano 1, ed. 3, IPEA. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/vv61iu>>. Acesso em 17/10/2017.

_____. **Desenvolvimento Econômico- Curso a Distância - Módulo IV- AULA I.** 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Nw5oaPjYswg>>. Acesso em 13/02/2017

_____. **Estratégia social-desenvolvimentista (2003-2014) e ano 2015.** Jun./2015. Disponível em <<https://goo.gl/TdAfHs>>. Acesso em 04/07/2017.

BONELLI, R. **Produtividade e armadilha do lento crescimento.** 2014. In: NEGRI, F. e CAVALCANTE, L.R. (Orgs.). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes.** Brasília. ABDI: IPEA, 2014. Disponível em <<https://goo.gl/HkfwX9>>. Acesso em 30/01/2018.

BRASIL FATOS E DADOS. **Um país analisado através de números.** 28 de agosto de 2014. Disponível em <<https://goo.gl/x1k7kG>>. Acesso em 24/04/2018.

BRASIL. **Lei 10.993, de 11 de agosto de 2004. Plano Plurianual para o período de 2004/2007.** Brasília, DF. Disponível em <<https://goo.gl/ciiBVJ>>. Acesso em 08/03/2017.

_____. **Livro Azul – 4ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, DF. 2010. Disponível em <<http://www.cgee.org.br/atividades/redirect/6820>>. Acesso em 12/02/2018.

_____. **Plano Plurianual 2008-2011: projeto de lei.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2007. Disponível em <<https://goo.gl/ahwRJJ>>. Acesso em 06/02/2018.

BRAZ JR, O.G.; CABRAL, A.S.; DIAS, R. **O Plano Real como uma inovação e suas consequências.** 2013. Disponível em <<https://goo.gl/pAkToQ>> Acesso em 24/10/17.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **A economia e a política do Plano Real.** Revista de Economia Política, vol. 14, n. 4 (56), outubro-dezembro. 1994.

_____. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional.** São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 20, nº 3, p. 5-24, 2006.

_____. **Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia.** In: BASTOS, P.P.Z; FONSECA, P.C.D. (Orgs.). **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade.** São Paulo. Editora Unesp, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; NAKANO, Y. **Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor.** Revista de Economia Política, vol. 11, nº 4 (44), outubro-dezembro. 1991.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; OREIRO, J.L; MARCONI, N. **Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo.** 1. ed. Rio de Janeiro. Campus, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; THEUER, D. **Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina?** Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n.3 (46), p. 811, dez. 2012.

BUGELLI, A.H.; PIRES, J.M. **Uma revisão da teoria de estagnação de Celso Furtado e a crise econômica dos anos 1960**. Disponível em <<https://goo.gl/Lvh6Ts>>. Acesso em 06/03/2017.

CAGNIN, R.F. et. al. **A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012)**. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300011>. Acesso em 20/08/2017.

CARNEIRO, R.M. **Economia e Sociedade**. Número especial, v.21. Campinas, dez. 2012.

CARVALHO, F.J.C. et. al. **Economia monetária financeira: teoria e política**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CARVALHO, J.L. et. al. **Fundamentos de economia**. Vol. 1 – Macroeconomia. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

CARVALHO, S.S. et. al. **O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013: uma análise estrutural a partir dos dados do sistema de contas nacionais e da pesquisa de orçamento familiares**. Texto para discussão 2209. IPEA. Rio de Janeiro, julho de 2016. Disponível em <<https://goo.gl/68T6U2>>. Acesso em 28/02/2018.

CORRÊA, M.F. **A dinâmica do investimento à luz das novas correntes desenvolvimentistas**. 2015. 74 f. Dissertação ‘em andamento’ (Mestrado em Economia) – Programa de pós-graduação em economia, Universidade Federal Fluminense.

FILGUEIRAS, L. **Padrão de desenvolvimento e a natureza estrutural do “voo da galinha”**. *Jornal do Economistas*, nº 331, Rio de Janeiro, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Desigualdade no Brasil é escolha política', diz economista**. Setembro/2017. Disponível em <<https://goo.gl/YJV sna>>. Acesso em 03/02/2018.

FONSECA, P.C.D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Texto para discussão. Ipea, 2015. Disponível em <<http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca>>. Acesso em 23/09/2017.

_____. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. In: BASTOS, P.P.Z.; FONSECA, P.C.D. (Orgs.). **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo. Editora Unesp, 2012.

FROYEN, R.T. **Macroeconomia**. São Paulo. Saraiva, 2006.

FURTADO, C. **O subdesenvolvimento revisitado**. *Economia e Sociedade*, v.1, pp. 5-19, ago. 1992.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Contraponto. Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** Coleção Nossa América, vol.2. Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 2ª ed. São Paulo. Nova Cultural, 1986.

GALA, P. **O trauma de 2015 e 2016 no Brasil.** 20 de fevereiro de 2018. Disponível em <<http://www.paulogala.com.br/o-trauma-de-2015-e-2016-no-brasil/>>. Acesso em 21/02/2018.

GOULARTI, J.G. **Ajuste fiscal permanente e o terrorismo das elites.** 2017. Disponível em <<https://goo.gl/PYv3xy>> . Acesso em 25/01/2018.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil, vol. 37.** 2010. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7135> Acesso em 16/02/2018

_____. **Pesquisa Anual Industrial 2004.** Vol. 23, número 1, Rio de Janeiro – RJ. Disponível em <<https://goo.gl/iEvHRt>>. Acesso em 21/02/2018.

_____. **Pesquisa Anual Industrial 2007.** Vol. 26, número 1, Rio de Janeiro – RJ. Disponível em <<https://goo.gl/iEvHRt>>. Acesso em 21/02/2018.

_____. **Pesquisa Anual Industrial 2011.** Vol. 30, número 1, Rio de Janeiro – RJ. Disponível em <<https://goo.gl/iEvHRt>>. Acesso em 21/02/2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5801>>. Acesso em 29/01/2018.

_____. **Pnad Contínua.** Disponível em <<https://goo.gl/6EDU41>>. Acesso em 24/04/2018.

_____. **Pesquisa Nacional da Saúde - 2013.** Percepção do Estado de Saúde, Estilos de Vida e Doenças Crônicas. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em <<ftp://ftp.ibge.gov.br/PNS/2013/pns2013.pdf>>. Acesso em 18/02/2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores. 2009.** Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 2010. Disponível em <<https://goo.gl/ETNWTr>>. Acesso em 15/02/2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores. 2011.** Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 2012. Disponível em <<https://goo.gl/ETNWTr>>. Acesso em 15/02/2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores. 2003.** Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 2004. Disponível em <<https://goo.gl/ETNWTr>>. Acesso em 15/02/2018.

_____. **Sistema de Contas Nacionais.** Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 21/02/2018.

KERSTENETZKY, C. L. **Consumo social e crescimento redistributivo: notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil.** Revista de Economia Política, vol. 36, nº 1 (142), pp. 29-45, janeiro-março/2016. Disponível em < <https://goo.gl/uprfPo> >. Acesso em 28/02/18.

LACERDA, A.C. et. al. **Economia brasileira.** 4ª ed. São Paulo. Saraiva, 2010.

LEWIS, W.A. **O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra.** 1954. *In:* AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro. Contraponto. Centro Celso Furtado, 2010.

LOPES, G.B. **Crescimento real do PIB, Consumo das Famílias e Consumo do Governo.** Economia e Finanças Fáceis. 26 de novembro de 2014. Disponível em < <https://goo.gl/v1TUVn> >. Acesso em 13/02/2018.

MATSUYAMA, K. **The rise of mass consumption societies.** 2002. Disponível em < <https://goo.gl/nUFkWt> >. Acesso em 13/03/2017.

MATTOS, C. **O que é o Plano Brasil Maior?** 2013. Disponível em < <https://goo.gl/WENPFu> >. Acessado em 04/02/2018.

MATTOS, F.A.M.; CARDOSO JR., J.C. **A questão distributiva do Plano Real.** Anais do III Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política, Niterói, vol. 2, junho: 808-821. 1998.

MCTI. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.** Disponível em < <https://goo.gl/DdBgSF> >. Acesso em 06/12/2017.

MDIC. **Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.** Séries históricas. Disponível em <<https://goo.gl/67amrd>> Acesso em 11/02/2018.

MEDEIROS, C.A. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira.** Brasília: IPEA, 2015. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25097> Acesso em 18/02/2018.

MEIER, G.M. **Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. 1953.** *In:* AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro. Contraponto. Centro Celso Furtado, 2010.

MILÁ, M. M. **Extreme and persistent inequality: new evidence for Brazil combining national accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015.** World Wealth and Income Database. Dezembro/2017. Disponível em < <https://goo.gl/WFcBkF> >. Acessado em 03/02/2018.

MILANI, A.M.R. **A desarticulação setorial e social no Brasil e o modelo de ajuste estrutural: uma interpretação kaleckiana.** 2010. 201 f. Tese (Doutorado em Economia) –

Programa de pós-graduação em economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <<https://goo.gl/D2KZCD>>. Acesso em 06/08/2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Avaliação do Programa Farmácia Popular do Brasil**. Dezembro de 2016. Disponível em <www.saude.gov.br>. Acesso em 04/09/2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Apresentação da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, durante reunião no Secovi - São Paulo/SP**. 15 de julho de 2013. Disponível em <<https://goo.gl/MzFBVm>>. Acesso em 18/02/2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Análise dos principais resultados**. Disponível em <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>. Acesso em 19/02/2018.

MOLLO, M.L.R. **Desenvolvimentismos, inclusão social e papel do estado**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 11, n.19, pp. 131-143, jul-dez. 2016.

MOLLO, M.L.R.; FONSECA, P.C.D. **Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais**. Revista de economia política, vol.33, nº 2, abril-junho. 2013.

MOLLO, M.L.R.; AMADO, A.M. **O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido**. Economia e Sociedade, vol 24, nº 1. Campinas jan./abr. 2015. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n1art1>>. Acesso em 23/11/2017.

MORA, M. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: Rio de Janeiro. 2014. Disponível em <<https://goo.gl/L3x16H>>. Acesso em 21/02/2018.

MORAN, C.A.A.; WITTE, G. **A conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990**. Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, ano 1, n.1, p.119-141, março de 1993.

MOURA, R.L.; BARROS, G.L. **Indicador de massa salarial ampliada: revisão de metodologia e novos números**. FGV/IBR – Notas técnicas. Agosto. 2013. Disponível em <<https://goo.gl/FBdyr7>>. Acesso em 13/07/2017.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Evolução do emprego do CAGED – EEC**. Disponível em <<https://goo.gl/g8ih8w>>. Acesso em 29/01/2018.

NARDI, S. **A nova era do consumo de baixa renda: consumidor, mercados, tendências e crise mundial**. Osasco – SP. Novo Século Editora. 2009.

NURKSE, R. **Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico**. 1953. In: AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Contraponto. Centro Celso Furtado, 2010.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1. ed. 4. reimpressão. São Paulo, SP. Boitempo, 2013.

OREIRO, J.L.; FEIJÓ, C.A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. 2010. Disponível em <<https://goo.gl/xjqKVp>>. Acesso em 29/01/2018.

OREIRO, J.L.C. **Macroeconomia do desenvolvimento: uma proposta keynesiana**. 1. Ed. Rio de Janeiro. LTC, 2016.

PALMA, A.A. **Nairu, Inflação e Curva de Phillips no Brasil: novas evidências a partir de um modelo tempo-variante**. 2017. Disponível em <<https://goo.gl/d7y6LP>>. Acesso em 30/01/2018.

PINTO, A. **Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina**. 1976 *In*: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL vol. 2**. Rio de Janeiro. Record, 2000.

PINTO, E.C.; GONÇALVES, R. **Modelos de desenvolvimento e desempenho macroeconômico: Brasil**. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2015.

PRIORE, M.; VENANCIO, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2010.

RAMOS, L.; REIS, J.G.A. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Texto para discussão nº 468. IPEA. Rio de Janeiro. Março de 1997. Disponível em <<https://goo.gl/G6N7Hz>>. Acesso em 23/04/2018.

SAMPAIO JR., P.A. **Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo, SP. SG-Amarante Editorial, 2017.

SANTOS, E. L. I. **A expansão do consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras pela via da ampliação do mercado de crédito no Brasil desde dezembro de 2008: inclusão social ou endividamento social?** 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Mestrado em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2013. Disponível em <<http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/tede/277>>. Acesso em 24/10/2017.

SANTOS, J. C. S. **Uma breve análise do setor de supermercados no Brasil**. 20 de outubro de 2010. Disponível em <<https://goo.gl/TPUQST>>. Acesso em 15/02/2018.

SCHINCARIOL, V.E. **Economia e política econômica no governo Dilma (2011-2014): uma história político-econômica da primeira administração de Dilma Roussef**. Editora Raízes da América. São Paulo, 1ª edição. 2017.

SICSÚ, J. **Governos Lula: a era do consumo?** Texto para discussão 021. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017. Disponível em <<https://goo.gl/A9XhoN>>. Acesso em 27/10/2017.

SINGER, A.V. **Os sentidos do Lulismo – reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012. Disponível em < www.lelivros.com.br>. Acesso em 13/02/2017.

TAVARES, M.C.; SERRA, J. **Além da estagnação: uma discussão sobre estilo de desenvolvimento recente do Brasil**. 1971. *In*: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL vol. 2*. Rio de Janeiro. Record, 2000.

VINER, J. **A economia do desenvolvimento**. 1953. *In*: AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Contraponto. Centro Celso Furtado, 2010.

WOLFE, M. **Abordagens do desenvolvimento: de quem e para quê?** 1976. *In*: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL vol. 2*. Rio de Janeiro. Record, 2000.